

cadernos do

# terceiro mundo

**SADCC:  
a reunião  
de Gaborone**

publicação mensal • 1987 • Esc 125 • Kz 80 • CV 80\$ • CZ\$ 40,00 • Ano X • Nº 99

**I  
N  
F  
Â  
N  
C  
I  
A**



**O FUTURO COMPROMETIDO**

# Angola, terra da liberdade.



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603  
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911  
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113



# TAAG

	SAÍDAS	CHEGADAS
LUANDA	sábado: 09:00h (hora de Angola)	sábado: 13:00h (hora do Brasil)
RIO	domingo: 17:00h (hora do Brasil)	2ª feira: 05:00h (hora de Angola)

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

Comp. de Rec. Nacional

## O desafio de salvar as crianças

Que tipo de sociedade marginaliza seus filhos, permite que sejam as principais vítimas de seus desajustes estruturais e sociais, comprometendo assim seu próprio futuro?

Isso não acontece em nenhuma comunidade animal, onde o instinto de conservação da espécie leva os adultos a velar pelos recém-nascidos e a integrar paulatinamente em seu meio as crias já crescidas. Mas, lamentavelmente, isso acontece na comunidade humana, que se rege por uma ética onde a taxa de mortalidade infantil é mais uma estatística num amontoado de números ordenados pelos que estão no poder para assegurar o lucro de uma minoria.

No final do século XX, dominado pela informática e pela corrida armamentista, quando o homem já se prepara para a conquista de Vênus e aprende a viver por longos períodos no espaço, ainda existem dezenas de países no Terceiro Mundo onde as crianças que morrem antes de completar um ano de idade são mais numerosas do que as que

sobrevivem. E destas, é muito mais alto o índice dos que estão condenados à subnutrição e à marginalização social, do que aquelas que podem gozar de uma vida plena, com suas necessidades materiais básicas satisfeitas.

Esta realidade dramática de milhões de menores a quem todo o direito lhes é negado – principalmente o direito à vida – é o tema de capa desta edição. Com este número, "cadernos do terceiro mundo" deseja contribuir para chamar a atenção da opinião pública internacional sobre este problema, que permanece relegado a segundo plano.

Uma análise das mudanças geopolíticas na América Latina nas últimas décadas, que têm dado origem a uma aproximação maior entre as nações do subcontinente e a um conseqüente distanciamento das imposições da Casa Branca, completa os destaques deste número de março, que também como é habitual, traz as seções dedicadas a cada continente e a temas econômicos.

cadernos do  
**terceiro mundo**

**third world**

cuadernos del  
**tercer mundo**

**Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional**

**Diretor Geral:** Neiva Moreira  
**Diretor Geral Adjunto:** Pablo Piacentini  
**Editora:** Beatriz Bissio  
**Subeditores:** Roberto Remo Bissio, Carlos Castilho  
**Conselho Editorial Internacional:** Neiva Moreira, Darcy Ribeiro, Henry Peace García, Juan Somavía

**Redação Permanente:** Artur Poerner, Claudia Neiva, José Carlos Gondim, Raul Gonçalves (Brasil), Roberto Bordini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, Guiomar Belo Marques (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)

**REDAÇÃO CENTRAL (Rio de Janeiro):**

**Departamento Comercial:** Maria Neiva, Depto. de Assinaturas e Promoção: Henrique Menezes,  
Inácio dos Santos  
**Endereço:** Rua da Lapa, 180, 11º andar/ salas 1104-1107  
Tel.: 222-5771/252-7440

**Departamento de Arte:** Sonia Freitas (editora), Miguel Efe, Pedro Toste, Reginaldo Caxias, Nadja Durand, Centro de Documentação: Helena Falcão (diretora), Marco Antonio C. Santos, Elizabeth Mesquita, Leila Maria C. Pinto, Isabel Falcão. **Administração do Banco de Dados:** Raimundo José Macário Costa. **Digitadores:** Álvaro G. Rodrigues, Sérgio Luiz S. Schettino. **Composição:** Luiz Correia e Aldaci Machado Pereira. **Revisão:** Clea Márcia Soares, Sandra Castello Branco.  
**Endereço:** Rua da Glória, 122/105-106 - CEP 20.241 - Rio de Janeiro - Tel.: 222-1370/242-1957  
Telex: (021) 33054 CTMB-BR

**EDICÕES REGIONAIS**

• Edição em Português:  
Circulação em Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe

**Diretor:** Neiva Moreira  
**Sucursais:** Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clovis Sena (Brasília).  
**Editora Terceiro Mundo Ltda.:** Rua da Glória, 122/105-106 CEP: 20.241  
Rio de Janeiro/Brasil/Tel.: 222-1370/242-1957/ Telex: (021) 33054 CTMB-BR  
**Fotolito e impressão:** Graffito Gráfica e Editora - Rua Costa Lobo, 352 - CEP: 20.911 R.J.  
**Sucursal de Lisboa:**  
**Diretor:** Artur Baptista  
**Tricontinental Editora Ltda.** Calçada do Combro, 10/1º andar - Lisboa, 1.200  
Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P

• Edição em Espanhol  
**Sucursal do Rio da Prata / Cone Sul**  
**Diretores:** Gerônimo Cardoso e Roberto Bissio  
**Administração:** Hugo Cardoso. **Assinaturas:** Alicia Bidegaray A.C.U. S/A: Av. 18 de Julio 1263, 3er. piso/Tel.: 90-87-13 Montevideo, Uruguai - **Distribuição no Uruguai:** Hugo Lacosta, Berriel y Martínez, Paraná 750 esq. Ciudadela  
**Impressão:** Rosgal S/A. Gral. Urquiza 3090 - Montevideo  
**Representante na Argentina:** Ruben Montes de Oca  
**Distribuição na Argentina (em livrarias):** Ediciones Colihue, Díaz Vélez 5125. Tel.: 9834191/4181.  
Stands Universitários, Eudeba, Rivadavia 1573. Tel.: 38-2913  
**Bancas:** Julio C. Di Pietro, Bolivia 529, Tel.: 6112801 - Buenos Aires, Capital Federal  
• Edição em Inglês (bimestral):  
**Editor:** Carlos Castilho  
**Editor Adjunto:** Roberto Raposo  
Correspondência: Rua da Glória, 122/105-106 - CEP: 20.241 - Rio de Janeiro/Brasil

**Correspondentes:** Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adoum/Eduardo Khalifé (Ecuador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quincot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Arquelles Morales (Nicarágua), Eivaldo Hipólito (Moçambique).  
**Colaboradores:** Abdul Naley, Adrián Soto, Agostinho Jardim Gonçalves, Alan Nairn, Angel Ruocco, Alberto B. Marantoni, Alice Nicolau, Ana María Urbina, Antônio Silva, A. Prado, Ash Narain Roy, A. W. Singham, Carlos Aveline, Carlos Cardoso, Carlos Núñez, Carolina Quina, Cedric Belfrage, Claude Alvares, David Fig. Edouard Bailby, Eduardo Molina y Vedia, Eugenio Alves, Ezzequiel Dias, Fernando Molina, Francisca Gargallo, Gérard Pierre-Charles, Gregorio Selsler, Grídiva Kincar, Gavin Keddy, Hebert de Souza, Hugo Neves, José Bottaro, Jim Cason, João Melo, Jorge A. Richards, José Montserrat Filho, Ladislau Dowbor, Luis Maira, M. Venugopala Rao, Maluza Stein, Marcela Otero, Manuel Freire, Marcos Arruda, Mark Fried, Mario de Cautin, Mauricio Ubal, Moacir Werneck de Castro, Mia Couto, Narinder Koshla, Nils Castro, Nilton Santos, Octavio Fostes, Otomiel Martínez, Pablo Martínez, Peter Law, Phill Harris, Orlando Senna, Orlando Neves, Ricardo Bueno, Ravindran Casinader, Ricardo Sosa, Rodolfo de Bonis, Rodrigo Jauberth, Roger Rumrill, Theotônio dos Santos, Víctor Bacchetta.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), ALASEI (México), SALPRESS (El Salvador), SHHATA (Tanzânia), WAPA (Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet-México-Chile) e Third World Network (Malásia).

Circulação em 70 países

Revista Mensal nº 99 - Março 1987 - Preço de capa: Cz\$ 40,00  
Nºs. atrasados: ao preço do último exemplar

Foto de capa: Claudio Edinger / ONU

Capa: Abaeté Propaganda

## A QUESTÃO INDÍGENA

A 16 de janeiro realizou-se em Brasília a 2ª Reunião de alto nível entre o governo federal e a CNBB-Cimi. (...) Para essa reunião os bispos levaram o seguinte documento, que enviaram cópia na expectativa de sua publicação por esta conceituada revista:

Senhores ministros:

(...)As conversas da igreja com o governo sobre a política indigenista inauguraram-se em setembro de 1985, com a divulgação do documento "A política indigenista da Nova República", que fazia um apelo veemente por uma atitude democrática na condução das questões relativas aos povos índios. O primeiro encontro, contudo, deu-se somente em dezembro daquele ano. Em 1986, as reuniões entre representantes da igreja missionária, mormente o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), e do governo, foram mais constantes. Examinando os fatos mais recentes e comparando-os às conversas mantidas anteriormente com o governo, chegamos à inevitável constatação de que faltou vontade decisória aos interlocutores governamentais, já desde o início.

(...) Nada, contudo, atinge a gravidade do Projeto Calha Norte. Verificamos que a igreja manteve diálogo com o governo por quase dois anos, sem que se admitisse a existência desse projeto, elaborado já em 1985. (...) A gravidade dessa situação levou o próprio presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheider, a entrevistar-se com o presidente José Sarney, em junho de 1986



Projeto Calha Norte em território Yanomami deve ser suspenso até que se garanta efetivamente a terra indígena. Os prejuízos – alguns irreversíveis – já sofridos pelos Yanomami, impõem a completa revisão do projeto para afastar o risco de mais um genocídio. (...) Os limites da competência do Conselho de Segurança Nacional para opinar na discussão sobre áreas indígenas devem ser claramente patenteados. Deve-se renunciar, inequivocamente, à postura de impor o estabelecimento da colônia agrícola indígena, ou qualquer “critério razoável” para o dimensionamento dos territórios tribais, pois o único critério aceitável é o direito primário e inviolável dos índios às suas terras, assegurado pela lei vigente (...).

**Antonio Brand, secretário executivo do Cimi – Brasília – Brasil**

## REVISTAS DO TERCEIRO MUNDO

Vi na edição em inglês de **cadernos**, a qual assinei com um grupo de companheiros para exercitar o idioma, uma seção que aparece de forma muito esporádica em português e não sei se o mesmo ocorre em espanhol. Trata-se da seção “Revistas do Terceiro Mundo”. Sugiro que a publiquem regularmente em todas as edições, pois é uma forma de nos pôr em contato com as iniciativas que em outras partes do mundo estão surgindo para divulgar o outro lado das notícias.

**Vicente Ferreira dos Santos – São Paulo – Brasil**

terceiro mundo – 3

trabalhadores junto a índios isolados se dê sem nenhum controle preventivo de saúde ou acompanhamento antropológico especializado.

(...) Temos a penosa sensação de que a boa vontade da igreja colabora para que se creia ou aposte num diálogo que, em última análise, fica sem retorno. Para que a igreja não perca credibilidade junto às suas bases missionárias, é preciso que esse diálogo se traduza em encaminhamentos concretos e públicos e em inovações institucionais. A reformulação do Decreto 88.118/83 e a revogação do Decreto 88.985/83 adquirem, neste momento, inadiável urgência. O item fundamental, contudo, para que se resgate a validade desse diálogo, diz respeito à demarcação das terras indígenas.

(...) A implementação do

(...). Desse encontro nasceu a proposta de uma reunião de alto nível, para deliberar sobre os graves problemas que os povos indígenas enfrentam e que inquietam a igreja.

(...) Em outubro, o Cimi tomou conhecimento da Integra do Projeto Calha Norte, que propugnava pela redefinição da política indigenista na região, que abrange cerca de 14% do território nacional. Surpreendeu-nos que um projeto de tal porte não tenha jamais sido colocado em discussão com a sociedade ou seus representantes, como se a democracia não atingisse as fronteiras do país, merecendo apenas um tratamento militar e sigiloso. Surpreenderam-nos, também, as acusações genéricas feitas a entidades indigenistas, de tentarem criar enclaves no território brasileiro.

(...) A ótica assumida publicamente pelo Conselho de Segurança Nacional, ao contemplar os índios como obstáculos a eventuais manobras militares, esquece o papel historicamente exercido pelos indígenas na preservação das fronteiras brasileiras.

(...) Apesar da garantia governamental de que o Projeto Calha Norte seria implantado nas terras indígenas apenas após a demarcação destas, sabemos que os Yanomami já precisam suportar os efeitos desastrosos (epidemias, bebidas alcoólicas etc.) da presença de dezenas de trabalhadores em seu território, sem que haja sequer perspectivas de demarcação do parque indígena. É lamentável que a presença desses

## SOBRE A CONSTITUINTE

O artigo que dedicaram à Constituinte no Brasil, que recorre às opiniões do jurista Raimundo Faoro e do sociólogo Herbet de Souza, pareceu-me ilustrativo. Creio, no entanto, que os resultados eleitorais foram ainda piores do que eles suspeitavam. O voto em branco foi superior em todo o país – e em especial aqui, nos estados do Nordeste – aos votos recebidos pelos representantes que hoje estão sentados no Congresso em Brasília. E é bom assinalar que muitos eleitores nem sequer tinham claro que simultaneamente aos deputados e senadores estavam elegendo também uma Assembléia Constituinte. Aquela célebre frase é realmente verdadeira: o Brasil não é um país sério.

**José Ribamar de Souza Brito – Imperatriz – Maranhão – Brasil**

## SOBRE A IMPUNIDADE

Apesar da ampla cobertura dada por **cadernos do terceiro mundo** ao problema dos direitos humanos em outras partes do Terceiro Mundo, não temos visto em suas páginas nenhum artigo que analise as consequências para os processos de democratização da Argentina e Uruguai das leis chamadas de "Ponto Final". Ao votar pela impunidade dos militares, os legisladores negaram o princípio da divisão de poderes do Estado, retirando do Poder Judiciário o seu atributo por excelência: impor a justiça.

4 – terceiro mundo

Em uma publicação que circula em países da América Latina e da África, que nem sempre têm uma visão objetiva do que ocorre no resto do Terceiro Mundo, seria importante que esse tema não fosse omitido.

**Beatriz María Nóbrega – Montevideu – Uruguai**

## DE LAGOA SECA

Sinto-me gratificado em encontrar em **cadernos** assuntos do Terceiro Mundo abordados na sua crua realidade.(...) E não posso deixar de citar, em particular, o editorial dedicado ao grande Samora Machel, depois de sua morte. Um conjunto de artigos que em cada número constitui uma verdadeira aula de antiimperialismo.

**Alexandre Henrique Maia Machado – Lagoa Seca – Brasil**

## A INTEGRAÇÃO; A QUEM CONVÉM?

Não sei se **cadernos do terceiro mundo** pretende tratar o tema da integração econômica entre o Brasil e a Argentina nos próximos números. É um problema sobre o qual tem se ouvido várias interpretações: desde as que condenam simplesmente a iniciativa – porque consideram que por trás dela está o expansionismo das transnacionais – àquelas que a defendem ferrenhamente como o único caminho para diminuir a dependência em relação aos grandes centros econômicos. Qual é a verdade?

**Nicolás Gil Ballesteros – San Juan – Argentina**

## INTERCÂMBIO

- **José Alves Morais**  
C.P. 541 – Luanda – Angola
- **Eurico M. Guerreiro**  
C.P. 786 – Benguela – R.P.A.
- **Alexandre Diego da Silva**  
C.P. 1701 – Benguela – Angola
- **Antônio Rafael J. Andrisse (Edson)**  
C.P. 1334 – Maputo – Moçambique
- **Manuel Antônio João**  
C.P. 162 – Luanda – República Popular de Angola
- **Hermenegildo Van Dunen**  
Rua da Missão Nº 134 R/C – Luanda
- **Domingos Sebastião**  
C.P. 2036 – Luanda – Angola
- **Luiz Vaz Pina (Dr.)**  
A/C Lucas Monhúngus C.P. 1598 – Benguela – R.P.A.
- **Arturo Casimiro André**  
Av. Comandante Walódia Nº 253 9º and. apto.-B – Luanda
- **Oswaldo Martín Medrado Jiménez**  
Apartado Postal Nº 2208 – Manágua, 5 – Nicarágua
- **Joaquim José Simango**  
C.P. 1627 – Beira – Sofala – Moçambique
- **Carlos Mendonça Ribeiro**  
Rua Tupi Nº 448, Pacaembu – São Paulo, S.P. – CEP 01233 – Brasil
- **Francisco Vidinha**  
Rua Visconde de Inhaúma, 39 4º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20091 – Brasil
- **Destino Pedro "Gugu"**  
Luanda – C.P. 3876 – Angola
- **Cícero Moreno**  
R. SD. Ivo Oliveira 406/107 – V. Penha – Rio de Janeiro-RJ – CEP 21220 – Brasil
- **García Carlos**  
"YOBO" C.P. 16.299 – Luanda – Angola



6 **Panorama Tricontinental** \_\_\_\_\_

14 **Editorial: – A 5ª Conferência Islâmica** \_\_\_\_\_

18 **Matéria de Capa – Infância: o futuro comprometido,**  
*Artur Poerner*

30 Meio Milhão de crianças salvas a cada ano

32 Índia: mobilização a nível nacional

37 A situação da infância no Brasil

48 O preço da guerra, *Micaela Ramada*

52 Os direitos da criança

**África** \_\_\_\_\_

54 **Gana: Os cinco anos de Rawlings,** *Carlos Castilho*

**Idéias** \_\_\_\_\_

58 A “Internacional Capitalista”, entrevista com o cientista político  
René Dreyfuss, *Beatriz Bissio*

**América Central** \_\_\_\_\_

66 Contadora rompe o impasse

69 **Nicarágua: O cotidiano da guerra,** *Cláudia Neiva*

**Economia** \_\_\_\_\_

74 SADCC atrai investidores privados

76 Comércio internacional em 1986, *Domar Campos*

**Especial** \_\_\_\_\_

82 Mudanças geopolíticas na América Latina, *Víctor Bacchetta*

90 Mercado Jarrín: “Repensar o continente”

96 **Humor: Mariano** \_\_\_\_\_



**SADCC: novos rumos na  
integração**



**Rawlings: futuro incerto**



**Mercado Jarrín: unir a  
América do Sul**

## LÍBANO

### Tropas sírias em Beirute

□ Em fins de fevereiro passado tropas sírias ocuparam Beirute Ocidental, a pedido do primeiro-ministro libanês, Rachid Karamé. Cerca de quatro mil soldados sírios entraram com tanques na capital do Líbano, onde foram recebidos com euforia pelos xiitas da Amal, com certa indiferença pela população civil e com desconfiança pelas forças que combatiam ao lado dos palestinos. De Túnis, a direção da OLP condenou essa intervenção, alegando que as forças sírias "constituem uma ameaça flagrante à presença palestina no Líbano".

A decisão síria de ocupar

Beirute veio em consequência do agravamento da situação militar na capital libanesa, que pela primeira vez em muitos meses começava a ficar complicada para os xiitas do grupo Amal, aliados de Damasco.

Tudo tinha começado na chamada "Guerra dos Acampamentos" quando entraram em choque as milícias xiitas da Amal e combatentes palestinos desde setembro do ano passado.

Sitiados durante meses pelos xiitas liderados por Nabih Berri, os refugiados palestinos que habitam os acampamentos tinham chegado em janeiro ao extremo de pedir permissão às autoridades religiosas para comer carne humana, uma vez que os víveres tinham desaparecido semanas antes e nem mesmo gatos e ratos podiam ser encontrados nos

campos.

Os xiitas acusavam os refugiados palestinos de dar cobertura a combatentes da OLP e justificavam o sítio aos acampamentos dizendo que não irão permitir a sua reorganização militar no Líbano, desmantelada com a invasão israelense em 1982.

Da mesma forma, alegavam que o sítio aos campos era uma forma de pressão para conseguir que forças palestinas da OLP abandonassem a aldeia de Maghdousheh, no sul do país, de grande valor estratégico, porque controla a estrada que acompanha todo o litoral.

Os porta-vozes palestinos negavam que houvesse guerrilheiros da OLP nessa aldeia e acusavam os xiitas, aliados da Síria, de usarem esse pretexto para concreti-



Combatentes palestinos nas ruínas de um campo de refugiados, permanente alvo da guerra no Líbano

## Panorama Tricontinental

zar o seu plano de aniquilar toda presença palestina no Líbano, inclusive de civis.

Fontes do Crescente Vermelho (o equivalente muçulmano da Cruz Vermelha) denunciaram que famílias inteiras de refugiados palestinos, diante do desespero de enfrentar uma morte lenta e dolorosa pela fome, se suicidaram nos campos.

Em meados de fevereiro depois de enérgica pressão internacional – inclusive do Conselho de Segurança da ONU –, vários veículos da Agência das Nações Unidas para Assistência aos Refugiados Palestinos (UNRWA) puderam fazer chegar alimentos e medicamentos até o campo de Burj-el-Barajne, ao sul de Beirute, mas só depois de enfrentar durante vários dias ataques de morteiros e metralhadoras dos milicianos da Amal, com um saldo de vários mortos e feridos.

Numa entrevista ao jornal francês *Le Monde*, Yasser Arafat, presidente da Organização para a Libertação da Palestina, exortou a comunidade internacional a ir em socorro dos refugiados e lembrou que a OLP aceitou abandonar Beirute em 1982, com a condição de uma força internacional de paz garantir a segurança dos civis que permaneciam nos campos de refugiados.

A CEE votou uma ajuda para os civis palestinos. "O



**Refugiados palestinos, escoltados por soldados libaneses, escapam de um campo sitiado pelos xiitas**

massacre dos refugiados palestinos é uma ignomínia na história deste século", afirmou o ministro das Relações Exteriores italiano Giulio Andreotti.

A situação militar tinha começado a virar na segunda quinzena de fevereiro quando dois grupos muçulmanos libaneses, o Partido Socialista Progressista e o Partido Comunista – velhos aliados dos palestinos no Líbano –, decidiram entrar no conflito em favor dos refugiados. Os choques, que até aquele momento tinham sido entre poucos palestinos mal armados, que resistiam dentro dos campos, e milicianos que os sitiavam, passaram a ser entre forças com semelhante poder de fogo.

O Partido Socialista Progressista, liderado por Walid Jumblatt, é o representante da comunidade drusa do Lí-

bano e tem cerca de 3.500 combatentes. O Partido Comunista, que foi aliado dos drusos e dos palestinos durante toda a guerra civil, é uma organização onde militam libaneses de todas as crenças, mas com maioria muçulmana sunita.

Poucos dias depois de entrarem no conflito, os dois partidos expulsaram os xiitas da maior parte de Beirute Ocidental, que estava sob seu controle militar. Foram usados lança-granadas com efeitos devastadores. Os primeiros cálculos estimavam um saldo de 200 mortos e quase 400 feridos.

Foi nesse contexto que entraram na cidade as forças militares de Damasco, onde permanecem até hoje, mesmo depois de vários protestos no mundo Árabe, inclusive do presidente Gemayel.

## BRASIL

### Escola ganha nome de Agostinho Neto

Com uma cerimônia que contou com a participação das principais autoridades do governo do Estado, foi inaugurado no Rio de Janeiro, no dia 27 de fevereiro, o Ciep (Centro Integrado de Educação Pública) "Agostinho Neto", em uma homenagem ao saudoso presidente angolano.

O ato de inauguração do Ciep – um dos últimos efetuados pelo então governador do estado, Leonel Bri-

**O diretor geral dos cadernos do terceiro mundo, Neiva Moreira, fala na cerimônia de inauguração (foto ao lado). O governador Brizola e D. Neusa, junto com o representante de Angola, Tito Lívio e o vice-governador Darcy Ribeiro, compartilham a alegria do ato com os alunos do Ciep (embaixo)**

zola – foi aberto pelo prefeito do Rio de Janeiro, Saturnino Braga, que ressaltou a importância de Agostinho Neto, não só para os africanos como para os latino-americanos e todos os países do Terceiro Mundo. Logo após, a jornalista angolana Guida de Almeida leu um poema do presidente Neto e, em nome do Ministério da



Educação de Angola, falou o gerente-geral da TAAG (Transportes Aéreos Angolanos) no Brasil, Tito Lívio, que fez uma breve exposição sobre a vida de Agostinho Neto.

Também falou na cerimônia, o diretor-geral dos *cadernos do terceiro mundo*, Neiva Moreira, que acompanhou de perto o processo de independência da ex-colônia portuguesa.

Encerrando a inauguração do Ciep, o governador Leonel Brizola enfatizou o papel de Agostinho Neto como educador e um dos líderes do nosso tempo, cuja gesta libertadora alcançou maior repercussão na África e nos países não-africanos em luta por seu desenvolvimento independente.

A solenidade se encerrou com a exibição de grupos culturais afro-brasileiros e dos próprios alunos do Ciep. Uma exposição de fotos e cartazes sobre Angola foi muito visitada durante e depois da inauguração.

O novo Ciep está localizado no bairro do Humaitá, entre Botafogo e a Lagoa, na zona sul da cidade, e é considerado como um dos mais bonitos e funcionais do revolucionário programa de ensino da administração Brizola, dentro do projeto de educação popular idealizado e levado adiante pelo então vice-governador do estado, o educador e antropólogo Darcy Ribeiro.



# INFORMAÇÃO PESQUISA CONSULTA



616 páginas com informação objetiva e independente de todos os países do mundo • Dados de história, economia, geografia e política • 110 páginas sobre o Brasil • Mais de mil mapas e gráficos • As organizações internacionais, como funcionam e porquê • Informes e documentos inéditos • Impressão em papel de qualidade.

Publicação anual indispensável para pesquisa e consulta • Atende a estudantes e profissionais • Necessário para industriais, exportadores, sindicatos e outras instituições • Fundamental em bibliotecas, consultorias, salas de aula e mesa de trabalho.

Forma de pagamento: ( ) 1 pagtº antecipado de Cz\$ 350,00 ou ( ) por Reembolso postal a Cz\$ 390,00 (mais o porte).

Estou remetendo juntamente com este cupom (menos no caso do Reemb. Postal) o valor correspondente a ..... guias no total de Cz\$..... por cheque nominal ou vale postal (ag. central) para a Editora Terceiro Mundo Ltda. - Deptº Comercial, Rua da Lapa, 180, grupo 1105  
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021 - Tel.: (021) 222-5771.

Nome: .....

Endereço: .....

Bairro: ..... Cidade: .....

Estado: ..... CEP: ..... Tel.: .....

Data: ...../...../.....

# estante do terceiro mundo

O reembolso com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito

Código	Quantidade

Nome: .....

Profissão: ..... Idade: .....

Endereço: .....

Cidade: ..... Estado: ..... CEP: .....

• Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.

Não-assinante  Assinante

Data ... / ... / ...

Estante válida exclusivamente para pedidos no período de circulação deste número.

Ass. do Comprador

**TABELA DE DESCONTOS**

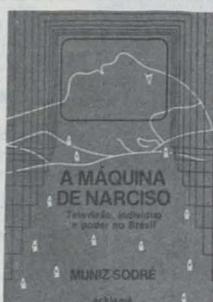
- 10% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 10% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 15% para "assinantes" em 3 livros ou mais.



**NÓS, AS MULTINACIONAIS E OS ESTADOS UNIDOS** de Samuel de Paula

A dinâmica e conteúdo da extorsão a que o Terceiro Mundo vem sendo submetido estão relacionados às forças internas antinacionais e às correntes dos grandes monopólios. O autor mostra em linguagem simples clara como o imperialismo faz tudo para debilitar a soberania de todos os países onde se implanta, gerando uma crescente maioria de despossuídos. Isso tem a ver com a vida de cada um de nós. 115 pág.

E-73 Cz\$ 90,00



**A MÁQUINA DE NARCISO - Televisão, Indústria e Poder no Brasil** de Muniz Sodré

A cultura industrialmente produzida e distribuída constitui, na verdade, um jogo destinado a instituir novas formas de poder. Se o lazer e a informação colocam-se a serviço da ordem social (do Estado à grande empresa), isso significa que a cultura daí oriunda pretende organizar e/ou manipular politicamente as massas. Sem a menor dúvida, como explicita este importante livro, "a cultura de massa é uma política que não ousa confessar o seu nome" 147 pág.

E-74 Cz\$ 85,00



**POLUIÇÃO-ALIE-NACAO-IDEOLOGIA** de Ailton B. de Souza e R. A. Amaral Vieira

Amparados na teoria marxista da práxis humana e na concepção materialista da história e em torno do tema "poluição ambiental", os autores debruçam-se para resolver e questionar, não só alguns conteúdos ideológicos e conceitos fundamentais em nosso acrtico ideário político-ideológico, como também as bases materiais que produziram e estão produzindo esse ideário, nossa caótica, capitalista e selvagem formação social. 130 pág.

E-75 Cz\$ 75,00



**ANARQUISMO OU MARXISMO: UMA OPÇÃO POLÍTICA** de Gilbert Green

A revolta e a agitação juvenis, com a radicalização inerente à rebelião em massa da juventude, são estudadas dentro de uma perspectiva histórica. O autor vai fundo em suas colocações, levantando pontos cruciais como: liberdade/sociedade, o problema da autoridade e a crise do liberalismo, a lição da Comuna de Paris, os anarquistas e a guerra civil espanhola. 200 pág.

E-94 Cz\$ 100,00

## Panorama Tricontinental

### MÉXICO

#### A greve da UNAM

Pressionadas por uma greve estudantil de consequências imprevisíveis e realizada em fevereiro último, as autoridades da Universidade Nacional Autónoma do México (Unam) concordaram em realizar um congresso "pluralista e democrático" e suspender as reformas rechaçadas pelos 350 mil alunos da instituição. O conjunto de medidas, aprovado em setembro do ano passado pela reitoria da Unam, introduzia mudanças no regime de exames e estabelecia um aumento no preço das matrículas.

O acordo foi conseguido depois de uma reunião do Conselho Universitário, que reúne 130 membros representativos das autoridades acadêmicas, dos professores, dos alunos e do pessoal administrativo. O governo mexicano manteve-se discretamente distanciado do conflito, respeitando a autonomia universitária.

Observadores locais qualificaram o final da greve como uma virtual vitória dos estudantes e uma derrota das posições governamentais e da diretoria da universidade. Declarações feitas no final da reunião por líderes do movimento estudantil,

Imanoel Ordorika, Carlos Imaz, Oscar Moreno, Guadalupe Carrasco e Antonio Santos, apontam na mesma direção: "No geral, ganhamos". "Foi uma vitória espetacular", concluíram.

O acordo tranquilizou muitos dirigentes políticos

vistas em vários meios de comunicação tornaram necessárias várias manifestações estudantis e duras declarações dos partidos de oposição contra o reitor Carpizo, para obrigá-lo a recuar para posições mais flexíveis.



Manifestações estudantis contra as reformas universitárias

que temiam que a crise na maior universidade do país pudesse evoluir para uma radicalização estudantil como a que resultou no massacre de Tlatelolco, em 1968, quando centenas de estudantes foram aniquilados pelas forças policiais.

No entanto, a aparente vitória dos estudantes não foi fácil. A negativa inicial do reitor, a atuação belicosa de grupos estudantis situacionistas e os ataques aos gre-

A oposição mexicana, minoritária eleitoralmente a nível nacional, é majoritária no setor estudantil o que, segundo algumas opiniões, deve ter obrigado as autoridades do governo e acadêmicas a cederem, pelo menos nessa etapa. Estudiosos da história universitária do México encontraram nessa movimentação estudantil semelhanças com a que em 1929 conseguiu a autonomia da Unam.

## ÁFRICA

### Primeiro-ministro canadense condena "apartheid"

□ "Adotar sanções contra a África do Sul é o único caminho para obrigar o governo desse país a negociar com a maioria negra", declarou em Harare, capital do Zimbábue, o primeiro-ministro do Canadá, Brian Mulroney, que visitou o Zimbábue, a Zâmbia e o Senegal durante quatro dias. Ele disse que as sanções constituem "uma medida importante para demonstrar



O primeiro-ministro canadense

12 - terceiro mundo

a desaprovação da comunidade internacional ao *apartheid*".

O chefe de governo do Zimbábue, Robert Mugabe, replicou que "a política de desestabilização do regime racista de Pretória se deve a nossa postura anti-racista, democrática e de justiça social e respeito, que constitui um desafio ao *apartheid*".

No Senegal, Mulroney se reuniu com o primeiro-mandatário Abdou Diouf e com os presidentes Moussa Traoré, do Mali, e Ahmed Taya, da Mauritânia, no quadro de uma aproximação do governo de Otawa com os países africanos de fala francesa. Durante a permanência do primeiro-ministro canadense em Dakar, funcionários do Ministério das Relações Exteriores do seu país enfatizaram o interesse de Otawa pelos estados francófonos da África Ocidental porque "desde a primeira reunião de cúpula dos estados de fala francesa, realizada em Paris em 1986, estão associados ao Canadá de forma muito especial".

O Canadá, que será o anfitrião da segunda reunião a ser realizada na cidade de Quebec em setembro vindouro, comprometeu-se a levar avante um projeto de 200 milhões de dólares que serão aplicados durante os próximos cinco anos no Senegal, Mali, Mauritânia e Benin.

### África do Sul: a caça aos turistas

Desde o final do ano passado, o governo e as principais agências de turismo da África do Sul deflagraram uma frenética campanha para atrair visitantes à terra do *apartheid*. O número de turistas estrangeiros que visitam a África do Sul vem caindo de ano para ano, depois do agravamento da crise racial no país. Em 1984, 792 mil estrangeiros visitaram a África do Sul. Esse número caiu para 727 mil em 1985 e não deve ter chegado aos 650 mil no ano passado.

As agências de turismo começaram a usar métodos pouco usuais para convencer os turistas a conhecerem o país do *apartheid*.

Uma agência publicou uma campanha milionária na imprensa sul-africana, pedindo que as pessoas dessem endereços e nomes de amigos ou parentes no exterior.

Entre todos os nomes, seriam sorteadas cem passagens de ida e volta, com estadia paga de uma semana. Outra agência nos Estados Unidos promete devolver todo o dinheiro gasto em hotéis e passagens se o turista provar que testemunhou um "distúrbio".

## Panorama Tricontinental

### SRI LANKA

## Aumenta repressão contra minoria Tamil

□ No começo deste ano, tornaram-se mais intensos os choques entre forças governamentais do Sri Lanka e guerrilheiros da organização "Tigres para a Libertação de Tamil Eelam" (LTTE), o mais importante dos grupos separatistas da minoria tamil.

Um porta-voz oficial informou que o governo tinha conseguido capturar uma importante base guerrilheira nos arredores da cidade de Batticaloa, a leste dessa ilha no oceano Índico. No choque, ainda segundo essa fonte, morreram 34 pessoas, entre elas 13 comandos da Força Especial de Tarefas (STF), que perderam a vida quando o blindado de fabricação sul-africana que os transportava explodiu uma mina terrestre.

Dias antes, três pessoas tinham sido mortas pela polícia numa plantação de chá, onde ocorreram distúrbios. Fontes locais, enquanto isso, garantiram que o número de mortos é muito superior e que são em sua maioria civis.

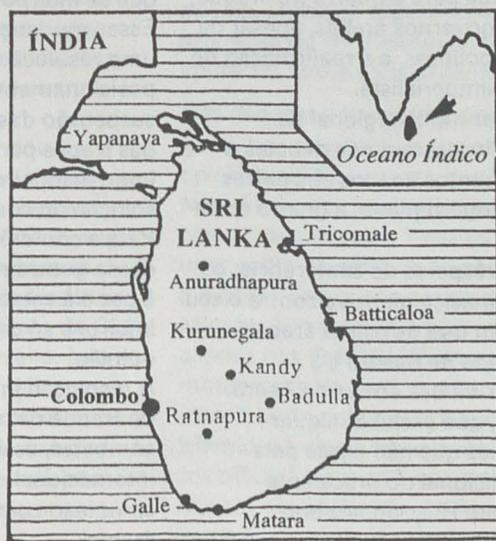
O conflito entre a etnia cingalesa e a minoria tamil, que forma 18% da população do país, sempre aconteceu em toda a história da

ilha. Os "tamis do Sri Lanka", que habitam principalmente as províncias do norte e do leste, chegaram ao país há cerca de 2000 anos. Os "tamis da Índia", por sua vez, foram trazidos pelos ingleses durante o século passado para trabalhar nas plantações de chá e de borracha. Ambos os grupos têm características étnicas comuns e as mesmas aspirações de autonomia. Os "tigres", justamente, lutam pela fusão das províncias do leste e do norte da ilha, onde os tamis são maioria, e a criar uma nação independente que eles chamam de "Eelam".

A ofensiva do governo de Colombo contra os separatistas foi desencadeada dias antes da chegada a Madrás, sul da Índia, de uma delegação de alto nível do governo de Nova Déli para retomar

as negociações com os líderes guerrilheiros, que têm suas bases políticas nessa cidade indiana. Os analistas locais acham que a ofensiva militar a leste do Sri Lanka poderia fazer parte de uma tentativa governamental para melhorar sua posição negociadora nas conversações com a guerrilha que foram reatadas com a mediação da Índia.

A proposta apresentada pelo governo de Nova Déli, no início das negociações – que inclui uma fórmula para que as áreas cingalesas do distrito de Amparai ganhem autonomia em relação à província oriental do país – foi recusada por Colombo. A fórmula indiana – que também não serviria para os tamis como base do acordo – pretendia dar a esses últimos uma área onde fossem uma maioria considerável.



Os separatistas tamis exigem a autonomia para as regiões norte e leste da ilha, onde se concentra essa etnia, minoritária a nível nacional

# A 5ª conferência Islâmica

As conferências islâmicas reúnem um conjunto de países e de problemas de uma diversidade sem par. Integrada por nações da Ásia, da África e do Oriente Médio, a 5ª reunião da Organização da Conferência Islâmica (OCI) se realizou no Kuwait em fins de janeiro último, com a presença de 43 delegações.

A maioria dos conflitos armados contemporâneos ocorre em países membros da OCI: a guerra entre o Irã e o Iraque, o drama palestino, a guerra civil libanesa, os conflitos armados no Chade e na Somália, as lutas no Sudão e no Afeganistão.

A gravidade dos problemas contrasta com a limitada resposta que uma organização como a OCI pode dar, embora seu peso moral seja inquestionável.

Nesse contexto, essa conferência trouxe fatos novos e significativos: o apoio a uma solução negociada para a guerra Irã-Iraque, o diálogo entre governos árabes, apesar de suas diferenças políticas, e a reafirmação de um enfoque antiimperialista.

Apesar do caráter multi-regional da conferência, prevaleceram nos debates e encontros os assuntos ligados aos países árabes e, em primeiro plano, a guerra entre o Irã e o Iraque.

Exatamente às vésperas da conferência, o Irã lançou uma maciça ofensiva contra o seu rival, que fez com que os países árabes temessem a queda de Basora e a consequente vitória das armas de Teerã. O ataque do Irã, que exclui qualquer negociação de paz que não passe pela rendição incondicional do presidente iraquiano Saddam Hussein, acabou modificando as posições da Síria e da Líbia,

que estavam firmemente alinhadas com o regime de Teerã. Além disso, criou nessa conferência um importante fato novo: o consenso dos países árabes em torno de proposições próximas às defendidas por Bagdá.

A conferência islâmica anterior, realizada em Fez (Marrocos) em 1983, tinha adotado uma posição equidistante em relação aos adversários. A reunião do Kuwait, da qual o Irã não participou, registrou uma nova atitude da Líbia e da Síria.

O presidente sírio Hafez Assad declarou que se oporá a qualquer anexação de "território árabe ou iraquiano, como se fosse território sírio".

Por sua vez, o líder líbio Muammar Kadhafi qualificou a guerra de "imoral", "um complô de Israel e dos Estados Unidos", e propôs a constituição de uma força islâmica que se interponha entre os dois países.

Essas mudanças facilitaram o acordo para uma resolução que se aproxima do posicionamento do Iraque: imediata suspensão das atividades militares, o recuo das tropas para suas fronteiras reconhecidas internacionalmente, troca de prisioneiros e a solução do conflito por meios pacíficos. Para a conferência islâmica, a continuidade dessa guerra representa uma grave ameaça à paz e à estabilidade da região e do mundo inteiro, e só cabe concordar com essa opinião.

A resolução implica um respaldo à procura do Iraque de uma saída que ponha fim aos combates, assim como amplia o isolamento internacional do Irã, especialmente no complexo contexto do golfo e do mundo árabes.

Mas o regime de Teerã rechaçou essas posições e não se mostra disposto a aceitar mediações. Parece que as resoluções tomadas no Kuwait terão pouca repercussão no correr de uma guerra que continua inexorável, com um altíssimo custo de vidas. Talvez a maior surpresa para os observadores tenha sido a retomada do diálogo entre dirigentes árabes que sustentam posições antagônicas. O sinal - mais claro disso foi o encontro entre os presidentes da Síria e do Egito, cujas relações foram rompidas em consequência do apoio do Cairo aos acordos de Camp David e do reconhecimento de Israel. Não há dúvida de que para o presidente egípcio, Hosni Mubarak, essa conferência implicou o princípio do fim do isolamento no mundo árabe, fato que o seu antecessor, Anuar Sadat, não conseguiu.

Mas isso não significou mudanças nas posições dos seus adversários e o próprio Mubarak teve de ouvir, sem replicar, um discurso onde Assad reafirmava a sua oposição em manter relações com Israel. O que aconteceu foi simplesmente uma volta ao diálogo, que pode ter reflexos no futuro e, em todo caso, facilitará as negociações diplomáticas. Algo semelhante se pode dizer dos encontros entre o líder palestino Yasser Arafat e o rei Hussein da Jordânia, assim como do presidente libanês Amin Gemayel com o seu homólogo sírio Hafez Assad. Para os palestinos, a conferência resultou positiva, já que respaldou a postura da OLP e descartou a alternativa jordaniana. Isso se depreende da resolução que "reafirma energicamente o direito do povo palestino a regressar à sua pátria e criar um Estado independente no território nacional, com capital em Jerusalém e sob a liderança da OLP".

1987 - Março - nº 99

Nesse contexto, ficou ratificado que qualquer solução da questão palestina deve contar com a "plena participação" da OLP como único e legítimo representante do povo palestino e num plano de igualdade com as demais partes: repudiou-se qualquer acordo ou iniciativa separada e considerou-se que a Resolução 242 das Nações Unidas "não constitui uma base adequada para a solução do problema da Palestina e do Oriente Médio". Essa resolução considerava a retirada de Israel dos territórios ocupados, mas caracterizava os palestinos apenas como fugitivos.

Há, portanto, três pontos fundamentais que apóiam as posições da OLP em contraposição às do rei Hussein: a Resolução 242, que, ao não ser aceita pelos palestinos, tinha levado à ruptura da OLP com o rei jordaniano; o papel autônomo da OLP, que é inconciliável com a participação em eventuais discussões de paz com uma delegação mista que incluiria os palestinos, segundo a tese do monarca; e a condenação de toda iniciativa separada, o que dificulta a aspiração do rei Hussein de recuperar influência sobre a Cisjordânia.

Nos debates e nas resoluções da OCI, em geral, houve enfoques que coincidem com opiniões do Movimento dos Países Não-Alinhados, que responsabilizam o bloco liderado pelos Estados Unidos por uma política orientada no sentido de limitar a independência dos países do Terceiro Mundo. Como na OCI figuram importantes aliados dos Estados Unidos, como as monarquias do golfo Árabe, essa identificação política do conjunto dos países islâmicos é significativa e implica uma nova contribuição aos esforços do Terceiro Mundo em se libertar da dependência externa.

terceiro mundo - 15



*O Rio de Janeiro também é uma cidade maravilhosa para negócios. Basta aproveitar bem as oportunidades.*

*Para que os empresários tenham mais facilidades em investir no Rio, a Prefeitura criou, logo no início da Administração Saturnino Braga, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.*

*Com uma equipe dinâmica, a SMDE levantou todas as oportunidades que o Rio oferece para grandes, médios, pequenos e microempresários.*

*E todas as facilidades que a Prefeitura pode dar para que o Rio tenha mais empresas e mais empregos.*

*No seu primeiro ano de trabalho, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico está fazendo muito sucesso.*

*Já conseguiu muitas facilidades para empresas de todos os tamanhos se instalarem no Rio e criou vários pólos de desenvolvimento.*

*Já está sendo implantado o Pólo de Tecnologia (Informática, Telecomunicações e Mecânica de Precisão), em Jacarepaguá, com 45 empresas na 1.ª área e mais de 50 inscritas aguardando o planejamento final das novas áreas.*

*O Pólo de Confeções conta com as 130 empresas da 1.ª área e mais duzentas inscritas.*

*Estão em fase de implantação*

*os Pólos de Fundições, Alumínio, Biotecnologia e Vídeo.*

*São mais de 400 empresas inscritas que vão gerar 30.000 novos empregos.*

*Se você quer aproveitar as oportunidades que o Rio oferece não perca tempo: procure a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.*

*A Prefeitura está fazendo tudo para o Rio desenvolver-se mais e melhor.*

*Para que a população carioca tenha cada vez mais empresas, mais ofertas de emprego e melhores salários.*

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico**

Rua Afonso Cavalcanti, 455 — 7º andar  
Tel: 273-6117 (Centro Administrativo)



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

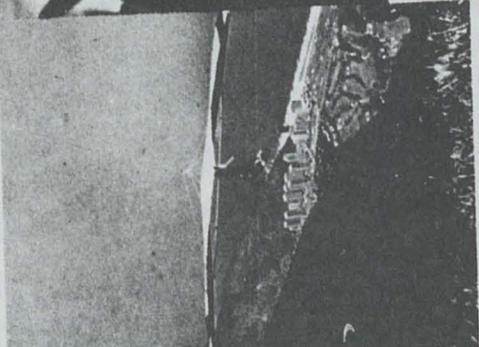


**PREFEITO SATURNINO BRAGA**  
GOVERNO.COMUNIDADE

# A Prefeitura do Rio está virando uma fábrica de desenvolvimento.

# SOLTE-SE NO RIO

Divirta-se nessa cidade  
alegre e bonita.



## RIOTUR

Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A.  
Rua da Assembléia, 10 - 9º andar - Tel. 297-7117  
Telex. (021) 21940 ETUR-BR - CEP 20010 - Rio de Janeiro - Brasil



PREFEITURA  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

**Matéria de capa**

## **O futuro comprometido**



*Claudio Edinger/ONU*

Quatorze milhões de crianças morrem anualmente de fome e desnutrição. É como se a cada 12 meses desaparecesse a população inteira de países como Iraque, Malásia ou Gana. Este verdadeiro genocídio infantil tende a crescer se a crise do endividamento do Terceiro Mundo piorar. Todas as gerações futuras estarão diretamente ameaçadas. Segundo o Unicef, qualquer melhoria neste quadro depende da participação dos países ricos, os maiores beneficiados pela crise da dívida. Mas, apesar de estarem 60% mais ricos do que há 20 anos, eles alegam que só podem doar quantias inferiores às fornecidas na década de 50



“Devemos deixar nossas crianças morrerem de fome, para que possamos pagar nossas dívidas?” A pergunta – do líder tanzaniano Julius Nyerere – ilustra a relação direta entre a problemática econômica e a situação da

infância no Terceiro Mundo. O que não significa que as mortes, a cada ano, de mais de 14 milhões de crianças com menos de cinco anos devam ser atribuídas somente à dívida externa.

Outros problemas econômicos, como também sociais e culturais, contribuem para esse morticínio, bem como para o quadro de desnutrição e carências de todo tipo que vitima milhões de outras crianças.

A pobreza é, sem dúvida, o maior desses problemas. Não só a pobreza material dos pais e dos países, mas também a pobreza mental de muitos dirigentes. O ex-ditador filipino Ferdinando Marcos, por exemplo, gastou, nos últimos anos do seu regime, cerca de cinco vezes mais com a construção de quatro sofisticados hospitais do que com os cuidados primários de saúde para toda a nação.

Atitudes como essa, que deveriam constituir aberrantes exceções, infelizmente compõem a tendência predominante no Terceiro Mundo, onde 90% dos recursos orçamentários dedicados à saúde visam ao atendimento de apenas 15% da população; 10% das verbas é o que sobra para os outros 85%, a grande maioria do povo.

“Devemos sacrificar nossas crianças, a fim de aumentar os gastos militares?” Esta é outra indagação, não menos pertinente, com que se defronta quem se propõe a examinar a situação

da infância no Terceiro Mundo. Ela foi feita em Seul, em 1985, no encontro anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, pelo ministro das Finanças do Paquistão, Mahbub-ul-Haq, ao constatar que, de 1972 a 1982, os gastos com saúde e educação dos países em desenvolvimento com baixa renda decresceram, ao mesmo tempo em que as despesas militares registravam um aumento de 7 para mais de 100 bilhões<sup>1</sup> de dólares. Com o que se gasta para construir três modernos aviões militares, todas as crianças do mundo poderiam ser imunizadas

contra o sarampo, a difteria, a coqueluche<sup>2</sup>, o tétano e a tuberculose, as chamadas doenças imunopreveníveis, responsáveis por uma grande parte dos óbitos infantis.

#### O impacto da recessão

A sinistra aliança entre a infecção e a desnutrição é a causa principal desses óbitos. Ela mata 280 mil crianças por semana, mais do que qualquer outra calamidade, mais do que as epidemias de fome, as secas e as inundações. E colhe a maioria das suas vítimas nas camadas populacionais de pobreza absoluta, as mais vulneráveis à recessão econômica que há sete anos



Crianças: as vítimas da pobreza

impõe taxas de crescimento negativo ou irrisório ao Terceiro Mundo.

Desde o início desta década, mais da metade das nações africanas registrou quedas superiores a 15% em suas rendas médias. Na América Latina, o decréscimo nos rendimentos foi de 9% entre 1980 e 1986. Isso, depois de três décadas de indicadores positivos para os países subdesenvolvidos: “Entre 1950 e 1980, as taxas de mortalidade infantil caíram em 50%; a expectativa média de vida subiu cerca de 30%; a produ-

terceiro mundo – 19

## Imunização universal

□ A 25 de outubro de 1985, quando as Nações Unidas ingressaram em sua quinta década de atuação, os chefes de Estado e os funcionários graduados de 21 governos uniram-se a cidadãos comuns, para assinar uma Declaração, comprometendo-se a imunizar todas as crianças do mundo até 1990. Dez meses mais tarde, já eram 74 os signatários da lista, junto com mais de 400 organizações não-governamentais, tanto dos países desenvolvidos quanto daqueles em desenvolvimento.

Essas centenas de assinaturas testemunham a crescente confiança, a nível internacional, na viabilidade da meta de proteção universal contra as seis principais doenças imunopreveníveis da infância, adotada, pela primeira vez, na Assembléia Mundial de Saúde, em 1977. Essa meta, agora, pode ser alcançada graças ao aperfeiçoamento da tecnologia das vacinas e às novas estratégias para informar os pais do mundo inteiro sobre os benefícios da imunização.

O "Foro Popular", realizado em Nova Iorque, com o objetivo de legitimar a Declaração, reuniu cidadãos de mais de 60 países - quase a metade do total de membros das Nações Unidas. O secretário geral da ONU, Javier Pérez de Cuéllar, assim se pronunciou na ocasião: "É uma ofensa à consciência da humanidade permitir-se que as doenças continuem provocando um número tão grande de mortes e de deficiências. Deixar uma criança morrer, quando isso podia ser evitado, é uma vergonha para toda a humanidade."

Quase todos os países em desenvolvimento que integram a lista dos signatários

fazem parte das 77 nações que já haviam comunicado ao secretário geral a intenção de imunizar a maioria de suas crianças. Ao viabilizar a promessa, mais de três quartos dos países em desenvolvimento signatários da Declaração já iniciaram programas acelerados de imunização.

### Trechos da Declaração

"Nós, os povos, determinados a salvar as gerações vindouras do flagelo das doenças imunopreveníveis, que, atualmente, ceifam a vida de mais de 3,5 milhões de crianças, por ano, e que incapacitam, para sempre, outros 3,5 milhões, resolvemos aliar nossos esforços(...) para atingir a meta das Nações Unidas de alcançar a imunização universal das crianças em 1990, e considerar esse renovado compromisso uma ocasião propícia para comemorar o 40º aniversário das Nações Unidas."

### Governos que assinaram a Declaração:

**África:** Botsuana, Burkina Faso, Burundi, República Centro-Africana, Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Etiópia, Gana, Guiné, Quênia, Lesoto, Malawi, Moçambique, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Uganda, Tanzânia, Zimbábue.

**Américas e Caribe:** Argentina, Belize, Brasil, Canadá, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, Peru.

**Ásia e Países do Pacífico:** Austrália, Bangladesh, Butão, Birmânia, China, Filipinas, Índia, Indonésia, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Paquistão, República da Coreia, Sri Lanka e Tailândia.

**Europa:** Áustria, Bulgária, Dinamarca, Finlândia, França, República Democrática Alemã, Vaticano, Noruega, Polónia, Portugal, Espanha, Suécia, Turquia e Iugoslávia.

**Oriente Médio e África do Norte:** Chipre, Iêmen Democrático, Egito, Irã, Iraque, Jordânia, Marrocos, Síria e Tunísia.

## Infância

ção de alimentos triplicou e as taxas de matrículas nas escolas dobraram”<sup>3</sup>.

O impacto negativo da recessão econômica na situação da infância no Terceiro Mundo é ostensivo. No Brasil (ver matéria seguinte), por exemplo, a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) - o número de crianças mortas antes do primeiro aniversário, entre cada mil nascidas vivas - voltou a crescer a partir de 1983. No ano anterior, o país havia registrado a mais reduzida TMI de sua história: 65,8% (50% é o limite considerado aceitável pela Organização Mundial de Saúde). Embora o Brasil seja um dos maiores exportadores de alimentos do mundo, mais de 50% das crianças brasileiras sofrem de algum grau de desnutrição.

O mesmo quadro de deterioração da situação da infância, com o aumento dos índices de desnutrição, de baixo peso dos recém-nascidos e de mortalidade infantil, foi assinalado em países como o Chile, a Bolívia, o Uruguai, a Jamaica, as Filipinas, Barbados e vários Estados africanos, esses últimos às voltas com uma dupla catástrofe: além da recessão econômica, a seca. Praticamente, apenas alguns países da Ásia Meridional e Oriental conseguiram ficar de fora desse quadro de retrocesso generalizado. Mesmo nos poucos países que estão crescendo economicamente, a situação das crianças - e do menor, em geral - continua, na maior parte dos casos, bastante crítica.

O Brasil, a Índia, a China e alguns países do Sudeste Asiático, como Formosa e a Coreia do Sul, ainda conseguiram, pelo menos, registrar significativo progresso econômico nesta fase de estagnação comercial, de aviltamento dos preços dos produtos exportados pelo Terceiro Mundo, de redução da ajuda financeira internacional, de expansão do endividamento e de queda dos financiamentos privados. A partir dessa constatação, não é difícil imaginar a situação da infância e do menor nos 17 dos 23 países latino-americanos e nos 24 dos 32 países da África subsaariana em que as rendas médias declinaram entre 1980 e 1985.

Com as crises nos balanços de pagamentos,

no endividamento externo e interno, de onde tirar os recursos para os imprescindíveis programas governamentais em favor da infância, essa parcela da população que não tem voz ativa nem porta-vozes, que não vota nem é votada? No afã de escapar ao cerco financeiro dos grandes bancos, de manter as importações de produtos indispensáveis e de buscar ou retomar o crescimento econômico, os países tentam reformar as economias com políticas de ajuste ou saneamento. Nesse intento, cerca de 70 países, somente na presente década, acabaram se tor-

Edgard Rocha



A nutrição infantil se deteriora a cada dia

nando vítimas do receituário ortodoxo e recessivo do Fundo Monetário Internacional (FMI). O México é um dos exemplos mais eloquentes de que os remédios prescritos pelo FMI costumam piorar o estado dos pacientes.

Um estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), sobre as consequências dessas políticas de ajuste para as famílias mais pobres do Terceiro Mundo, indica que “os padrões dos serviços de saúde e de educação estão em declínio em muitos países” e que “é generalizada a deterioração dos índices de saúde e de nutrição” entre as crianças da África e da América Latina<sup>4</sup>. Causa imediata: na metade dos países africanos e latino-americanos, os gastos governamentais per cápita nos setores de educa-

terceiro mundo - 21

## Moçambique: o modelo Maputo

□ Com pouco mais de uma década de existência como nação, Moçambique já enfrentou secas constantes e outras calamidades naturais, a recessão econômica e a rebelião armada financiada pelo exterior. Apesar disso, o programa de vacinação nacional continua se ampliando.

Moçambique adotou uma política de atenção primária de saúde logo após a independência, em 1975, e lançou a sua primeira



O falecido presidente Samora Machel numa campanha de vacinação infantil

campanha nacional de imunização em 1976. Alguns anos mais tarde, a seca e a guerra praticamente estagnariam o progresso obtido. As chuvas voltaram; entretanto, os centros de saúde estavam destruídos, os agentes de saúde eram escassos e a cobertura de vacinação caíra para 25%.

Determinado a superar esses retrocessos, o falecido presidente Samora Machel declarou, em novembro de 1985, que mais de 90% dos menores de um ano, da capital, Maputo,

seriam vacinados contra as seis principais doenças preveníveis, antes do final de 1986. O programa de Maputo serviria de modelo para o resto do país.

A meta já se revela viável: os agentes de saúde de Maputo já vinham há três anos visitando as pessoas, em suas próprias casas, procurando identificar crianças e gestantes que não tiveram a oportunidade de receber todas as doses das vacinas, ou mesmo crianças cujo peso não estivesse sendo controlado, encaminhando-as ao posto de saúde mais próximo.

No início de 1986, os agentes de saúde começaram a percorrer a cidade de ponta a ponta; em junho, eles estavam a meio caminho de proteger 90% dos 34 mil menores de um ano da capital. Em agosto, 62 dos 98 bairros da cidade já tinham sido percorridos.

O cumprimento da meta proposta implica que se alcancem as famílias de acesso mais difícil, assim como os mais pobres, os analfabetos e, mais recentemente, os refugiados que emigraram das áreas de conflito, no campo.

Assim, as autoridades de saúde de Maputo estão elaborando um esquema permanente, para manter informadas todas as famílias. As escolas primárias ensinam às crianças os benefícios da vacinação e de outras medidas de saúde. Enquanto, num determinado bairro, as campanhas de porta a porta iniciam suas atividades, os voluntários do partido, das escolas primárias, da juventude nacional, das organizações femininas e da Cruz Vermelha Moçambicana trabalham, ombro a ombro, com líderes comunitários e com o pessoal de saúde, no propósito de encorajar os pais a levarem seus filhos a um local de vacinação. As atividades são anunciadas em cartazes e panfletos, em emissões de rádio e televisão, em convocações públicas divulgadas por alto-falantes instalados em viaturas. Também os eventos esportivos são utilizados para transmitir anúncios das campanhas.

ção e saúde foram, a partir de 1980, reduzidos. Nem seria preciso acrescentar que tais reduções afetam sobretudo a vida dos mais pobres entre os pobres. É às custas deles que a maioria dos governos terceiro-mundistas empreende as suas "reformas" econômicas. Raros são os governos que, como o do Zimbábue, ousam investir na produtividade dos mais pobres.

## Estratégias alternativas

Embora tão óbvias, as relações entre a situação da infância no Terceiro Mundo e o panorama econômico internacional não têm merecido a devida atenção, salvo em alguns trabalhos isolados, como "*Efectos de la recesión mundial sobre la infancia*"<sup>5</sup>, um estudo especial do Unicef, assinado por Richard Jolly e G. Andrea Cornia. São eles que afirmam, na introdução: "Os problemas da infância costumam ser tratados em função de perspectivas estreitas, que ignoram suas causas últimas e se concentram mais nos sintomas e causas individuais do que nas



A marginalização pode ser evitada

sociais, o que conduz, com frequência, a análises e medidas políticas inadequadas. Mesmo quando um estudo se baseia nas causas sociais, tende a fazê-lo com um enfoque *nacional* das condições políticas, econômicas e sociais, que, raramente, leva em conta sua componente internacional. Esse desprezo pelo aspecto internacional pode ser entendido nos países industrializados, devido aos seus altos níveis de renda, mas é dificilmente justificável em países de recursos mais limitados".

O estudo demonstra que os efeitos da recessão econômica mundial não se abatem de maneira uniforme sobre todos os países. As reações dos diferentes governos ante a crise tam-

bém não são uniformes. Nem todos adotam o modelo do FMI – de redução de gastos públicos (inclusive na área social), de achatamento salarial e de privatização das empresas estatais – para enfrentar as pressões dos crescentes serviços da dívida externa e das inquietantes reduções das reservas em divisas. Entre a estratégia monetarista do Chile e a socialista de Cuba (que continua acelerando o desenvolvimento dos seus programas sociais), cabe toda uma gama de modelos e programas os mais variados, com resultados também os mais diversos.

Em Cuba, que, de 1973 a 1982, quase triplicou os gastos per cápita em serviços de saúde pública e mais do que duplicou os gastos per cápita em educação, a TMI baixou, nesse período, de 28,9 a 17,3% (antes da revolução, a TMI era estimada em 60%), e os avanços na qualidade de vida e na eliminação das desigualdades são qualificados, por técnicos do Unicef, de impressionantes<sup>6</sup>. No Chile, em que os gastos sociais per cápita sofreram um decréscimo de 20% de 1974 a 1982, embora a TMI continuasse a diminuir (graças, fundamentalmente, à qualidade do antigo sistema nacional de saúde), a proporção de pobres absolutos aumentou de 12 para 16% em apenas dois anos (1980/82).

O exemplo cubano é uma prova de que a situação da infância pode ser melhorada mesmo durante a presente recessão econômica mundial, a mais grave e ampla desde a década de 30, ainda que o *World Economic Survey* classifique de "desalentadoras" as perspectivas para a maioria dos países em desenvolvimento. Há países mais e menos dependentes da conjuntura econômica internacional. A Índia e a China são certamente

## Filipinas: a comunidade enfrenta a fome

□ A metade do ano é *tiempo muerto* para os 200 mil trabalhadores das plantações de açúcar, assim como para suas famílias, na parte ocidental da ilha de Negros, nas Filipinas. Contudo, nos últimos dois anos, esse *tiempo muerto* não tem significado apenas o desemprego fora da época de moagem, mas também a perspectiva de morte. Morte por inanição e doença para os mais vulneráveis — as crianças.

As quedas bruscas no preço mundial do açúcar — 29 centavos de dólar a onça, em 1980, para menos de 3 centavos, em 1985 — devastaram a economia da ilha, que depende quase totalmente da colheita da cana-de-açúcar.

A produção, então, declinou; os salários, baixos, foram ainda mais reduzidos, com muitos trabalhadores demitidos. Na época da moagem, muitas famílias costumam fazer apenas uma refeição diária de arroz e vegetais; mas, entre maio e outubro, podem ser obrigadas a sobreviver com apenas uma refeição de arroz, em dias alternados.

Um levantamento, realizado em meados de 1985, constatou que, em algumas partes de Negros, mais de 40% dos menores de 14 anos apresentam desnutrição moderada ou grave. O hospital da cidade de Balcolod registrou um aumento de 67% nas mortes de menores de um ano, nos primeiros quatro meses de 1985, em relação ao mesmo período de 1984. A mortalidade infantil elevou-se a quase o dobro da taxa nacional, e a maioria das mortes tem origem na desnutrição.

Reconhecendo a necessidade urgente de modificar essa situação, a Superintendência Nacional de Desenvolvimento Econômico, juntamente com as autoridades provinciais de planejamento e o Unicef, lançou um progra-

ma de emergência em setembro de 1985. Para afastar o perigo imediato, as crianças estão recebendo complementação alimentar e cuidados básicos de saúde; suas famílias estão recebendo orientação sobre nutrição e sendo treinadas nas técnicas de produção doméstica de alimentos.

Nos dois mil centros de alimentação, 85 mil crianças recebem, diariamente, um lanche reforçado, rico em proteínas, feito no local e constituído de feijão *mung*, arroz, leite e óleo. Os grupos religiosos, as organizações de agricultores e os ministérios da área social — Desenvolvimento, Saúde e Educação — estão colaborando na complexa tarefa de distribuir a complementação alimentar.

Enquanto as crianças fazem seus lanches, os agentes rurais e os voluntários da comunidade dão aos pais noções acerca dos cuidados de saúde e de nutrição.

Os agentes de saúde, por sua vez, são responsáveis pela distribuição de vitamina A e dos complementos ferrosos, assim como dos sais de reidratação oral e das vacinas. Há sessões mensais de pesagem de crianças, não só para identificar as que precisam de alimentos adicionais, mas também para aumentar o nível de conscientização das mães quanto à importância de observarem o crescimento de seus filhos.

Após seis meses, um levantamento com mais de mil crianças do programa mostrou que 87% haviam ganho um peso médio de 1,5 quilo. Em Valladolid, onde o programa se acha em pleno andamento, fornecendo refeições extras a 894 dos 4.400 menores de cinco anos, 140 menores de um ano morreram no primeiro trimestre de 1985 — nenhum morreu no mesmo período, em 1986.

Para que as famílias de Negros tenham suas próprias reservas de alimento, a fim de enfrentarem os tempos difíceis, as crianças de aproximadamente 50 escolas aprendem as técnicas básicas de horticultura, usando, para isso, sementes de alta qualidade, fornecidas pelo programa.

menos afetadas pela recessão do que o Brasil.

## Problema estrutural

Mas a recessão não deve ser vista como a única vilã desta história. Há países em que a miséria e a pobreza independem, a estas alturas, das condições econômicas externas, nos quais o fim da recessão não bastaria para criar novas perspectivas para as crianças das famílias mais pobres. A atual recessão é um problema desta década; a miséria e a pobreza no Terceiro Mundo são bem mais antigas. Daí a importância crucial que assumem na problemática da infância e da juventude as condições internas, isto é, as estruturas sociais e econômicas de cada país, assim como as políticas adotadas para torná-las mais justas e humanas.

É preciso, contudo, tomar certos cuidados na análise dos indicadores sócio-econômicos, que, às vezes, isolados dos demais, podem fornecer uma imagem distorcida da realidade. É o que acontece, por exemplo, com a renda per capita. A China, Sri Lanka e Madagascar, países de baixas rendas, apresentam taxas de mortalidade infantil relativamente baixas, inferiores às de países de rendas médias, como a Libéria, a Nigéria, a Bolívia, a Mauritânia, o Senegal e o Congo.

O Produto Nacional Bruto (PNB) é outro dado enganador. Até 1982, quando encerrou um período de decréscimo, a TMI brasileira caía mais lentamente do que a de Cuba ou a da Colômbia, países com PNB's bem inferiores.

Para a situação da criança e do menor em geral, os percentuais de orçamento consagrados à saúde e à educação, assim como o equilíbrio na distribuição da renda, são mais importantes do que o PNB ou a renda per capita. Para constatá-lo, basta examinar os indicadores de alguns membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep).

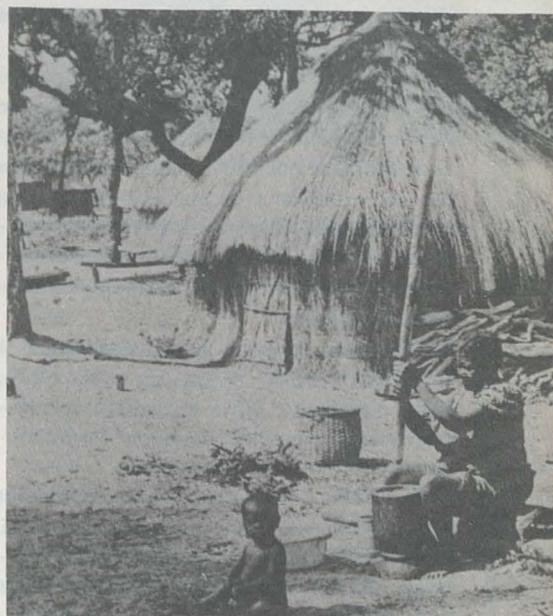
De acordo com os dados mais atualizados do Unicef, de 1985, os 10 países com as mais elevadas taxas de mortalidade infantil do mundo (veja o quadro), em ordem crescente, são An-

gola (143); Burkina Faso (145); Moçambique (147); Somália e Etiópia (152); Guiné (153); Malawi (157); Serra Leoa e Mali (175); e Afeganistão (189). Os que ostentam as menores TMIs são, também em ordem crescente, Suécia, Finlândia e Japão (6); Suíça, Noruega, Holanda e Dinamarca (8); e Canadá, Hong Kong, Austrália, Cingapura e Bélgica (9).

## Soluções de baixo custo

A esta altura do artigo, uma outra pergunta se sobrepõe às que foram formuladas pelo presidente tanzaniano e pelo ministro paquistanês: devem as crianças do Terceiro Mundo esperar o fim da recessão econômica mundial ou o início de autênticas revoluções no plano nacional para deixar de morrer como moscas em tantos países e para ter enfim respeitados os direitos à vida que lhes são garantidos numa declaração universal que a Organização das Nações Unidas aprovou especialmente para elas?

Apesar da recessão e da deterioração das economias de muitos países, a ciência continua



Métodos baratos salvam milhares de crianças

## Bangladesh: mais crédito para as mulheres

□ As mulheres pobres, em inúmeras regiões do mundo em desenvolvimento, sentem-se impotentes para promover o bem-estar de suas vidas e das de seus filhos, já que lhes faltam os rendimentos e o acesso aos empréstimos que as capacitariam a iniciar um negócio ou a aumentar a produção na agricultura, pela qual são as principais responsáveis. Apesar disso, estudos têm demonstrado que, quando as mulheres possuem algum excedente em suas rendas, dão prioridade às necessidades básicas de seus filhos. Assim, aumentar a capacidade de ganho das mulheres significa investir na melhoria do bem-estar de seus filhos.

O *Grameen Bank* de Bangladesh (*gamin* significa rural) vem emprestando dinheiro aos pobres, e mais particularmente às mulheres pobres, nos últimos 10 anos. A experiência tem demonstrado que o empréstimo representa um investimento bem lucrativo.

“A crença popular de que só os pobres não têm habilidade com as finanças, de que não conseguem obter rendimentos fora da agricultura, de que não sabem poupar, de que não são criativos e de que as mulheres, em particular, não são capazes de fazer empréstimos, não passa de um mito”, afirma o professor Muhammad Yunus, fundador e idealizador do banco.

“Estamos pouco a pouco começando a reverter o círculo vicioso da baixa renda, baixa poupança e baixo investimento, transformando-o num ciclo crescente de alta renda, alto crédito, alto investimento.”

Em 1976, o professor Yunus decidiu pôr à prova essa sua fé nos pobres da zona rural, criando um sistema de crédito para os habitantes do povoado próximo à Universidade de Chittagong, onde ele lecionava. Organi-

zou pequenos grupos de pessoas que buscavam crédito, de tal forma que todos compartilhassem a responsabilidade dos pagamentos, ao invés de exigir que cada um hipotecasse algum bem, como a própria terra. De fato, Yunus excluía aqueles que possuíam mais de 0,2 hectare de terra ou bens com valor duas vezes superior ao imóvel. Dessa forma, a pobreza era uma qualificação para o empréstimo, e não um item desfavorável.

Mais de 112 mil dos seus clientes eram mulheres, e 65% nunca tinham feito negócios com bancos ou tomado alguma iniciativa empresarial. E os empréstimos foram devidamente pagos. Após nove anos de empréstimos, num total de 13 milhões de dólares, variando entre 200 *takas* (7 dólares) e 5.000 *takas* (170 dólares), não houve praticamente inadimplentes. A maioria das mulheres que contraiu as dívidas investiu o dinheiro na compra de gado ou de instrumentos agrícolas; outras começaram algum comércio.

Entre 1980 e 1985, com ajuda do Unicef, mais de 500 bancárias foram treinadas a levar até o povo os serviços do *Grameen Bank*. Cerca de 9.500 aldeãs também receberam treinamento como líderes de grupo, a fim de ajudar suas conterrâneas na tramitação dos pedidos de empréstimo – muitas não sabiam sequer assinar o nome –, assim como na introdução de noções básicas de saúde em suas comunidades. Os membros dos grupos aprendem a ler, escrever, perfurar poços e plantar vegetais que melhorem a dieta de seus filhos. Impresso no registro de seus empréstimos, há um lembrete ilustrado de como preparar a mistura dos sais de reidratação oral.

O *Grameen Bank* tem sido fonte de inspiração para experiências semelhantes, com resultados similares, em países que vão de Dominica a Gâmbia. No Nepal, por exemplo, onde as mulheres gastam 60% de suas rendas com a comida de suas crianças ou de suas famílias, surgiram, nos últimos cinco anos, mais de 210 grupos femininos de crédito.

# Infância

avançando e o volume de conhecimentos da Humanidade não pára de crescer. Se, por exemplo, os meios de comunicação pudessem ser utilizados de forma socialmente mais útil, para a difusão de alguns desses conhecimentos, não se teria que lamentar, a cada ano, a morte de mais de 14 milhões de menores de cinco anos. Pelo menos a metade delas poderia ser evitada com a adoção de medidas de baixo custo, mas de alta eficácia, comprovada internacionalmente.

“Nos últimos 12 meses, a ampla difusão de apenas dois desses métodos de baixo custo – a imunização e a terapia de reidratação oral (TRO) – salvou cerca de 1,5 milhão de menores de cinco anos<sup>7</sup>”. E “mais de quatro milhões de crianças já foram salvas – apenas nos últimos cinco anos – por nações que se mobilizaram a fim de colocar em prática, com a amplitude necessária, as soluções de baixo custo<sup>8</sup>, que incluem ainda, entre as principais, a promoção do aleitamento materno e a orientação adequada quanto ao desmame, o controle do crescimento e desenvolvimento da criança, o controle das infecções respiratórias agudas, a assistência à mãe no período pré-natal, parto e puerpério, e o suprimento de vitamina A à criança”.

Especialistas estimam que a implementação dessas ações básicas de saúde poderia, nos próximos 10 anos, reduzir em 30 a 50% a mortalidade e a morbidade infantis. Não seria ainda a solução do problema, mas um passo considerável no sentido de atenuar as suas consequências às vésperas do século XXI. Até que as causas possam ser definitivamente erradicadas, com a implantação de uma Nova Ordem Econômica Internacional e de estruturas sócio-econômicas nacionais mais justas e humanas, que também levem em conta o papel fundamental que a situação da mulher desempenha nas condições de vida da criança. Só então poderá prevalecer uma nova ética para a infância. ●

**Artur José Poerner**

## Índice de Sobrevivência Infantil

A medida básica para a sobrevivência de

crianças em geral e de recém-nascidos em particular é a Taxa de Mortalidade de Menores de Cinco Anos (TMM5) – número de mortes de menores de cinco anos, por 1.000 nascidos. A Taxa de Sobrevivência Infantil por 1.000 nascidos vivos pode ser calculada com facilidade: subtrai-se a TMM5 de 1.000 e se divide o resultado por 10. O número assim obtido é a percentagem de crianças que sobrevivem até os cinco anos. A tabela abaixo mostra a Taxa de Sobrevivência Infantil de todos os países, em 1960 e em 1985.



**É preciso controlar o crescimento infantil**

### Percentagem dos nascidos que sobrevivem até os cinco anos

País	1960	1985
Afganistão	62,0	67,1
Mali	63,0	69,8
Serra Leoa	60,3	69,8
Malawi	63,6	72,5
Guiné	65,4	74,1
Etiópia	70,6	74,3
Somália	70,6	74,3
Moçambique	69,8	74,8
Burkina Faso	61,2	75,5
Angola	65,4	75,8
Níger	68,0	76,3

Países com TMM5 muito

terceiro mundo – 27

Rep. Centro-Africana	69,2	76,8
Chade	67,4	76,8
Guiné-Bissau	68,5	76,8
Senegal	68,7	76,9
Mauritânia	69,0	77,7
Campucheia	78,2	78,4
Libéria	69,7	78,5
Ruanda	75,2	78,6
Iêmen	62,2	79,0
Rep. Dem. do Iêmen	62,2	79,0
Butão	70,3	79,4
Nepal	70,3	79,4
Burundi	74,2	80,0
Bangladesh	73,8	80,4
Benin	69,0	80,7
Sudão	70,7	81,3
Bolívia	71,8	81,6
Tanzânia	75,2	81,7
Nigéria	68,2	81,8
Haiti	70,6	82,0
Uganda	77,6	82,2
Paquistão	72,3	82,6
Omã	62,2	82,8
Laos	76,8	83,0
Zaire	74,9	83,0
Camarões	72,5	83,8
Irã	74,6	83,8
Togo	69,5	84,0
Índia	71,8	84,2
Costa do Marfim	68,0	84,3
Gana	77,6	84,7
Lesoto	79,2	85,6
Egito	70,0	86,4
Zâmbia	77,2	86,5
Peru	76,7	86,7
Líbia	73,2	87,0
Marrocos	73,5	87,0
Indonésia	76,5	87,4
Congo	75,9	87,8
Quênia	79,2	87,9
Zimbábue	81,8	87,9
Argélia	73,0	88,3
Honduras	76,8	88,4
Tunísia	74,5	89,0
Guatemala	77,0	89,1
Arábia Saudita	70,8	89,1

alta (superior a 175)

Países com TMM5 alta (95-174)



O aleitamento materno é outra solução eficaz

Nicarágua	79,0	89,6
África do Sul	80,8	89,6
Turquia	74,2	89,6
Iraque	77,8	89,9
Botswana	82,6	90,1
Vietnã	76,7	90,2
Madagascar	81,9	90,3
Papua-Nova Guiné	75,3	90,6
Equador	81,7	90,8
Brasil	84,0	90,9
Birmânia	77,1	90,9
El Salvador	79,4	90,9
Rep. Dominicana	80,0	91,2
Filipinas	86,5	92,2
México	86,0	92,7
Colômbia	85,2	92,8

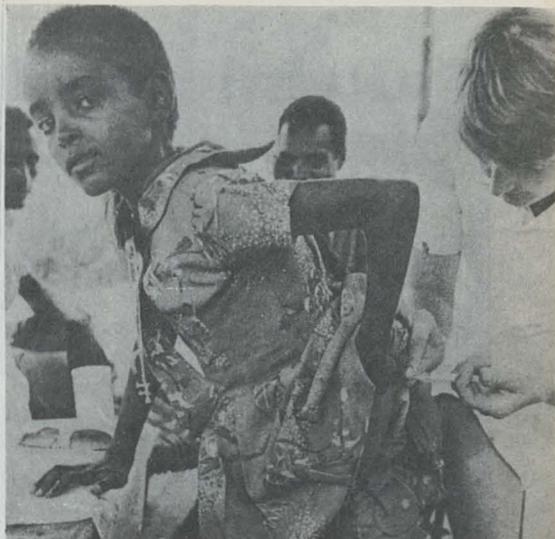
Países com TMM5

# Infância

			<i>média (30-94)</i>
Síria	78,2	92,9	
Jordânia	78,2	93,5	
Mongólia	84,2	93,6	
Paraguai	86,6	93,6	
Libano	90,8	94,4	
Tailândia	85,1	94,5	
Albânia	83,6	94,8	
China	79,8	95,0	
Sri Lanka	88,7	95,2	
Venezuela	88,6	95,5	
Emirados Árabes Unidos	76,1	95,7	
Guiana	90,6	95,9	
Argentina	92,5	96,0	
Malásia	89,4	96,2	
Rep. Democ. da Coreia	88,0	96,5	
Rep. da Coreia	88,0	96,5	
Panamá	89,5	96,5	
Maurício	89,6	96,8	
Uruguai	94,4	96,8	
Romênia	91,8	96,9	
Iugoslávia	88,7	96,9	
União Soviética	94,7	97,1	
Chile	85,8	97,4	
Trinidad-Tobago	93,3	97,4	
Jamaica	91,2	97,5	
Kuait	87,2	97,5	
Costa Rica	87,9	97,7	
Portugal	88,8	97,8	
Bulgária	93,8	97,9	
Hungria	94,3	97,9	
Polónia	93,0	97,9	
Cuba	91,3	98,1	
Grécia	93,6	98,2	
Tchecoslováquia	96,8	98,3	
Israel	96,0	98,4	
Nova Zelândia	97,3	98,6	
Áustria	95,7	98,7	
Bélgica	96,5	98,7	
Rep. Democ. Alemã	95,6	98,7	
Itália	95,0	98,7	
Estados Unidos	97,0	98,7	
Rep. Fed. da Alemanha	96,2	98,8	
Irlanda	96,4	98,8	
Cingapura	95,0	98,8	
Espanha	94,4	98,8	
Grã-Bretanha	97,3	98,8	

*média (30-94)*

*Países com TMM5 baixa (inferior a 30)*



**Imunização: uma solução de baixo custo**

Austrália	97,5	98,9
França	96,6	98,9
Hong Kong	93,5	98,9
Canadá	96,7	99,0
Dinamarca	97,5	99,0
Holanda	97,8	99,0
Noruega	97,7	99,0
Japão	96,0	99,1
Suíça	97,3	99,1
Finlândia	97,2	99,2
Suécia	98,0	99,2

**Fonte: "Situação Mundial da Infância 1987"**  
(Relatório do diretor executivo do Unicef, James P. Grant).

1. 1 bilhão - mil milhões
2. Tosse convulsiva
3. "Situação Mundial da Infância 1987" (Relatório do diretor executivo do Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef, James P. Grant).
4. Ibidem
5. Siglo XXI de España Editores, Madrid, dezembro de 1984.
6. Ibidem, in "La actual crisis económica mundial y el bienestar de la infancia: el caso de Cuba", de J. Gutiérrez Muñiz, J. Camarós Fabián, J. Cobas Manríquez e Rachele Hertenberg, pág. 155.
7. "Situação Mundial da Infância 1987".
8. Ibidem.

## Meio milhão de crianças salvas a cada ano



A desidratação diarréica, que mata mais de tr s milhões de crianças por ano, começa, finalmente, a ceder   a a da terapia de reidrata o oral (TRO). O relatório do Unicef mostra que a TRO j   n   uma "nova" terapia.

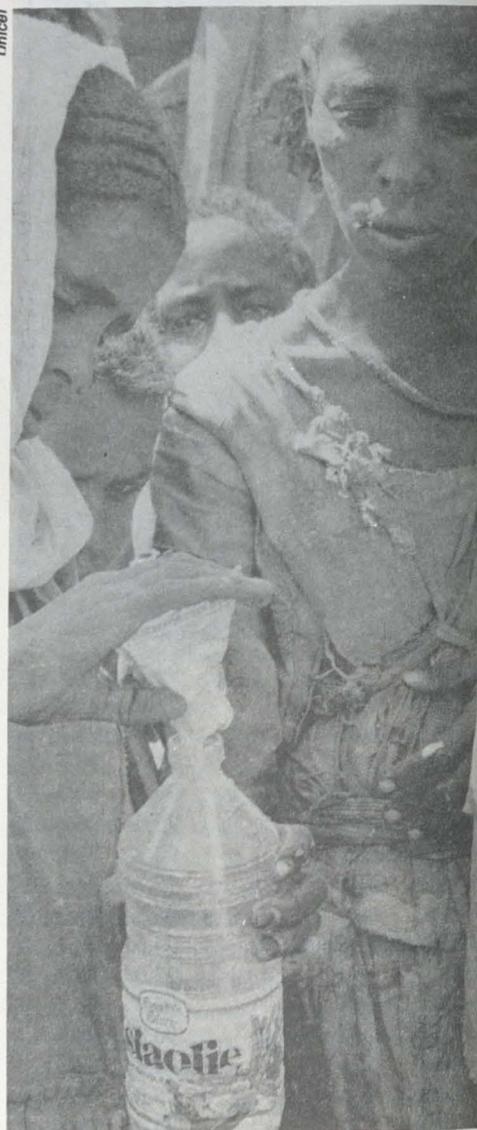
A técnica   conhecida h   mais de dez anos, período em que a desidrata o diarréica costumava matar aproximadamente 30 milhões de crianças, isto  , mais da metade dos menores de cinco anos que vivem atualmente na Europa, na América do Norte ou na Uni  o Soviética.

O progresso da terapia de reidrata o oral n  o tem sido t  o r  pido quanto o da imuniza o. "Realmente", diz James Grant, diretor executivo do Unicef, "tenho-me surpreendido com o fato de que os avanços mais expressivos dos últimos anos venham ocorrendo no campo da imuniza o, e n  o no da terapia de reidrata o oral".

Ao contr  rio da imuniza o, a TRO precisa superar um amplo espectro de terapias, tanto tradicionais quanto modernas, às quais tanto pais quanto profissionais de saúde est  o acostumados. A maioria dos médicos do mundo, por exemplo, ainda prescreve inúmeros medicamentos antidiarr icos, cujos efeitos s  o considerados ineficientes e até mesmo nocivos.

Somente nos últimos anos, a TRO começou a ter maior aceita o entre profissionais e a ultrapassar a área dos projetos de car  ter apenas experimental, passando a ser implementada em larga escala. Em meados dos anos 80, e de acordo com a Organiza o Mundial de Saúde, 12% das crianças com diarréia haviam sido tratadas, n  o são pela "fórmula completa" dos sais de reidrata o oral, distribu os em pacotes, como

30 - terceiro mundo



Volunt  rio demonstra como misturar a soluço

## Infância



Três fases da reidratação oral: em poucas horas, a criança se recupera em 95% dos casos



Unicef

também pelas “soluções caseiras”, feitas de açúcar (ou arroz), sal e água. Mesmo com esse precário nível de uso, a TRO já está salvando aproximadamente 500 mil crianças, por ano.

A produção global dos sais de reidratação oral refletiu esse progresso e cresceu rapidamente de 35 milhões de litros, em 1981, para 300 milhões de litros, em 1986 – com a metade do total produzido pelos próprios países em desenvolvimento.

O mais significativo de todos os avanços no uso da TRO ocorreu no Egito, onde os estudos mostram que mais de 75% das mães já utilizam os sais no tratamento de suas crianças. Até há pouco tempo atrás, só 2% das mães egípcias haviam ouvido falar da TRO. Hoje, o conhecimento sobre essa terapia é quase universal entre as mães. Isso se deve, em grande parte, à campanha promocional lançada pelos meios de comunicação, em particular pela televisão e rádio. Mais de 13 mil médicos, enfermeiras e farma-

cêuticos receberam orientação sobre a aplicação da TRO, e os currículos das escolas de medicina e de enfermagem passaram a incorporar o estudo e a prática dessa terapia. Essa estratégia – promoção pelos meios de comunicação associada a uma reciclagem do pessoal treinado na TRO – está sendo aplicada em um número cada vez maior de países e está conseguindo levar conhecimentos sobre essa terapia à maioria dos países.

“Dentro de uma década”, diz James Grant, “virtualmente todos os países poderão estar capacitados ao uso da TRO e, assim, o número de mortes anuais atribuído à desidratação diarreica poderá ser reduzido em mais de três milhões”.

“O verdadeiro desafio”, acrescenta Grant, “já não é mais técnico ou científico. Trata-se do desafio de criar a organização política e social capaz de colocar o conhecimento hoje existente ao alcance da Humanidade, a um custo razoável”.



## Índia: mobilização a nível nacional

Numa avaliação superficial, poder-se-ia afirmar que mais de um quarto dos problemas da pobreza mundial está concentrado num único país. Seja devido a mortes por diarreia, doenças preveníveis por vacina, nascimento com baixo peso, desnutrição, mortalidade infantil ou incapacitação na infância, cerca de 30% – e às vezes mais – das crianças vitimadas vivem na Índia.

Não obstante, esse país conseguiu mobilizar, desde a independência, em 1947, tal capacidade para o desenvolvimento social que poderá surpreender o mundo nas duas próximas décadas.

No setor industrial, a Índia integra, agora, a lista das dez nações industrializadas do mundo. Na agricultura, a produção de alimentos cresceu mais rapidamente do que a população, e a maioria das safras de grãos básicos vem apresentando excedentes. No campo do desenvolvimento social, foi implantada uma infra-estrutura capaz de alcançar, informar e apoiar a maior parte das famílias indianas, para que aprimorem suas condições de saúde, nutrição e produtividade.

Cada um dos 5.100 “módulos de desenvolvimento” integrantes do país possui, atualmente, uma estrutura administrativa que inclui, em geral, dois centros de atenção primária, com a média de oito subcentros cada um. Em termos de força de trabalho, a nação possui mais de 250 mil médicos alopatas qualificados e mais de um milhão de agentes de saúde. A Índia conseguiu

32 – terceiro mundo

também, na área educacional, que 80% de suas crianças tenham acesso à escola primária e que 90% disponham de escola a menos de um quilômetro de casa. A radiodifusão alcança 90% da população do país.

A expansão de outros programas sociais de desenvolvimento também está beneficiando uma significativa porcentagem da população. Os Serviços Integrados de Desenvolvimento Infantil (Sidi), por exemplo, oferecem cuidados básicos de saúde e educação pré-escolar a um quinto das crianças carentes da nação. Da mesma forma, o Programa para o Desenvolvimento das Mulheres e Crianças em Áreas Rurais atende a mais de 300 mil pessoas, prevendo-se a duplicação de sua cobertura em três anos.

Os resultados já são visíveis. Em pouco mais de 20 anos, a mortalidade infantil caiu 30%, a expectativa de vida subiu 40% e a taxa de nascimento foi reduzida em aproximadamente 25%. Em cinco anos (1980-1984), o número de povoados sem abastecimento de água potável foi reduzido de 230 mil para cerca de 40 mil, e indústrias indianas já produzem mais de 150.000 bombas d'água anuais.

As metas do governo para o ano 2000 – viáveis graças à infra-estrutura de serviços existentes – incluem:

- a redução da mortalidade infantil à metade (a 60 ou menos em cada 1.000 nascidos vivos);
- a média de duas crianças por família (cerca

Adrián Solo



Um terço da pobreza mundial

# Infância

Roberto Remo



Entre 1980 e 1984, os povoados sem abastecimento de água potável se reduziram de 230 mil a 40 mil

de 23 milhões de bebês nascem anualmente na Índia – mais do que o total da América Latina e quase tanto quanto o total da África);

- a redução, à metade, do número de mulheres que morrem de parto ou de problemas afins;

- a redução significativa da incidência de 30% dos nascimentos com baixo peso e da desnutrição infantil (ênfase na prevenção, em vez de na recuperação);

- a educação primária para todos e a erradicação do analfabetismo (ênfase na educação das mulheres e num trabalho que evite que as meninas abandonem a escola);

- água potável para todos e saneamento básico para 50% da população, nas áreas urbanas, e para 25% nas áreas rurais.

## Os Sidi

Entre os milhares de projetos iniciados, a cada ano, no mundo em desenvolvimento, poucos podem reivindicar uma influência tão permanente como os Serviços Integrados de Desenvolvimento Infantil (Sidi), da Índia.

Apesar do modesto início, há mais de uma década, os Sidi envolvem atualmente, em suas operações, mais de 200 mil pessoas, promovendo os cuidados básicos de saúde e a educação pré-escolar para os 20% mais carentes das famílias indianas. Em 1990, o esquema deverá ter sua amplitude duplicada, alcançando, então, 40% de todas as crianças carentes. Dessa forma, espera-se que, na virada do século, todos os pobres das áreas rurais e arredores estejam sendo atendidos.



Adrián Soto

#### Os Sidi têm reduzido a mortalidade infantil

A força dos Sidi são os *anganwadi* – literalmente, pálios –, cedidos ou alugados, a preço baixo, para funcionar como centros de informações e de atendimento infantil. Um assistente *anganwadi* é escolhido pela comunidade local (idade mínima de 18 anos), recebe três meses de treinamento e honorários mensais de 250 rúpias (cerca de 20 dólares), por quatro horas e meia de trabalho diário, durante seis dias da semana. Desempenhada com o apoio de técnicos de saúde mais qualificados, que providenciam visitas mensais para treinamento complementar, a tarefa dos *anganwadi* é acompanhar o crescimento das crianças, ensinar às mães a prevenir as doenças mais comuns da infância (inclusive aprender a usar os sais de reidratação oral), ensinar aos pais a promover o crescimento normal das crianças, organizar o trabalho da imunização e a distribuição da vitamina A, tratar de pequenos ferimentos, organizar a complementação alimentar, quando necessária, e servir como intermediário na obtenção de atendimento mais qualificado para crianças com problemas mais

sérios de saúde. Todos os centros *anganwadi* fornecem também educação pré-escolar e estimulam as atividades dos menores de seis anos.

Os Sidi, por sua abrangência, tornaram-se um dos programas mais estudados no mundo em desenvolvimento. Através de sua ação, muitos problemas têm vindo à tona, principalmente aqueles que dizem respeito à qualidade desigual do treinamento, às questões de supervisão ou mesmo de triagem. Certos estudos, porém, concluíram que os Sidi estão causando um impacto contundente. Nas áreas em que estão presentes, a desnutrição, por exemplo, apresenta índices, em geral, 60% inferiores aos das áreas ainda não atendidas pelo esquema. A TMI foi reduzida para menos de 90 por 1.000 nascidos vivos, em oposição à média nacional de 114 (embora os Sidi só atuem em áreas pobres). As taxas de imunização e os níveis de matrícula escolar são, normalmente, mais altos, e as taxas de evasão, inferiores. Além disso, já se observa uma queda na taxa de natalidade, nas áreas onde o esquema dos Sidi obteve êxito no aprimoramento da sobrevivência e da saúde infantis.

Embora os *anganwadi* sejam um centro de tratamento e encaminhamento, enfatizam, principalmente, a promoção do desenvolvimento físico e mental como um todo, através da capacitação das famílias com conhecimento e apoio necessários, de modo que protejam o crescimento normal de seus filhos. Aliados aos atuais progressos nos conhecimentos científicos nos campos da imunização, aleitamento materno e desmame, reidratação oral, acompanhamento de crescimento e espaçamento familiar, o progresso social, representado pelos Sidi, tem o potencial de reduzir significativamente as mortes de crianças e a desnutrição infantil.

Como parte de um programa de vinte pontos de desenvolvimento, os Sidi são regularmente reavaliados em reuniões ministeriais. Suas atividades são essenciais na mobilização do país contra a pobreza. Quando o esquema tiver alcançado todas as famílias carentes da Índia, a operação ainda estará consumindo menos de 1% do Produto Nacional Bruto indiano. ●

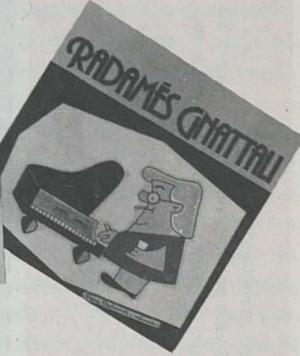
cadernos do

# terceiro mundo

Sempre é tempo de presentear os amigos. "Cadernos" é uma boa opção.

**Seus amigos merecem uma visão correta do mundo. Eles vão gostar de ler e assinar a nossa "diferença".**

Apresente "cadernos" e ganhe seu brinde.



Quanto mais assinaturas, menor o preço unitário e ... com brinde!

Nº DE ASSINATURAS	VALOR POR ASSINATURA CZ\$	TOTAL A PAGAR CZ\$	BRINDES
1	430,00	430,00	1 Livro de nossa escolha
2	415,00	830,00	2 Livros de nossa escolha
3	395,00	1.185,00	1 Disco de "Radamés Gnattali"
4	385,00	1.540,00	1 Assinatura de "Cadernos"
5	375,00	1.875,00	1 Guia do Terceiro Mundo mais um livro

**CUPONS NO VERSO**

# CUPONS DA PROMOÇÃO

Preencha os cupons desta página. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. central) no valor correspondente aos pedidos, de acordo com a tabela no verso, e envie em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Caso deseje fazer somente um pedido individual utilize apenas um cupom. Não deixe de preencher o cupom do brinde.

## CUPOM DO BRINDE REMETENTE

De acordo com esta promoção, estou remetendo Cz\$. .....  
 em ( ) cheque(s) nominal(is) ou ( ) vale postal-ag. central em nome da  
 Editora Terceiro Mundo Ltda. Aguardo, portanto, o brinde a que tenho  
 direito.  
 Nome: .....  
 Endereço: .....  
 Bairro: ..... Cidade: .....  
 Estado: ..... CEP: ..... Tel.: .....

( ) Desejo 1 assinatura anual de "cadernos".  
 ( ) Estou presenteando com 1 assinatura de "cadernos" para:  
 Nome: .....  
 Endereço: .....  
 Bairro: ..... Cidade: .....  
 Estado: ..... Cep: ..... Tel: .....  
 Estou remetendo, junto com este cupom e de acordo com a tabela no verso da página, o valor correspondente por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal-ag. central.

( ) Desejo 1 assinatura anual de "cadernos".  
 ( ) Estou presenteando com 1 assinatura de "cadernos" para:  
 Nome: .....  
 Endereço: .....  
 Bairro: ..... Cidade: .....  
 Estado: ..... Cep: ..... Tel: .....  
 Estou remetendo, junto com este cupom e de acordo com a tabela no verso da página, o valor correspondente por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal-ag. central.

( ) Desejo 1 assinatura anual de "cadernos".  
 ( ) Estou presenteando com 1 assinatura de "cadernos" para:  
 Nome: .....  
 Endereço: .....  
 Bairro: ..... Cidade: .....  
 Estado: ..... Cep: ..... Tel: .....  
 Estou remetendo, junto com este cupom e de acordo com a tabela no verso da página, o valor correspondente por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal-ag. central.

( ) Desejo 1 assinatura anual de "cadernos".  
 ( ) Estou presenteando com 1 assinatura de "cadernos" para:  
 Nome: .....  
 Endereço: .....  
 Bairro: ..... Cidade: .....  
 Estado: ..... Cep: ..... Tel: .....  
 Estou remetendo, junto com este cupom e de acordo com a tabela no verso da página, o valor correspondente por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal-ag. central.

( ) Desejo 1 assinatura anual de "cadernos".  
 ( ) Estou presenteando com 1 assinatura de "cadernos" para:  
 Nome: .....  
 Endereço: .....  
 Bairro: ..... Cidade: .....  
 Estado: ..... Cep: ..... Tel: .....  
 Estou remetendo, junto com este cupom e de acordo com a tabela no verso da página, o valor correspondente por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal-ag. central.

Editora Terceiro Mundo Ltda. - Deptº Comercial - Rua da Lapa, 180 - sala 1105 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021 - Tel.: (021) 252-7440.

CUPONS NO VERSO

# A situação da infância no Brasil

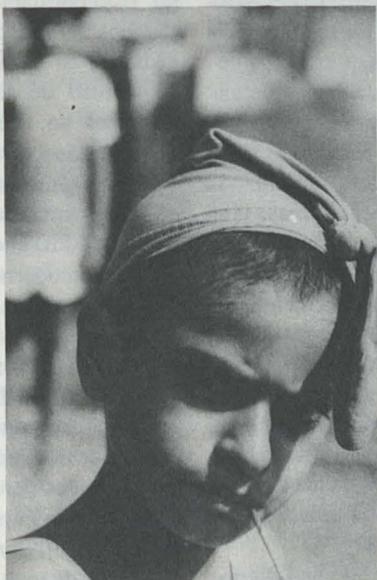
Este país, que já foi chamado de "Belíndia" por apresentar contrastes como Bélgica e Índia, tem quase 60% de menores em completo abandono



Na arrancada com que pretende passar da posição de oitava à quinta economia de livre mercado ou do Ocidente, depois dos Estados Unidos, Japão, Alemanha Ocidental e Inglaterra) até o ano 2000, o Brasil parece estar descobrindo a criança, que se torna cada vez mais presente nas preocupações e declarações tanto de órgãos governamentais e não-governamentais quanto no noticiário dos meios de comunicação. Esta crescente presença se deve, sobretudo, a um quadro de indicadores sociais incompatíveis com as aspirações da Nova República, os quais se refletem, indistintamente, na paisagem humana das grandes cidades, mesmo nas regiões mais desenvolvidas do país. De fato, é possível admitir um país grande, mas não um grande país, com 26,5% da sua população – 36 milhões de pessoas – constituídos por menores carentes, que representam 57% do total na faixa etária de menores de 19 anos. Acrescente-se a esse fato que cerca de 20% desses menores carentes – uns sete milhões – são tidos como totalmente abandonados.

A maioria das crianças brasileiras começa a ser agre-

didada ainda no ventre materno, pela desnutrição materna e pela violência contra a mulher, e – quando sobrevive às doenças perinatais, respiratórias e preveníveis por vacinação, à diarreia e à fome – chega à idade adulta agredida pela falta de oportunidades no mercado de trabalho. No percurso, elas têm que enfrentar e superar várias modalidades de violência e agressão (biológica, social, física, cultural, policial, comportamental, racial etc.) até mesmo, em muitos casos, no âmbito da própria família. Algumas dessas formas de violência – como a do trânsito, a negligência ou indiferença dos pais, a poluição e a aculturação – não poupam sequer a camada privilegiada dos menores não-carentes.



Claudio Edinger/ONU

Enfrentar a violência e a agressão

A Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) – o número de crianças, de cada mil nascidas vivas, que morrem com menos de um ano de idade – decresceu no Brasil, de 163,4 para 68,1, no período 1940/84, se analisada por décadas e macro-região, graças a programas na área de saúde que abrangeram uma ampliação das ações básicas de proteção. Assim, apesar de oscilações e reversões regionais na segunda metade da década de 60 e na primeira de 70 – inclusive em São Paulo, o mais rico dos estados brasileiros – e do fato de o decréscimo nos anos 60 ter si-

terceiro mundo – 37

do mais lento do que nas outras décadas, o Brasil chegou a 1982 ostentando a mais baixa TMI de todas as aferidas ao longo de sua história: 65,8 (o limite considerado tolerável pela Organização Mundial de Saúde é 50).

A partir de 1983, no entanto, a curva decrescente da mortalidade infantil no Brasil sofre uma reversão, com um súbito acréscimo de 12% na média nacional até 1984. Como explicar essa inversão de tendência, se os programas de saúde a que nos referimos – conforme assegura o então diretor da Divisão de Epidemiologia do Ministério da Saúde e atual secretário de Programas Especiais do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan), Roberto Augusto Becker – não foram interrompidos ou reduzidos? Se, ao contrário, tais programas, assim como a rede de assistência à saúde, registraram até mesmo uma expansão? O próprio Becker, no estudo elaborado com o especialista em saúde infantil do Unicef, Aaron Lechtig, cita as causas principais do fenômeno: a grave recessão econômica que o Brasil teve que enfrentar a partir de 1983, “com o achatamento salarial e a explosão inflacionária”.

Os autores demonstram as correlações existentes entre o poder aquisitivo do salário-mínimo, expresso em horas mensais de trabalho necessárias para a compra da cesta básica de alimentos do trabalhador, e a proporção de crianças nascidas com baixo peso, bem como entre horas de trabalho e mortalidade infantil. As conclusões do trabalho evidenciam, mais uma vez, a influência determinante da baixa renda na desnutrição, e desta na mortalidade infantil.

Com relação às crianças nascidas com baixo peso (menos de 2,5 kg), uma consequência da desnutrição intra-uterina, “a proporção no período 1977/82 atingiu 10%, aumentando em 1983/84 para 15,3%, ou seja, um incremento de 50% sobre a proporção de crianças com desnutrição intra-uterina em 1982. Os dados de 1985 evidenciam essa tendência altista, pois alcançaram 16,3%”.

Quanto às horas de trabalho “de um salário-mínimo necessárias para a aquisição da cesta 38 – terceiro mundo

básica de alimentos, certamente uma boa medida do poder de compra dos segmentos mais pobres da população, (...) em 1959, eram utilizadas 65 horas para adquiri-la; no período em foco – 1977/82 –, variou de 130 a 160 horas, e, a partir de 1982, aumentou, abruptamente, tal dispêndio, chegando em 1984 a 195 horas. Todavia, em 1985, essa necessidade decresceu para 177 horas, e os dados preliminares dos primeiros cinco meses de 1986 revelam uma média de 155 horas de salário-mínimo, se bem que, apesar da implantação do Plano Cruzado, há indícios de que o salário real reduziu-se em aproximadamente 4% nos meses de março a maio deste ano”.

#### A desnutrição

A desnutrição é a causa principal da mortalidade infantil no Brasil, ainda que os males diretamente responsáveis pelos óbitos continuem sendo a diarreia, a pneumonia e as doenças denominadas imunopreveníveis, já que são controláveis por meio de vacinas (sarampo, coqueluche, tétano, difteria, tuberculose e poliomielite). Essa constatação é endossada por Dioclécio Campos Júnior, professor do Departamento de Pediatria da Universidade de Brasília e diretor do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Ele é o responsável pela introdução, no estudo da problemática da mortalidade infantil, de um novo indicador: o dos anos potenciais de vida perdidos, que o professor Dioclécio considera mais moderno do que a TMI.

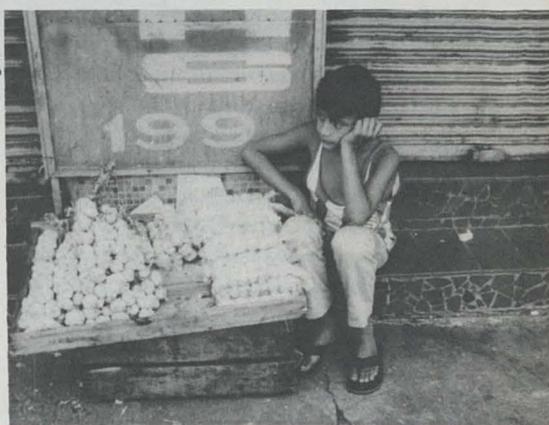
Com a palavra o professor: “Como a expectativa de vida do brasileiro é de 64 anos, todo indivíduo que morrer antes de completar essa idade terá perdido um certo número de anos potenciais de vida. Esse conceito (...) nos mostra outra face do problema: revela-nos a verdadeira dimensão das perdas humanas e da cassação do direito à vida imposta à nossa população infantil. Em 1980, foram perdidos 4.394.366 anos potenciais de vida no Brasil”.

Como é óbvio, os efeitos da desnutrição –

## Infância

resultante, por sua vez, da pobreza que o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (PND) 1986/89 se propõe a combater — não se limitam aos menores de um ano, a faixa etária a que se refere a TMI. A Taxa de Mortalidade Pré-Escolar (TMPE), que abrange a faixa de um a quatro anos, foi estimada em 1984, com base em dados da Divisão de Epidemiologia do Ministério da Saúde, em 3,9 por mil crianças<sup>1</sup>. Em 1985, morreram, aproximadamente, 320 mil menores de quatro anos no Brasil, dos quais 264 mil (82,4%) ainda não haviam completado o primeiro ano de vida. Estima-se que metade das crianças que morreram no primeiro ano de vida em 1980, na América Latina, era brasileira<sup>2</sup>. Uma quarta parte desses óbitos havia ocorrido no Nordeste, região que, embora congregue apenas 29% da população brasileira, registra 52% das mortes de crianças no país.

Claudio Edinger/ONU



A recessão econômica deteriorou o nível de vida

### A Belíndia

Estatísticas e médias nacionais ocultam sempre graves distorções num país que estudiosos já apelidaram de “Belíndia”, por apresentar disparidades regionais tão extremas quanto as que separam as situações sócio-econômicas da Bélgica e da Índia. Uma historinha contada recentemente pelo famoso humorista brasileiro Millôr Fernandes, no “Jornal do Brasil”, ilustra bem o tipo de deformação estatística a que nos referimos: um rico devora um frango inteiro sob as vistas de um pobre faminto; ao final da solitária refeição, do ponto de vista estatístico, o que houve foi um consumo de meio frango per capita.

O pobre dessa anedota, no Brasil, é o Nordeste, que puxa para cima a curva da mortalidade infantil no plano nacional. Pois mesmo em 1983/84, no auge da recessão econômica, o Sul e o Sudeste “comeram frango”, isto é, reduziram as suas respectivas TMIs. No estado do Rio de Janeiro, o decréscimo de 1982/85 chegou a alcançar 21%, graças, entre outros fatores, às medidas adotadas pelo governo estadual para o controle ambiental e o saneamento de favelas, às

campanhas de imunização, e aos programas de aleitamento materno e reidratação oral, segundo a diretora do Departamento de Doenças Não-Transmissíveis da Secretaria de Estado de Saúde, Alys Furtado. Conforme ela acrescentou, com a instituição do sistema de alojamento conjunto nos hospitais e maternidades da rede estadual, e as campanhas para incentivar o aleitamento materno, “as crianças ficaram mais fortes, o que contribuiu para a redução da mortalidade”.

O assessor de Saúde da Secretaria Estadual de Planejamento, Carlos Felipe Almeida d’Oli-

veira, preferiu ressaltar, entre as medidas fundamentais para a obtenção do decréscimo na TMI fluminense, o saneamento realizado em várias favelas cariocas, como Vidigal, Prazeres, Escondidinho, Pavão e Pavãozinho, bem como em municípios da periferia, em especial da Baixada Fluminense.

Se a TMI continuou caindo no Sul e no Sudeste em 1983/84, mas aumentou no Brasil como um todo, esse acréscimo procede, evidentemente, das três outras regiões: Centro-Oeste, onde a TMI cresceu em 1983 e voltou a decrescer no ano seguinte; Norte, onde a elevação foi de 21%, aproximadamente; e Nordeste, onde o aumento atingiu 25%.

Para esse aumento maciço da TMI no Nordeste, onde ela é 60% maior do que na região

terceiro mundo — 39

## Unicef: mostrar que há alternativas

□ A estratégia "Criança e Paz", elaborada pelo Unicef no Brasil, pretende contribuir para a solução do problema do menor, mostrando que há uma alternativa de crucial importância para a sobrevivência e o desenvolvimento da criança, assim como apoiando e reforçando todas as decisões e iniciativas, governamentais e não-governamentais, no sentido de ampliar e tornar mais efetiva a justiça social.

Os dois eixos principais dessa nova estratégia são, no momento, a mobilização popular em prol da saúde infantil e o Movimento Criança e Constituinte, uma idéia (do Unicef) de mobilização do país para uma reflexão e uma conscientização sobre a realidade da criança, através da organização de encontros e de comissões em níveis municipal, estadual e nacional. Tais comissões devem incorporar todos os organismos relacionados com o problema, para que o processo de reflexão e conscientização possa resultar numa postura crítica, séria e criativa, bem como em denúncias e propostas de solução.

O objetivo que presidiu à instauração dos trabalhos foi o de fazer chegar ao eleitorado, antes do pleito de 15 de novembro último, e, a partir de então, aos parlamentares que irão compor a Assembléia Constituinte, propostas de direitos das crianças a serem inscritos na futura Constituição. Um bom exemplo dessas propostas é a da Comissão Creche do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que deseja ver, na nova Constituição, o direito à educação estendido às crianças de 0 a 6 anos, faixa etária ainda amplamente desassistida ou então atendida de maneira "quase artesanal", conforme observa a educadora América Ungaretti.

A Comissão Criança e Constituinte, que

coordena o processo, é integrada por entidades governamentais – ministérios da Educação, da Saúde, da Previdência e Assistência Social, do Trabalho, da Justiça e da Cultura, além da Secretaria de Planejamento da Presidência da República – e entre as principais não-governamentais estão a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a Sociedade Brasileira de Pediatria, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e a Organização Mundial de Educação Pré-Escolar (Omeq).

A partir do início dos trabalhos, em agosto passado, cada estado se organizou para promover debates, quase sempre muito ricos e diversificados, que se refletiram nas propostas estaduais apresentadas. Ante a crescente amplitude do movimento, o governo federal criou, através de portaria, a Comissão Interministerial Criança e Constituinte, com a finalidade de subsidiar os trabalhos da Assembléia Constituinte. Seguiu-se então uma portaria do secretário geral do Ministério da Educação, incorporando à comissão as instituições não-governamentais.

No I Encontro Nacional da Comissão Criança e Constituinte, realizado em outubro de 1986, o primeiro debate a reunir todas as entidades mencionadas, a problemática da infância já começou a ser colocada como uma questão política. Decidiu-se, na ocasião, encaminhar à Assembléia Constituinte um documento básico sobre os direitos da criança, que reflita as concepções das diversas entidades e correntes políticas engajadas no processo.

O presidente José Sarney fez questão de receber os participantes do encontro, integrantes da maior frente já articulada em favor da criança no Brasil. Há, por isso mesmo, uma esperança justificada de que a atuação dessa frente, de índole muito crítica e democrática, não cesse com o encerramento dos trabalhos da Assembléia Constituinte.

## Infância

Sul, contribuíram, segundo Roberto Becker, três fatores específicos, além da recessão econômica, do achatamento salarial e da explosão inflacionária que afetaram todo o país: 1) a seca que assolou a região no período 1979/84, uma das piores ali ocorridas; 2) a redução das coberturas vacinais em 1982/83; e 3) o fato de as crianças nordestinas viverem mais próximas do chamado "limiar da sobrevivência".

Agência JB



A baixa renda é determinante na desnutrição infantil

Assim, a TMI nordestina, que havia sofrido uma redução de 42% no período 1972/82, passando de 160 a 93, voltou a se elevar, chegando a 116 em 1984. "Os dados preliminares de 1985 e dos primeiros cinco meses de 1986 indicam que essa tendência persiste". É importante acrescentar que 80% dos óbitos infantis na região ocorreram no interior, ou seja, nas pequenas cidades e nas áreas rurais. Em 1984, 45% das famílias e 73% das crianças nordestinas com menos de seis anos viviam em condições de pobreza absoluta. Somente 44,2% dos domicílios da região e 7% do Nordeste rural tinham água encanada, enquanto 16,1% dos domicílios nordestinos e 2,1% na área rural da região contavam com saneamento adequado naquele mesmo ano.

Se os dados até aqui arrolados já são suficientes para indicar que o Nordeste é a região à qual deve ser dada absoluta prioridade no enfrentamento da problemática da mortalidade infantil no Brasil, uma informação adicional aponta para o interior da região como área que deve concentrar a maioria dos esforços: 43,5% dos óbitos infantis no país ocorrem no interior do Nordeste. É lá que se registram, além dos óbitos, as cifras elevadíssimas de recém-nascidos com baixo peso, reflexo da desnutrição materna e, em última instância, do acentuado empobrecimento que atinge a região. Como é lá também que o professor Meraldo Zisman, da

Universidade Federal de Pernambuco, constatou, numa pesquisa que englobou 30.223 recém-nascidos no Recife entre 1976 e abril de 1985, a veracidade de uma denúncia feita na década de 60 pelo cientista Nelson Chaves: a tendência do nordestino ao nanismo. O peso dos recém-nascidos de famílias de baixa renda vem caindo ano a ano e, "a persistirem as condições atuais, as projeções para 1990 indicam que as mães pobres chegarão àquele ano tendo bebês de peso igual ao dos pigmeus africanos, em torno dos 1.700 gramas" <sup>3</sup>.

### Fome, o "x" da questão

A persistirem as condições atuais a nível nacional (apesar da reversão da curva em 1983, considerado o período 1980/84, a TMI baixou até mesmo no Nordeste), abrangidos os esforços empreendidos no setor público de saúde nos últimos anos, 3.762.000 crianças brasileiras morrerão nos próximos 15 anos, das quais 3.217.000 (88%) com menos de um ano. Mas o Brasil poderá chegar ao ano 2000 com uma TMI abaixo da meta estabelecida mundialmente: 40, que o livraria, possivelmente, da incômoda situação atual, em que a sua TMI só é superada, na América Latina, pelas da Bolívia, do Haiti e de Honduras.

Para isso, segundo os especialistas, é funda-

mental o combate à desnutrição, meta prioritária entre as causas do problema, assim como o Nordeste o é entre as regiões. A conclusão foi referendada pelo presidente da República, José Sarney, ao anunciar, em fins de agosto de 1985, o investimento de 1,093 bilhão de cruzados no projeto "Primeiro, a criança", o maior plano de desenvolvimento social básico no Brasil e atual carro-chefe da fundação Legião Brasileira de Assistência: "A causa principal da mortalidade infantil, no nosso país, é concretamente a fome". E o presidente acrescentou: "O governo não deseja deixar como legado nem o barril de pólvora da pobreza absoluta nem o rastilho da fome e da subnutrição(...). Observo ao Conselho da LBA que está em suas mãos promulgar uma nova Lei do Ventre Livre<sup>4</sup>, que libertará os nascidos na escravidão da mortalidade".

O programa "Primeiro, a criança" se baseou em índices e cifras que, segundo a LBA, revelam "um quadro ainda brutalmente sombrio:

- do total de 22,5 milhões de crianças na faixa etária de zero a seis anos, 69% possuem um conjunto de carências físicas e psíquicas que afetam seu crescimento, seu desenvolvimento e dificultam sua sociabilização;

- em cada mil crianças nascidas vivas, 88 morrem antes de completar um ano de idade;

- cerca de 53% da população infantil brasileira apresentam algum grau de desnutrição, com predominância na região Nordeste, superior em 10 vezes à região Sul;

- das 22,5 milhões de crianças de zero a seis anos, apenas 2,5 milhões têm atendimento pré-escolar".

A esses dados da LBA, que já bastariam para configurar um quadro de agressão biológica, social e cultural à criança no Brasil, ainda muitos outros teriam que ser acrescentados, inclusive os concernentes às agressões que ela sofre ainda no útero, como a desnutrição materna e a violência contra a mulher, responsável pelo alto índice de mortalidade perinatal no país: 150 mil crianças mortas antes de completarem o primeiro mês de vida. O que significa que quase a metade da TMI se refere às fases imediatamente

anterior e posterior ao parto – um indicador, sem dúvida, da fragilidade das mães.

### A desnutrição materna

A desnutrição materna está estreitamente relacionada com o elevado índice de recém-nascidos com baixo peso, da mesma forma que a anemia – seu subproduto – e as infecções maternas. E influencia, igualmente, a taxa brasileira de mortalidade materna, estimada em 7 por 10 mil nascimentos, que é alta se comparada com a dos países ricos: menos de 2,5 por 10 mil. Na verdade, apesar da imprecisão de dados sobre a desnutrição, pode-se afirmar que "mais da metade das mulheres brasileiras não come o suficiente – e há aquelas que nem sequer comem todos os dias. A fome e a desnutrição são o primeiro fator de não-saúde no Brasil".

Em 1974, O Estudo Nacional de Despesa Familiar (Endef), pesquisa do IBGE que foi a maior jamais realizada sobre alimentação no Brasil, envolvendo 55 mil famílias de todos os níveis de renda e regiões, produziu resultados tão deprimentes e assustadores que o regime militar da época proibiu a sua divulgação. O cientista social Luís Parga Nina, coordenador da pesquisa, lembra que, "pela primeira vez, a fome se configurava como um fenômeno presente na grande maioria dos lares brasileiros".

O pesquisador do Unicef Roger Shrimpton, autor de "Ecologia da desnutrição na infância", estima que, atualmente, em 60% desses lares, o mínimo diário de calorias necessárias não é ingerido. O padre Fernando Bastos de Ávila, assessor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e integrante da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais que entregou em setembro de 1986 um anteprojeto de Constituição ao presidente Sarney, citou, em debate recentemente promovido pelo "Jornal do Brasil" com a Federação e o Centro das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, dados sobre a violência social publicados pela "Revista Bolso", segundo os quais 40 milhões de brasileiros são subnutridos e 30% da população vivem em

## Infância

estado de pobreza absoluta. O governo Sarney, ao que consta, vem pautando a sua política social por um estudo do professor Hélio Jaguaribe, intitulado "Brasil 2000", segundo o qual um terço das famílias brasileiras, correspondendo a 35 milhões de pessoas, vive na miséria, com um a meio salário mínimo, e um quarto, correspondendo a 30 milhões de habitantes, subsiste em condições de extrema pobreza. São, portanto, quase 70 milhões de brasileiros (65% da população) que vivem na miséria ou na extrema pobreza, situação para a qual Jaguaribe propôs uma política assistencialista, com maciços investimentos em alimentação e saneamento.

### Doenças e falta de saneamento básico

Dos 320 mil menores de quatro anos que morreram em 1985, mais de 211 mil tiveram as suas vidas ceifadas por causas que poderiam ter um controle relativamente simples. Ou seja, ainda que desnutridos, eles poderiam ter sobrevivido. Além da desnutrição, as doenças perinatais e as doenças preveníveis por vacinação são as causas imediatas de mais de dois terços das mortes de menores de cinco anos no país. Somente a desidratação diarreica é responsável por 90 mil desses óbitos.

O professor Dioclécio Campos Júnior observa que, excetuadas variações numéricas, o quadro geral é, praticamente, o mesmo de 1981, ou seja, "o impacto da mortalidade infantil continua assustador e as doenças que a provocam são exatamente as mesmas e na mesma ordem". E arremata: "A constatação de que 90% do total de mortes imunopreveníveis envolveram crianças com menos de cinco anos de idade reforça a prioridade para esse grupo etário e aponta para um panorama absolutamente inaceitável no tocante à saúde de nossa população infantil, pois, à luz dos conhecimentos científicos desenvolvidos em nosso século e da tecnologia conquistada para a prevenção das doenças, não se pode mais admitir que uma população infantil esteja sendo dizimada por doenças tão simples, (...) perfeitamente evitáveis em termos de saúde pública".

1987 - Março - nº 99

A precariedade ou a falta do saneamento básico desempenham papel relevante nesse quadro de morbidade e mortalidade. O saneamento reduz bastante a proliferação de insetos e o perigo de contaminação, mas ainda está longe de padrões razoáveis no Brasil. As estatísticas relacionadas ao setor também não atingiram ainda níveis satisfatórios, tanto é que a próxima Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE passará a incluir um quesito sobre a existência ou não de um vaso sanitário nas residências pesquisadas. Dos 16,5 milhões de domicílios urbanos brasileiros, 2,5 milhões não dispõem do mínimo em instalações sanitárias, isto é, de um banheiro. A gravidade desse



A metade das mulheres não se alimenta bem

problema, que afeta a mais de 10% da população urbana do país, se espelha no lema e objetivo do Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente (MDU): "Uma torneira para cada lote; um banheiro para cada casa".

Técnicos governamentais estimam que 32, a 36% da população urbana, constituída por 96 milhões de pessoas, são servidos por esgoto, mas isso, na esmagadora maioria dos casos, equivale apenas a algum sistema de afastamento dos dejetos, sem que sejam submetidos a qualquer espécie de tratamento - um esgoto mínimo, portanto. Se adotado o critério do tratamento adequado do esgoto em função do meio am-

terceiro mundo - 43

biente, nem 2% da população urbana dispõem de esgoto satisfatório, segundo o engenheiro sanitário Augusto Sérgio Pinto Guimarães, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Os órgãos de saneamento têm negligenciado, sistematicamente, a questão dos dejetos domiciliares, o maior foco de contágio nas áreas pobres.

Quanto à água, os técnicos governamentais consideram abastecidos mais de 84% dos domicílios urbanos, por estarem abrangidos pela rede de abastecimento. Mas o coordenador da Secretaria de Saneamento do MDU, Rubem Fonseca Filho, faz uma ressalva que nos confronta, mais uma vez, com a pobreza, a mãe de todas as violências, como diria dom Hélder Câmara: "Constatamos - inicialmente em Cuiabá - que em um grande número de domicílios dados como abastecidos de água ou esgotos, as pessoas simplesmente não têm os recursos necessários para providenciar as ligações à rede. Este é o caso de 2,5 milhões de domicílios que aparecem nas estatísticas como abastecidos de água e com esgotos, abrangendo de 12 a 12,5 milhões de pessoas". A situação é ainda muito mais precária na área rural brasileira.

#### **Carência educacional e excepcionalidade**

O direito à educação primária para menores dos 7 aos 14 anos, assegurado pela legislação brasileira, ainda é uma remota utopia para milhões de crianças. Em 1982, seis milhões de crianças em idade escolar não tiveram sequer acesso à educação de primeiro grau. Das que chegaram a ser matriculadas na primeira série em 1980, apenas 13% concluíram a oitava. A evasão escolar era e continua sendo muito mais acentuada entre as crianças de baixa renda e na zona rural, onde é insignificante a percentagem de alunos que atingem a oitava série, estimada em 26% na zona urbana. Os índices de repetência no primeiro ano escolar são elevados, chegando a mais de 50% no Nordeste, o que reflete a falta de estímulo psicossocial e a desnutrição na fase pré-escolar.

44 - terceiro mundo

A cobertura do programa de educação pré-escolar é irrisória, o que não é de surpreender, pois, afinal, se na faixa dos 7 aos 14 anos, em que o ensino é obrigatório por determinação constitucional, os números são os que vimos no parágrafo anterior, o que poderíamos esperar da faixa etária dos zero aos seis anos, para qual não existe sequer uma política oficial que defina as atribuições no atendimento? Em 1982, somente 11,5% dos menores de seis anos frequentavam estabelecimentos de educação pré-escolar. Quatro anos depois, das 25 milhões de crianças de zero a seis anos, somente 2,5 milhões (10%) são atendidas: um milhão pelas creches-casulo da LBA e 1,5 milhão na pré-escola. E o atendimento ainda é, em grande parte, de meio período, o que não libera as mães para trabalharem fora do lar. Na faixa de zero aos três anos, o atendimento é ainda mais insignificante, inclusive porque as creches implicam custos mais elevados.

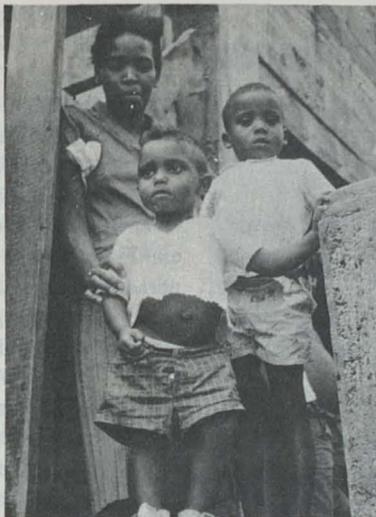
Tais estimativas - adotadas por especialistas como América Ungaretti, consultora do Unicef na área educacional, e Márcia Mamede, vice-presidente da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar (Omep) no Brasil - evidenciam que a fase pré-escolar ainda não é uma prioridade governamental. Os programas do Ministério da Educação só enfocam o pré-escolar a partir dos quatro anos. Assim, por inexistirem para os menores de seis anos tanto uma política nacional quanto uma legislação específica, bem como recursos alocados (excetuados os da complementação alimentar) e pessoal suficiente para trabalhar com essa faixa etária, o que prevalece no setor é a linha de atendimento assistencialista da LBA (que focaliza o período pré-escolar até os quatro anos - por vezes, até os seis).

Da mesma forma, existe o predomínio de uma linha reabilitacionista, que não dá atenção aos aspectos da detecção e da prevenção, frente ao problema dos excepcionais, que, de acordo com estimativas normativas de organismos internacionais, vitima quase 10% da população brasileira: quase 12 milhões de pessoas, entre as quais cinco milhões de crianças. No total, são

## Infância

seis milhões de deficientes mentais, 2,4 milhões de deficientes físicos, 1,8 milhão de deficientes auditivos e 1,2 milhão dos chamados deficientes múltiplos (os casos mais difíceis de ajudar).

A situação é bem grave, pois se estima que, a prosseguir o ritmo atual, o Brasil deverá ter 18 milhões de deficientes no ano 2000 e pelo menos 20 milhões daqui a 20 anos. Como cada deficiente ocupa, em média, duas pessoas, quase 24 milhões já estão ocupadas com o problema. Se somarmos a



Dezessete milhões de menores de seis anos vivem em condições de miséria

esse total os sete milhões de deficientes adultos, chegaremos à conclusão de que a excepcionalidade consome as energias e desvia de outras atividades produtivas quase 31 milhões de brasileiros.

As causas da excepcionalidade, salvo a minoria de casos de origem genética, são as mesmas da mortalidade: desnutrição e infecções, inclusive no período perinatal. Ou seja, a cada criança morta corresponde uma deficiente pelos mesmos motivos. Se, como vimos, 264 mil crianças morreram, em 1985, antes de completarem o primeiro ano de vida, igual número deve ter sobrevivido com algum tipo de deficiência.

### Outras formas de violência contra o menor

Do menor brasileiro que chega relativamente ileso aos cinco anos de idade – depois de sobreviver à fome, à desnutrição, às doenças, e de escapar imune às deficiências e aos diversos tipos de agressão a que já nos referimos –, pode-se dizer o que o escritor Euclides da Cunha disse do nordestino em geral: “É, antes de tudo, um forte”. Mas isso não significa ainda que o caminho que separa esse menor da idade adulta es-

teja desimpedido e livre de perigos.

A violência contra o menor no Brasil tem muitas faces. Por isso, aquele sobrevivente decinco anos continuará sendo perseguido no campo e nas ruas das grandes cidades por diversas formas de violência social, física, cultural, racial etc. O abandono é uma dessas violências: sete milhões de menores brasileiros aparecem nas estatísticas do IBGE como totalmente abandonados. Mas também existem outros tipos e graus de abandono. Os 17 milhões

de crianças de zero a seis anos de idade que vivem em condições de pobreza ou miséria não são de certa forma abandonados pelos órgãos e leis do Estado?

E a violência no âmbito da própria família e das instituições, inclusive das que são oficialmente incumbidas de proteger o menor? E o trabalho do menor? Em 1980, mais de 400 mil famílias viviam, exclusivamente, do trabalho dos menores, e um número ainda maior contava, parcialmente, com a renda dos filhos em sua estratégia de sobrevivência. Dos mais de oito milhões de menores que integram o mercado de trabalho, muitos não conseguem estudar e são explorados pelos patrões, além de viverem expostos a perigos físicos – como violência do trânsito, por exemplo – e morais nas ruas.

Ainda pior, evidentemente, é a situação dos meninos de rua que, sem um trabalho que lhes assegure o mínimo de rendimento necessário à sobrevivência própria ou da família, acabam envolvidos em alguma espécie de atividade ilícita – contravenções ou até crimes. São os “pivetes” ou “trombadinhas” dos grandes centros urbanos brasileiros, muitas vezes “órfãos de pais vivos”, expressão cunhada por uma especialista da prefeitura paulista: menores semi-

## A Pastoral da Criança

□ A pastoral da criança é um programa desenvolvido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e apoiado pelo Unicef, Movimento de Educação de Base, Ministério e secretarias de Saúde, além de outros órgãos oficiais, com o objetivo principal de reduzir à metade a mortalidade e a morbidade infantis.

O programa representa o envolvimento da estrutura da igreja católica na luta pela sobrevivência e pelo desenvolvimento infantil, assim como na melhoria da saúde e dos níveis de vida nas áreas carentes, urbanas e rurais.

A estratégia da Pastoral da Criança é a participação da comunidade como agente de sua própria transformação. Ou, conforme acrescenta a médica Zilda Arns Neumann, coordenadora nacional do programa: "É uma revolução em benefício dos pobres, para que eles não fiquem sempre na dependência de pedir".

### Repercussão no exterior

Surgida de um encontro em 1982 em Genebra, entre o diretor executivo do Unicef, James Grant, e o arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, a Pastoral da Criança constitui uma reação da igreja diante dos elevados índices de mortalidade e morbidade infantis no Brasil. Ela foi lançada com a seleção e o treinamento de 176 líderes comu-

nitárias (das quais 20 se tornariam supervisoras), em dezembro de 1983, em Florestópolis, um município do Paraná com 13 mil habitantes, 75% da mão-de-obra composta de "bóias-frias" (34% dos homens e 44% das mães de família analfabetos), com elevada taxa de mortalidade infantil e um índice de 32% de migração anual das famílias.

Menos de um ano após a implantação, em janeiro de 1984, das ações básicas da saúde em Florestópolis, os resultados haviam superado as expectativas. Por isso, ainda naquele ano, o programa foi estendido a seis dioceses e arquidioceses: São Paulo; Porto

Agência O Globo



Dom Paulo Evaristo Arns

Alegre e Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul; Maceió, em Alagoas; Tubarão, em Santa Catarina; e Bacabal, no Maranhão. Atualmente, a Pastoral da Criança já se estende a 110 dioceses, em 20 estados.

Embora voltada, especialmente, para as crianças de até seis anos, ela envolve os adultos das comunidades (que já eram umas 400, em dezembro de 1985) com seu trabalho educacional, baseado no princípio de que a

mulher é o principal agente de saúde e de educação em sua família e na comunidade.

O sucesso da Pastoral da Criança já está repercutindo no exterior: em novembro do ano passado, 15 bispos latino-americanos visitaram o Brasil para conhecer e observar a experiência, com o objetivo de levá-la aos seus países.

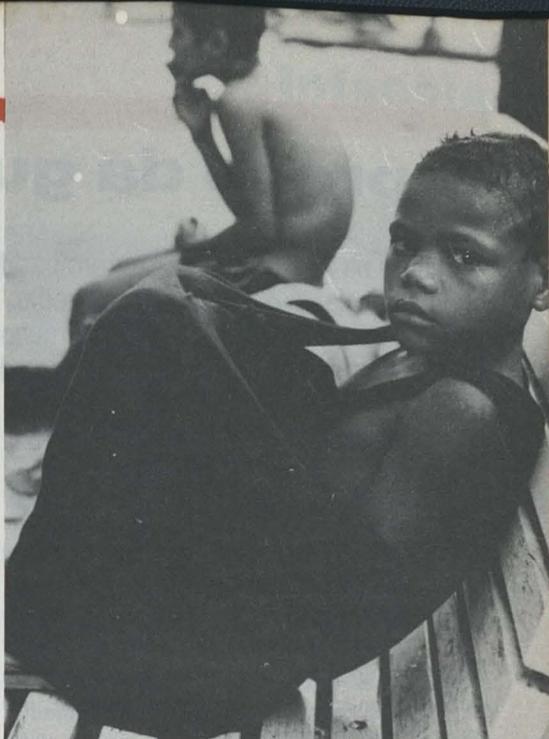
Ainda no que se refere à participação da igreja católica nos esforços pela melhoria da grave situação em que se encontra o menor no Brasil, cumpre acrescentar que em janeiro deste ano a CNBB lançou a Campanha da Fraternidade, tendo por tema "A fraternidade e o menor", e por lema, "Quem acolhe o menor a mim acolhe".

abandonados pelos pais em consequência do processo de desagregação familiar gerado pela miséria.

Em sua maioria, crianças de crescimento físico e desenvolvimento mental retardados pela subnutrição. Para elas, em geral, não há mais perspectivas nem esperanças, sobretudo nos casos frequentes de portadoras de lesões cerebrais decorrentes da desnutrição nos três últimos meses de vida intra-uterina e nos três primeiros anos de vida. Os expedientes ilegais a que recorrem para sobreviver logo as confrontam com outro tipo de agressão física muito comum no Brasil: da polícia e dos cidadãos partidários da aplicação da "justiça pelas próprias mãos"<sup>5</sup>. O que não quer dizer que essas e outras crianças, inclusive de classes sociais mais favorecidas, estejam a salvo de maus tratos e até crueldades no âmbito das próprias famílias.

Há mesmo formas de violência e agressão que atingem, indiscriminadamente, menores carentes e não-carentes. Os menores mais privilegiados do ponto de vista sócio-econômico, embora livres da fome e das doenças, não estão imunes à instabilidade e aos desajustes familiares, ao descuido, negligência e falta de atenção dos pais, à violência do trânsito, às diversas formas de poluição, às deformações culturais, à aculturação, às deturpações do comportamento social, ao processo de alienação e aos desequilíbrios provocados na sociedade brasileira pelo modelo econômico de "capitalismo selvagem" que predominou nos últimos anos, pelo exacerbamento da competitividade e da individualidade, pelo consumismo e pela rejeição dos valores morais.

A maioria dessas formas menos ostensivas e mais insidiosas de violência e agressão contra o menor no Brasil ainda não foi detectada e, muito menos, enfocada pelos órgãos governamentais. Como o menor é afetado, por exemplo, pelos valores disseminados pela televisão brasileira, pela violência enlatada e pela alienação programada que invadem, todos os dias, tantos lares do país? E como ele é atingido, indiretamente, pela discriminação de que as mulheres



Claudio Edinger/ONU

#### A evasão escolar continua muito acentuada entre as crianças de famílias pobres

continuam sendo alvo no Brasil? Apesar da crescente participação feminina na população economicamente ativa, com um aumento de 33 para 37% de 1981 a 1985, a mulher continua ganhando 3,5 vezes menos do que o homem. Estas são questões que ainda não estão sequer identificadas na problemática vista pelo ângulo governamental. (A.J.P.) ●

<sup>1</sup> Segundo consenso dos técnicos em saúde, as cifras reais de mortalidade poderiam ser superiores em 10 a 30%, conforme as regiões, devido ao alto grau de sub-registros de mortes.

<sup>2</sup> Estimativas baseadas em dados — que não incluem a região do Caribe — disponíveis em "World Health Statistics", págs. 27/37, Organização Mundial de Saúde, Genebra, 1984.

<sup>3</sup> "Fome produzirá pigmeus no Nordeste", "Jornal do Brasil", Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1985.

<sup>4</sup> A Lei do Ventre Livre considerou livres, em 1871, os filhos que os escravos viessem a ter a partir de então. Como os beneficiados pela lei deixavam, automaticamente, de constituir futura mão-de-obra gratuita, muitos senhores de escravos os largavam à própria sorte. Por isso, alguns autores vêem aí o início do problema do menor abandonado no Brasil.

<sup>5</sup> Um dos casos mais rumosos de aplicação da "justiça pelas próprias mãos" nos últimos tempos ocorreu no centro de São Paulo em 9 de dezembro de 1983, quando o procurador de Justiça Jefferson de Azevedo Figueira pisoteou e matou o menino Jollson de Jesus, que havia acabado de furtar uma correntinha de ouro de uma terceira pessoa. O assassino foi absolvido pela Justiça.

## O preço da guerra

Somente na África Austral morrem por dia cerca de 360 crianças em consequência da guerra provocada pelo "apartheid". No Líbano, depois de dez anos de combates, mais de 20 mil menores perderam a vida, enquanto na Nicarágua o número de órfãos já passa dos 100 mil



"É como se um Jumbo cheio de crianças caísse todos os dias". Essa comparação chocante foi feita pelo diretor executivo do Unicef, James Grant, em uma entrevista coletiva realizada em janeiro passado em Londres para dar uma idéia do drama das crianças que morrem diariamente em Angola e Moçambique por causa da guerra: um total de 360.

Só no ano passado, morreram nesses dois países (membros da Linha de Frente que sofrem as agressões do regime da África do Sul) 140 mil crianças e, segundo o Unicef, as projeções para este ano indicam que a cifra poderá ser ainda maior.

Os estudos sobre o impacto da guerra foram realizados nos nove países que formam a Linha de Frente (Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue), mas as cifras mais alarmantes foram registradas em Angola e Moçambique e por essa razão a coleta de dados em ambos os países foi mais exaustiva. O impacto dos resultados obtidos fez com que os responsáveis do Unicef decidissem empreender uma campanha para sensibilizar a opinião pública internacional sobre a situação dos 48 - terceiro mundo



África do Sul: "a destruição e desumanização de toda uma geração"

menores na África Austral, vítimas do *apartheid*.

Sem entrar em considerações sobre as causas da guerra, o documento descreve os reflexos das agressões sul-africanas nas receitas de Angola e Moçambique, nos seus orçamentos, na saúde e outros serviços sociais. "No caso de Moçambique - assinala - mais de 700 centros de saúde foram destruídos desde 1981, privando pelo menos dois milhões de pessoas dos cuidados médicos básicos. Com a infra-estrutura médica destruída, trabalhadores da saúde assassinados ou sequestrados e programas de vacinação suspensos em várias áreas, os índices de mortalidade infantil, particularmente entre os menores de cinco anos, aumentaram dramaticamente".

O relatório também chama a atenção para a necessidade de aumentar a ajuda a esses países em termos de fornecimento de medicamentos, água e alimentos, assim como na reconstrução de escolas e centros de saúde, além de ressaltar a vulnerabilidade do transporte da ajuda para as zonas necessitadas.

Mas o *apartheid* também tem suas vítimas dentro do próprio território sul-africano. "Estamos assistindo à destruição e desumanização de toda uma geração. É quase um genocídio", afirmou Max Coleman, um mi-

## Infância

litante dos movimentos de defesa dos Direitos Humanos na África do Sul. O próprio ministro de Segurança Pública, Louis Le Grange, admitiu dias antes da sua demissão que 209 crianças menores de 16 anos foram assassinadas pelas forças policiais no ano passado e 703 ficaram feridas. E que entre três e 10 mil adolescentes – cujas idades oscilavam entre 9 e 17 anos – foram detidos sem acusação, desde que entrou em vigor o estado de emergência. Muitos desses menores denunciaram terem sofrido torturas; outros viram seus pais e irmãos serem massacrados pelas forças repressivas do *apartheid*.

Os médicos constatam que é cada dia maior o número de crianças sul-africanas negras que apresentam *stress* pós-traumático, o mesmo estado psicológico detetado nos veteranos do Vietnã. Os distúrbios emocionais estão atingindo também as crianças das famílias brancas. Muitas escolas realizam treinamentos para enfrentar eventuais ataques terroristas e ao tocar o sino os alunos devem se lançar nas trincheiras que eles mesmos cavam. Um psicólogo afirmou que é cada dia mais frequente a presença de distúrbios graves – choro constante, vômitos, dores de cabeça – entre essas crianças.

“O que se pode fazer quando uma criança é ensinada a usar granadas de mão ou a dançar em torno do cadáver de uma pessoa que a própria comunidade justicou? Nada se pode fazer quando a violência é considerada a única saída”, afirma o professor de Psicologia da Universidade de Natal, Graham Hayes.

### Também no Líbano

A guerra no Líbano ocupa quase todos os dias um lugar nos noticiários internacionais. Mas a cobertura nunca aborda um dos aspectos mais dilacerantes do conflito: suas consequências para as crianças. Apesar das limitações que uma situação como a libanesa impõe para a realização de estatísticas, calcula-se que entre 20 e 40 mil crianças morreram nos mais de 10 anos de luta. “Nenhuma doença matou tanto num período equivalente”, afirma um médico que

Lázaro Mueche



**Moçambique: criança mutilada, vítima das agressões sul-africanas**

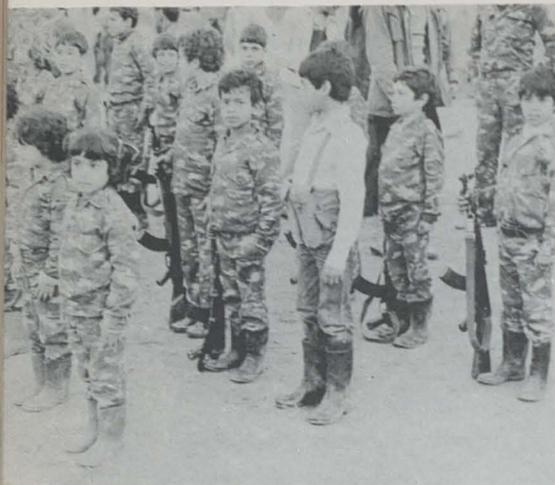
atende aos campos de refugiados palestinos. Durante a invasão israelense de 1982, 20% dos civis feridos que eram admitidos nos hospitais de Beirute eram menores de 15 anos e pouco mais de 10% deles morreram em consequência dos ferimentos (sem contar os que já chegaram mortos aos hospitais).

“Um fato crucial que devemos analisar é que a guerra não está incluída nos anais de classificação da saúde pública nacionais ou internacionais como causa de mortalidade infantil. Por isso, não existe nenhum mecanismo para recopilar e divulgar estatísticas vinculadas ao assunto”, declara o dr. Amal Shamma, de nacionalidade libanesa, diretor do departamento de pediatria do Centro Médico Berbir, de Beirute.

Das crianças vítimas da guerra atendidas pelo dr. Shamma, 82% tinham sofrido ferimentos graves e 14% ficaram incapacitados. “Os menores das áreas em conflito – afirma o doutor – se não são alvo das bombas, sofrem a morte dos pais e protetores, a falta de uma casa, a desnutrição, a interrupção da educação, a carência de cuidados médicos, a atrofia do crescimento”.

Em um estudo das consequências do militarismo crescente no mundo sobre a vida das crianças, a dra. J. K. Harfouche mostra que os gastos investidos no setor militar, inclusive no mundo desenvolvido, excedem em muito os

terceiro mundo – 49



**Crianças palestinas refugiadas no Líbano: o convívio diário com a guerra**

gastos em pesquisa sanitária, desenvolvimento de energia, alimentação e moradia para a população carente. Nas nações subdesenvolvidas, a diferença é ainda maior: os gastos na compra de armas são muito superiores aos fundos destinados a obras de saneamento básico, programas educacionais e agrícolas. A ajuda que o Terceiro Mundo poderia receber das nações industrializadas é vinte vezes menor do que o que esses mesmos países gastam em armamento.

Para a dra. Harfouche, a guerra deveria ser considerada como o maior assassino de crianças no Terceiro Mundo e os recursos destinados à sua preparação, como o principal obstáculo para o progresso e o acesso à saúde das crianças e suas famílias.

#### **América Central: órfãos e crianças abandonadas**

As operações de contra-insurreição na Guatemala e El Salvador e as operações de sabotagem dos "contras" na Nicarágua geram também terríveis consequências para as crianças. A Suprema Corte de Justiça da Guatemala assinala, em um documento divulgado no ano passado, que "as campanhas contra-insurrecionais desenvolvidas pelo exército têm deixado pelo me-

50 - terceiro mundo

nos cem mil órfãos, menores de dois meses a 12 anos de idade que não contam com apoio nenhum nas 'áreas em conflito' (Departamentos de San Marcos, Sololá, El Petén, El Quiché e Las Verapaces)".

Para a Suprema Corte, a situação no país leva ao "agravamento da situação dos órfãos, apesar dos programas de assistência social de organismos humanitários nacionais e internacionais". As casas para órfãos têm proliferado também na Nicarágua. Construídas pelo governo em diferentes partes do país, elas já abrigam mais de sete mil crianças que ficam abandonadas quando morrem seus familiares.

"Por que nos acontece isso?" Se pergunta um camponês de Waslala cujo testemunho foi colhido pela jornalista argentina Stella Calloni, residente na Nicarágua. "Os 'contras' gritam que nos estão matando em nome de Deus. Eu creio que Deus os castigará algum dia".

"Este camponês com sua família - relata Stella - conseguiu recolher mais de dez crianças que tinham ficado órfãs em uma aldeia e caminhar com elas durante longas horas, para fugir do terror dos contra-revolucionários".

Funcionários do Instituto Nicaraguense de Segurança Social e Bem-Estar assinalam que os "contras" não só matam as crianças nas aldeias como também nas escolas. "Usam foguetes,



**Em Beirute, é mais do que comum verem-se crianças empunhando armas pesadas**



# REFUGIADOS

Reuter

**Crianças guatemaltecas refugiadas: a repressão obriga as famílias a abandonar tudo e fugir do país**

granadas e morteiros de fabricação norte-americana. Não cremos que o povo dos Estados Unidos goste de saber que os seus impostos estão sendo empregados desta forma”, afirmaram. “Se soubessem a verdade, tratariam de impedir essa guerra suja”.

“Aqui temos órfãos absolutos: perderam seus pais, seus tios, seus irmãos e avós. Conseguiram se salvar porque na hora do massacre fugiram para as montanhas ou casualmente se encontravam pastoreando no alto delas”. Não, essa afirmação não é de algum dirigente nicaraguense, nem salvadoreño, nem guatemalteco. Trata-se do testemunho da irmã Zenaida Góngora, responsável por um dos seis refúgios que a Comissão “Paz e Esperança” das Igrejas Presbiterianas de Humanga coordena no estado peruano de Ayacucho. Lá, os órfãos são vítimas de outro conflito, o que se trava entre o Sendero Luminoso e as forças armadas peruanas.

Cifras extra-oficiais estimam que quando o Sendero Luminoso iniciou suas atividades na serra peruana, em 1980, cerca de duas mil crianças perderam toda a sua família. Mas “o calvário dessas crianças, ‘filhos da guerra’, como são chamados, se agravou a limites indescritíveis a partir de 1983, época em que as forças armadas tomaram o controle político-militar da zona, declarada em estado de emergência, que engloba três departamentos da serra e 33 províncias do centro e do sul do país”, afirma, em

1987 - Março - nº 99

um artigo sobre o assunto, a jornalista peruana Matilde Baralia O’Connel. “Como resultado das operações contra-insurgentes – prossegue ela – ou de confrontos com a guerrilha, dezenas de acampamentos foram praticamente arrasados e seus habitantes mortos, entre eles um número indeterminado de crianças que teve o mesmo destino dos seus pais e familiares”.

A Comissão de Familiares de Detidos-Desaparecidos calcula que pelo menos três mil crianças, sobre um total de dez mil pessoas, desapareceram nos últimos cinco anos nas áreas de emergência peruanas.

Quando, no ano passado, patrulhas do exército arrasaram um povoado, violaram as mulheres e queimaram os sobreviventes e feridos com bombas de fósforo – inclusive 27 crianças que frequentavam uma escola de educação básica – a “operação contra-insurrecional” foi defendida pelo oficial Telmo Hurtado. “Se não os matamos – disse – essas crianças crescem e amanhã podem se transformar em senderistas que matarão a todos nós”.

O drama da serra peruana se assemelha ao que os argentinos viveram durante os anos de ditadura militar. As mães e avós da Praça de Maio (e também mães e avós uruguaias) continuam até hoje a sua luta, exigindo do governo e das forças armadas o reaparecimento e identificação dos filhos e netos desaparecidos. ●

**Micaela Ramada**  
terceiro mundo - 51

# Os direitos da criança\*

\* A declaração dos Direitos da Criança, aprovada em 29 de novembro de 1959, pela ONU



Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano, e que se declaram dispostos a promover o progresso social

em melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla,

Considerando que as Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamaram que todo homem deve poder gozar dos direitos e das liberdades nela estabelecidos sem distinção de qualquer espécie, seja raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra qualquer, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra condição,

Considerando que a criança, em decorrência da sua imaturidade física e mental, precisa de proteção e cuidados especiais, inclusive proteção jurídica adequada, antes e depois do nascimento,

Considerando que a necessidade de tal proteção foi enunciada na Declaração Universal dos Direitos da Criança em Genebra, de 1924, e reconhecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos estatutos das agências especializadas e organizações internacionais interessados no bem-estar da criança, Considerando que a humanidade deve à criança o melhor de seus esforços,

A Assembléia Geral das Nações Unidas Proclama esta Declaração dos Direitos da Criança, para que a criança tenha uma infância feliz e possa gozar, em seu próprio benefício e no da sociedade, dos direitos e das liberdades aqui enunciados e apela aos pais, aos homens e às mulheres como indivíduos, às organizações

voluntárias, às autoridades locais e aos governos nacionais que reconheçam esses direitos e se esforcem por assegurar o seu cumprimento, através de medidas legislativas e de outras, progressivamente instituídas, em conformidade com os seguintes princípios:

## Princípio 1

A criança deve usufruir de todos os direitos enunciados nesta Declaração. Esses direitos devem ser reconhecidos, sem qualquer distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família.

## Princípio 2

A criança deve gozar de proteção especial e a ela devem ser oferecidas oportunidades e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, intelectual, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em ambiente de liberdade e dignidade. Na adoção de leis que visem a esse fim, o interesse maior da criança deve ser o fator determinante.

## Princípio 3

Desde o nascimento, toda criança tem direito a um nome e a uma nacionalidade.

## Princípio 4

A criança deve gozar dos benefícios de Previdência Social, ter direito a crescer e criar-se com saúde; para isso, devem ser asseguradas, tanto à criança como à mãe, ajuda e proteção especiais, inclusive determinados cuidados pré e pós-natais. A criança tem direito

a alimentação, habitação, recreação e assistência médica adequadas.

## Princípio 5

A criança incapacitada física, mental ou socialmente, deve receber tratamento, educação e cuidados especiais exigidos por sua condição peculiar.

## Princípio 6

Para o desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança precisa de amor e compreensão. Deve, sempre que possível, crescer sob a guarda e cuidado dos pais, e em qualquer caso, em ambiente de afeto e de segurança moral e material; a criança de tenra idade não deve, salvo circunstâncias excepcionais, ser separada da mãe. Cabe à sociedade e às autoridades públicas o dever de propiciar cuidados especiais às crianças sem família e àquelas que carecem de meios adequados de subsistência. É desejável a ajuda a famílias numerosas, por meio de subsídios estatais ou de outra natureza, que lhes permitam a manutenção dos filhos.

## Princípio 7

A criança tem direito a receber educação, que será gratuita e obrigatória pelo menos ao nível elementar. Deve gozar de uma educação que contribua para a sua cultura geral e lhe permita, em condições de igualdade de oportunidades, desenvolver suas aptidões, juízo pessoal e sentido de responsabilidade moral e social, e tornar-se um membro útil da sociedade. Os interesses primordiais da criança devem ser a diretriz daqueles que têm a responsabilidade por sua educação e por sua orientação; essa responsabilidade cabe, em primeiro lugar, aos pais. A criança deve ter todas as oportunidades de brincar e se divertir, visando aos propósitos de sua própria educação; a sociedade e as autoridades públicas devem empenhar-se em promover o gozo desse direito.

1987 - Março - nº 99



## Princípio 8

A criança deve estar, em qualquer circunstância, entre os primeiros a receber proteção e socorro.

## Princípio 9

A criança deve ser protegida contra qualquer forma de abandono, crueldade e exploração. Não deve ser objeto de tráfico, seja qual for a sua forma. Não deve ser permitido à criança empregar-se antes da idade mínima adequada; não deve, em caso algum, ser constrangida ou autorizada a aceitar qualquer ocupação ou emprego que prejudique sua saúde ou sua educação ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral.

## Princípio 10

A criança deve ser protegida contra atos que possam suscitar discriminação racial, religiosa ou de qualquer outra natureza. Deve ser educada em ambiente de compreensão, tolerância, amizade entre os povos, paz e fraternidade universal e em plena consciência que deve consagrar sua energia e seu talento ao serviço de seus semelhantes.

terceiro mundo - 53

# Os cinco anos de Rawlings

O governo do tenente Jerry John Rawlings, mais conhecido em seu país pelo apelido de J.J., acaba de completar cinco anos de existência, tendo ainda pela frente muitos desafios cruciais

No último dia do ano de 1981, o tenente da aviação J.J. Rawlings e um grupo de jovens militares derrubaram o governo de Hilla Limann prometendo uma revolução para reerguer a então caótica economia do país e restabelecer o programa nacionalista adotado logo após a independência de Gana. Cinco anos depois, o tenente Rawlings continua no poder e seu prestígio popular permanece alto, mas a revolução que ele prometeu ainda não foi concluída. Vários projetos tiveram que ser abandonados, a redistribuição mais justa da renda não foi alcançada, a agricultura familiar continua sobrevivendo a duras penas e os sindicatos ainda afirmam que os salários estão muito abaixo do mínimo necessário. Mas o caos econômico foi resolvido, o sistema comercial, financeiro e exportador voltou a ter condições de funcionar de forma organizada, o país reconquistou credibilidade no sistema bancário internacional e a diplomacia de Rawlings ainda se orienta pelos princípios do Não-Alinhamento e de uma postura considerada progressista tanto den-

tro como fora do país.

No quinto aniversário de sua subida ao poder, os jovens militares de Gana enfrentam uma forte polêmica dentro dos principais grupos civis e militares que apoiaram o golpe de 31 de dezembro de 1981. De um lado, estão os que ainda consideram o regime como revolucionário, enquanto do outro encontram-se os que acusam Rawlings de trair os ideais iniciais para implantar um governo populista na forma, enquanto na essência favorece os



J.J. Rawlings enfrenta polêmica sobre sua gestão no governo

interesses das elites econômicas nacionais e internacionais. Essa discussão nem sempre tranquila e cordial está longe de ser encerrada com uma definição clara por qualquer um dos lados.

Desde o momento em que se tornou o líder incontestado do país e se apresentou como herdeiro do nacionalismo de Kwame N'Krumah<sup>1</sup>, o tenente Rawlings se viu envolvido numa série de contradições vinculadas diretamente ao tipo de sociedade existente em Gana após a descolonização. A economia continua fundamentalmente agrícola, baseada em duas estruturas diferentes: a agricultura familiar, responsável pelo sustento de 65% da população do país; e a agricultura de exportação, dominada por empresas estrangeiras, como a inglesa Tate and Lyle, com o apoio de ricos fazendeiros locais. A riqueza gerada pela exportação do cacau, ouro e óleos vegetais, ainda no período colonial, provocou o aparecimento de um forte setor urbano concentrado especialmente em Accra, onde surgiu uma pequena burguesia razoavelmente forte e vinculada ao setor de serviços. O projeto de industrialização impulsionado logo após a independência pelos ideais nacionalistas de N'Krumah permitiu o surgimento de uma classe operária que sem ser forte numérica e economicamente, passou no entanto a ter um importante peso político.

## De N'Khrumah a Rawlings

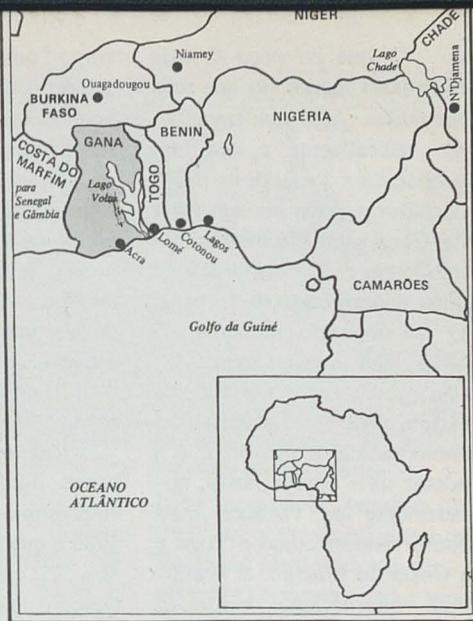
A estrutura econômica deixada pelo colonialismo tornou o país umbilicalmente dependente do exterior. O poder político, após a independência, passou a ser disputado pelas elites urbanas provocando uma alternância entre nacionalistas e pró-imperialistas, com o setor rural familiar funcionando como massa de manobra ora de um ora de outro grupo. N'Khrumah, considerado como um dos pais do panafricanismo por causa de sua formação intelectual e de sua habilidade política na luta pela independência, se transformou no grande líder dos nacionalistas. Mas seu governo foi minado pelo poder do grupo ligado ao capital estrangeiro, que se aliou a militares conservadores para derrubá-lo do poder em 1966.

Sucederam-se regimes militares e civis de tendência liberal até o início da década de 80, quando ficou evidente o profundo desgaste do grupo ligado a interesses estrangeiros, pela incapacidade de oferecer alternativas para uma economia em acelerado processo de desorganização. Sem partidos fortes e sem lideranças, o setor nacionalista só vislumbrou uma oportunidade de chegar ao poder com a rebelião liderada por J.J. Rawlings em junho de 1979 e que culminou na derrubada do regime encabeçado pelo general William Frederick Akuffo. Rawlings não ficou no Sentanto com o poder, pois convocou eleições que levaram

um liberal ao governo com a promessa de renovar o país, reorganizar a economia e acabar com a corrupção. Nenhuma dessas promessas foi cumprida no governo de Hilla Limann porque os setores nacionalistas civis e militares que davam apoio popular ao regime foram boicotados pelas elites empresariais que

tinham acesso direto ao presidente. O impasse acabou gerando um segundo golpe liderado por Rawlings, a chamada "quarta revolução" e que sepultou de vez a "Terceira República" (A de N'Khrumah foi a primeira, a segunda começou em 1966 e durou até 1979, enquanto a terceira sobreviveu pouco mais de um ano com Limann).

O movimento liderado por Rawlings era muito heterogêneo. Reunia desde intelectuais socialistas, militantes marxistas até oficiais revoltados contra a corrupção, passando por lideranças sindicais e estudantis adeptas do nacionalismo. Tinha também o apoio de uma parcela da burguesia descontente com o descalabro administrativo e financeiro, bem como vagas simpatias do setor camponês. O que unia todos esses



Com 238.537 km<sup>2</sup> de superfície total, as principais plantações de Gana (cacau, café, banana e dendê) se concentram no sul do país, uma área de densa selva, parcialmente devastada

setores era a desilusão com os políticos tradicionais, e a esperança de que algo novo pudesse ser feito. Nenhum desses grupos estava organizado em partidos políticos fortes, capazes de preencher o vazio de poder deixado pela debacle das elites tradicionais.

O resultado foi que o exercício do poder gerou logo no início uma intensa luta ideológica entre os vários integrantes da ampla coalizão que dava apoio ao Conselho Provisório de Defesa Nacional (PNDC – Provisional National Defence Council), o mais importante órgão decisório do país, criado logo depois do golpe de 31 de dezembro de 1981.

### A revolução e o FMI

No seu primeiro pronunciamento, Rawlings foi enfático

terceiro mundo – 55

co: "O que eu peço é nada mais nada menos do que uma revolução. Algo que transforme radicalmente a estrutura econômica e social deste país", declarou o novo homem forte de Gana num discurso transmitido em cadeia nacional logo após a derrubada de Limann. O nacionalismo militante do novo líder imediatamente levou governos conservadores estrangeiros a classificá-lo como radical e pró-líbio, e a adotar uma atitude hostil, notadamente os vizinhos mais conservadores como o Togo e a Costa do Marfim. A hostilidade internacional contra o projeto de J.J. Rawlings teve como pretexto basicamente as suas críticas ao imperialismo econômico e à decisão de criar Comitês de Defesa de trabalhadores e da população em geral. Outro fator que gerou fortes resistências das elites econômicas foi a implantação de Comitês Interinos de Administração (IMC - Interim Management Committees) o que retirava dos padrões tradicionais o controle sobre áreas-chaves da economia. Tudo isso levou alguns setores da alta-finança internacional e do próprio Departamento de Estado norte-americano a qualificarem o tenente Rawlings como um "novo *enfant terrible*" da África.

Cinco anos depois, o Banco Mundial, que funciona em comum acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), qualificou o Plano de Recuperação Econômica (ERP - Economic Recovery Program) adotado por Rawlings em 1983

como "uma das tentativas mais impressionantes de reforma econômica da África". Mais recentemente, o Banco Mundial anunciou que a Agência Internacional de Desenvolvimento (AID), vinculada ao governo norte-americano, aumentou em 36,3% o valor dos empréstimos fornecidos em 86 a Gana, que em vez do limite de 110 milhões de dólares, recebeu 150 milhões.

A extraordinária decisão do banco duplicou o valor dos empréstimos concedidos em 1985 e que totalizaram naquele ano 73 milhões de dólares. Desde o início do ERP, as autoridades financeiras internacionais, com o aval do FMI, já deram a Gana mais de 500 milhões de dólares em empréstimos com pagamento a longo prazo. A surpreendente generosidade do Banco Mundial e do FMI marcou uma reversão radical das atitudes dos principais centros financeiros ocidentais em relação a Rawlings. De "*enfant terrible*", ele passou a ser "um modelo do FMI".

#### As consequências do plano

A mudança de opinião tem como ponto de partida o controvertido Programa de Recuperação Econômica adotado em abril de 1983 e que se tornou o ponto central da polêmica político-ideológica em desenvolvimento no país desde 1981. Ao assumir o poder, Rawlings deixou claro que seguiria uma política determinada pelos interesses nacionais e voltada basicamente ao aten-

dimento das necessidades da população mais pobre.

Hoje, o ERP se orienta pelas leis do mercado. A moeda nacional, o cedi, foi desvalorizada em 5.400% desde 1983, passando de 2,75 unidades por dólar em 1983 para 150 unidades por dólar em dezembro de 1986. Foram eliminados os subsídios aos alimentos básicos, o que provocou um acelerado aumento do custo de vida. Os preços cresceram em média 3.000% de 1982 até hoje, enquanto os salários aumentaram apenas 900% no mesmo período.

#### Em benefício dos "grandes"

O drástico programa de austeridade baixou a inflação de 50 para 20% ao ano. Teve também reflexos positivos na normalização dos preços agrícolas. Até 1983 a maior parte da produção de cacau, óleos vegetais e alimentos era contrabandeada para o exterior contra o pagamento em moedas fortes. Atualmente os preços internos, resultantes da desvalorização do cedi, fizeram com que os agricultores voltassem novamente ao sistema oficial de comercialização. Mas isso beneficiou mais os grandes do que os pequenos produtores rurais.

Nos outros indicadores macroeconômicos, o ERP mostrou melhorias no que se refere ao crescimento do PIB, que aumentou em média 3,3% entre 1982 e 1985, com uma alta recorde de 7,6% entre 1983/84. Com a redução dos gastos públicos, o déficit or-

çamentário do governo caiu de 15% para 3,3%. A regularização do comércio aumentou o valor das exportações, como no caso do cacau, cujas vendas externas cresceram em 40 mil toneladas nos últimos dois anos, depois de ter atingido um de seus níveis mais baixos em 1984, com 160 mil toneladas. Mas o aumento do volume físico não encontrou correspondência em termos monetários, porque o preço do cacau no mercado internacional caiu no mesmo período.

O preço pago por esses resultados é bastante controvertido. O plano do PNDC, anunciado em 1982, de impor o monopólio estatal no comércio exterior foi abandonado. Estimulado pelo FMI, o governo passou a dar incentivos aos exportadores de produtos como cacau, madeira e ouro.

Autorizou também os exportadores a deixarem no exterior parte de seus ganhos para financiar importações essenciais que se tornariam impossíveis diante das elevadíssimas taxas cobradas sobre a compra de produtos estrangeiros pelo Banco Central.

O custo social também é pesado. O aumento de preços provocou uma recessão no consumo e o nível de pobreza cresceu. Ainda não há índices disponíveis devido à falta de estatísticas, mas a Central Sindical de Gana (TUC - Trade Union Congress) avalia que um operário ganha hoje quatro vezes menos do que em 1981.



Um saneamento econômico com alto preço social e político

A autonomia do país também passou a enfrentar pressões adicionais em consequência da elevação da dívida externa, que segundo o Banco Mundial estaria atualmente em torno de 1,2 bilhão<sup>2</sup> de dólares. Algumas projeções do Banco indicam que mesmo que o FMI libere parcelas crescentes de ajuda nos próximos dois anos (podendo chegar a um total acumulado de 1,7 bilhão de dólares), o governo de Gana ficará com um déficit em seu balanço de pagamentos externos no valor de 142 milhões de dólares até o ano que vem.

#### Agravamento das tensões

No terreno político, o tenente J.J. Rawlings tem pela frente tempos difíceis provocados pelo agravamento das tensões entre as reivindicações de trabalhadores, camponeses e funcionários públicos, e as pressões de organismos financeiros internacionais que exigem a austeridade econômica como garantia do fornecimento de novos empréstimos.

Alguns sinais da futura po-

lítica do governo parecem indicar um controle crescente da discussão ideológica nas organizações de massa criadas logo depois do golpe de 1981.

O prestígio de Rawlings ainda continua grande, mas aumentou a distância entre o governo e as organizações populares, notadamente aquelas que se empenharam mais a fundo na transformação radical das estruturas econômicas do país. Até mesmo os críticos de J.J. na esquerda afirmam que é prematuro dizer que a revolução foi traída.

Esses mesmos setores afirmam que a história do país não criou condições ainda para que os grupos nacionalistas acumulassem forças suficientes para resistir ao peso do setor econômico ligado aos interesses estrangeiros. Mas, ao mesmo tempo, os nacionalistas de esquerda acham que o governo de Rawlings não pode mais fazer concessões ao FMI sob pena de levar o país ao caos outra vez.

Carlos Castilho

<sup>1</sup> Líder da luta pela independência e 1º presidente de Gana (1957-1966).

<sup>2</sup> 1 bilhão-mil milhões.

## A “Internacional Capitalista”

Depois de estudar durante dois anos a ação das empresas transnacionais, um pesquisador uruguaio naturalizado brasileiro chegou à conclusão de que a “Internacional Capitalista” é maior e mais antiga que suas homólogas socialista e comunista

**R**ené Armand Dreyfuss, 41 anos, iniciou seu livro com uma citação do escritor italiano Umberto Eco: “Só os poderosos sabem sempre com clareza quem são seus verdadeiros inimigos”. A frase funciona como uma espécie de síntese do livro “A Internacional Capitalista”, cujo objetivo fundamental é revelar a organização política do empresariado transnacional na América Latina, seus métodos e seus objetivos.

Dreyfuss realizou um paciente trabalho de recopilação de milhares de documentos em cerca de 10 países latino-americanos e nos Estados Unidos, desde a década de 50 até hoje. Nomes e siglas foram submetidos a um cruzamento de dados exaustivo. O livro não é apenas uma investigação sobre os subterrâneos das empresas transnacionais instaladas na América Latina, mas também uma tentativa de conceituar num quadro teórico a ação dos interesses norte-americanos e europeus no continente. O autor dedica atenção especial aos casos

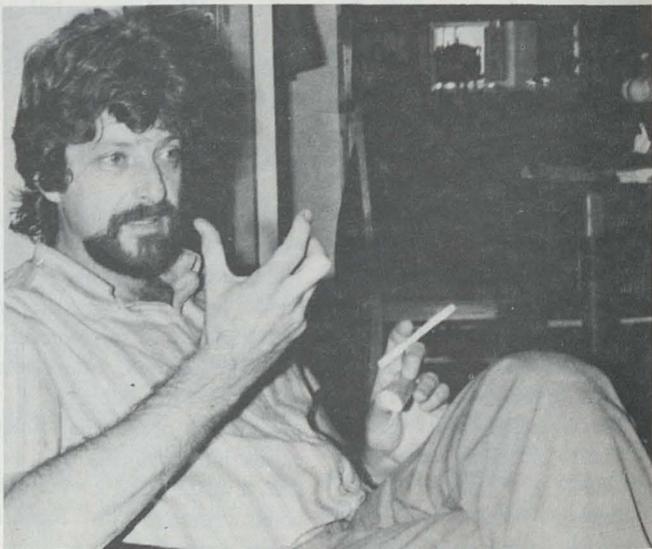
brasileiro e chileno mostrando detalhadamente a estratégia política, psicológica e propagandística das megaempresas na defesa de seus interesses a longo prazo.

O próprio René Dreyfuss reconhece que as 600 páginas de seu livro são de leitura difícil, mas afirma que a trajetória de nomes e siglas permite entender como as transnacionais e sua “Internacional” muitas vezes adotam posturas reformistas que confundem os analistas

políticos. “Na maioria dos casos – diz Dreyfuss – elas já detectaram com muita antecipação que regimes autoritários não têm salvação e nem oferecem saídas alternativas, por isso se aproximam dos setores dissidentes em busca de novos aliados, como aconteceu no Brasil, na Nicarágua e na Argentina”.

Pouco depois do lançamento de seu livro no Brasil, Dreyfuss deu esta entrevista a *cadernos do terceiro mundo*:

Antônio Marques

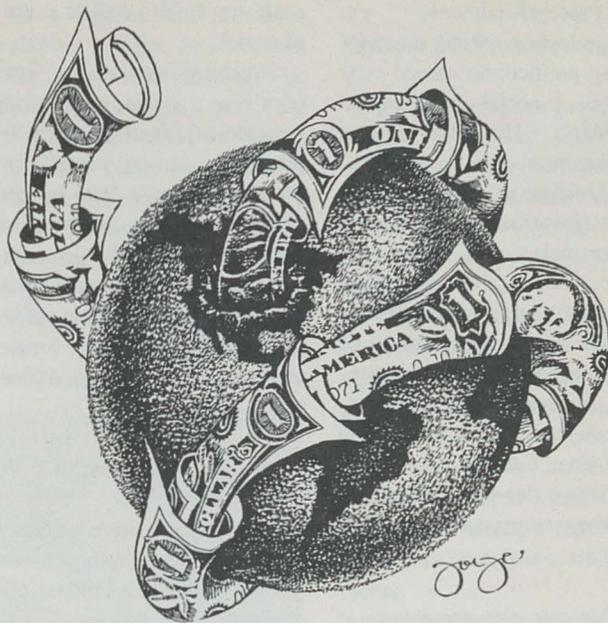


René Dreyfuss: “mostrar a atuação das estruturas de poder”

Qual foi o propósito do seu livro?

Jorge Arbach

— Mostrar a atuação de estruturas de poder norte-americanas e européias privadas (se bem que nesse momento nos interessam principalmente as norte-americanas em relação à América Latina) que eu chamo de “elites orgânicas”. Elas estão montadas institucionalmente e organizadas em verdadeiros estados-maiores estratégicos operacionais, cujos braços políticos atuam em diversos campos. Particularmente se preocupam em atuar num campo específico: o ideológico, na busca da conquista dos corações e mentes da população, das elites dirigentes. Ao mesmo tempo, procuram neutralizar a atuação do adversário.



Elas respondem aos interesses das transnacionais?

— Essas estruturas de poder, essas “elites orgânicas”, são lideranças políticas, organizações de planejamento estratégico dos seus membros.

E quem são esses membros?

— São os cabeças das grandes corporações transnacionais, das megaempresas. Isso é o que mais chama a atenção. A American Society tem as 200 maiores empresas, que controlam 90% dos investimentos do hemisfério. Ela é sucessora do Council of Latin America, que por sua vez é sucessor do Council of the Americas, criado após a fusão, na década de 60, do Latin American Information Committee (Laic) e do Business Group for Latin

America.

Geralmente é aí que estão as lideranças das grandes organizações empresariais que lidam com a América Latina. E eles adotam a estrutura de um estado-maior, usando inclusive esse nome.

Quer dizer que se preparam para a guerra...

— É verdade, para a guerra política. O Laic era o braço operacional. O Council of Latin America e o Council of the Americas têm um estado-maior de operações de campo, *Field staff*, em inglês, cuja estrutura interna é a réplica da estrutura do Departamento de Estado e da AID (Agência Internacional de Desenvolvimento). Está dividida em escritórios regionais, com chefias e equipes que trabalham passo

a passo, de mãos dadas com o sistema governamental. Tem também uma estrutura de operações de campo, com figuras que eu chamo de “cônsules privados”, já que se pode dizer que eles reproduzem a estrutura consular ou de chefes de operações, da CIA.

Durante as décadas de 60 e 70 havia um “cônsul privado” para o Brasil, outro para o Uruguai, Argentina, Chile, Peru, Bolívia, Paraguai, outro para Colômbia e Venezuela, etc.etc.

Suas sedes são as capitais de cada país e operam com uma equipe à qual se incorporam pessoas do local. Funcionam articulados com diversas organizações empresariais locais e, simultaneamente, com organizações do Estado norte-americano.

terceiro mundo - 59

*Em que campos atuavam?*

– Preferencialmente em três: relações sociais ou marketing político; no campo econômico e social é no campo partidário. Um dos braços operacionais, situado nos Estados Unidos, se ocupa de produzir informações. Semanalmente mais de 25 *scripts* para rádio, jornais, televisão, são embutidos nos meios de comunicação locais, sob a forma de informação bruta, comentários, pequenas notícias e através de assinaturas ou mesmo sem elas. Sempre o que está por trás é dar apoio à atuação das megaeempresas na América Latina.

*Por que eles começaram a atuar? Para evitar o fracasso das suas atividades econômicas?*

– Ao contrário. Para estarem preparados para o confronto político. Isso exige um alto grau de organização. É necessário disputar e ganhar das forças adversárias que eles enxergam nos diversos cam-

pos, político, sindical, na *mídia*, e até no âmbito militar e empresarial.

Precisam estabelecer ligações com a igreja, com o movimento estudantil, na área intelectual... Muitas vezes o esforço principal é feito mesmo pelo setor privado, mas outras, pode ser uma ação governamental, que apóie uma proposta ou uma idéia. Esse esforço estratégico visa, fundamentalmente, a reduzir os imponderáveis a zero.

*Nessa luta, quem são os inimigos?*

– Eles são vários e mudam à medida que a conjuntura muda. Em determinado momento podem ser as oligarquias mais retrógradas, recalcitrantes...

*Ultranacionalistas?*

– Ou não. Podem ser aliados do capital transnacional mas que em determinado momento não percebiam que um quadro social não pode ser congelado e que, procurando desesperadamente defender os

seus interesses, podem terminar pondo em perigo todo o sistema.

Isso se vê com clareza nas décadas de 50 e 60, quando essas organizações apóiam o nascimento de “irmãs” similares na América Latina, representando os interesses que poderíamos chamar de “modernizantes-conservadores”, em oposição aos mais retrógrados, incapazes de visualizar as tendências a longo prazo.

Promovem-se as elites empresariais locais que, seja na área industrial, financeira ou comercial, tenham uma visão do país e sejam capazes de introduzir mudanças significativas que acompanhem a complexidade crescente da sua sociedade.

Mas na mesma época havia outros adversários, as lideranças populistas, com um sentido social, ou lideranças socialistas.

*Por exemplo, quais?*

– Na década de 60 um grande adversário era Salvador Allende, no Chile, enquanto um apoio, um elemento a prestigiar, era Frei. No Brasil, um grande adversário era Brizola. Em outros casos foram lideranças militares, como o general Torres, na Bolívia. Em outros momentos, o principal adversário era um sindicato.

*Como eles detectam e definem os seus adversários?*

– Através de uma permanente avaliação da correlação de forças e da individualização das figuras, da organização ou do movimento, que se opõem aos seus interesses, isto é, à



No caso do Chile, as “elites orgânicas” sempre estiveram presentes  
60 – terceiro mundo

manutenção do *status quo*, da ordem, ordem essa que lhes permite a operacionalização dos seus interesses de longo prazo.

Às vezes essa ordem é preservada com a participação pluralista; quando é necessário, através do cerceamento dessa atividade pluralista. Às vezes pode ser necessário chegar à desestabilização do adversário no poder, como foi o caso do Chile, com Salvador Allende, um dos casos analisados no livro.

### Um limite difuso

*Você afirmou que eles colocam como objetivo a luta no plano político-ideológico. No entanto, no caso do Chile, por exemplo, eles passaram ao plano operacional. Afirmação também o governo norteamericano. Qual é o limite entre as funções que competem a um e a outro?*

— Depende das circunstâncias. Em alguns casos a linha é muito nítida. No caso do Chile, as elites orgânicas estiveram presentes do início ao fim, mas elas não tinham condições operacionais para certo tipo de medidas. Elas podem ajudar a criar um “clima”, através da penetração no meio sindical, da divulgação de certas “notícias” na imprensa, da arregimentação do grande empresariado chileno, das articulações com setores militares, para a formação da grande frente desestabilizadora.

Em outras ações menos confessáveis, vamos chamar assim, eles não tinham condi-

ções e aí entravam em ação outros órgãos. Às vezes articulados com eles, às vezes não. Mas sem dúvida vinculados no cenário mais amplo.

Vejam o caso da Guatemala. No início da década de 50, essa estrutura de poder ocupa um espaço político importante, durante o governo Arbenz. E criam a União Nacional Independente (UNI), com o empresariado vinculado às transnacionais. Eles foram



Guatemala: Jacobo Arbenz

os que ajudaram a criar o clima, para justificar, depois, outro tipo de medidas.

*Ou seja, as elites orgânicas preparam o terreno. Depois outros fazem as tarefas sujas...*

— E tem havido casos em que depois eles compartilham o governo com os que fizeram a tarefa suja...

Eles têm uma visão de estado-maior. Desenvolvem uma atuação de caráter tático, manobras, que permitam alcançar

determinado objetivo.

### Espaços passíveis de reforma

*Quem se prepara para uma batalha define até onde está disposto a perder para preservar o essencial. Qual é esse limite para as elites orgânicas? Existe uma área “proibida, intocável”?*

— Eu acho que o básico é preservar a capacidade de iniciativa, o direcionamento do processo. Definem-se espaços passíveis de reforma que não atinjam o essencial do sistema produtivo. A área intocável é a essência do sistema capitalista e a defesa da empresa transnacional.

Certas medidas de reforma, às vezes são até bem-vindas, como por exemplo, um determinado tipo de reforma agrária. Eles a impulsionaram no início da década de 60 no Chile, procurando esvaziar as tensões no campo, aumentar o “amortecedor” capitalista no campo. Ao mesmo tempo se colocava o problema de racionalizar a produção, introduzir novas tecnologias, outros financiamentos.

É uma questão de cálculo político, de análise das pressões que podem alterar o quadro. E aí é que pode ser necessário sacrificar aqueles que não enxergam que com a sua atuação estão pondo em perigo a sobrevivência do sistema como um todo.

### O caso da Nicarágua

*Como encaixar a revolução sandinista nessa análise? Teria terceiro mundo — 61*

ela transposto o "limite de alta segurança" ao tentar introduzir um sistema de economia mista, sob orientação do governo?

— Exatamente. É interessante o caso da Nicarágua porque as estruturas de poder às quais me refiro desenvolveram um trabalho nas décadas de 60 e 70, criando grupos operacionais de análise política, articulando interesses. Naquela época se opunham à ditadura de Somoza, considerado rígido demais, incapaz de conter o movimento social e sendo uma espécie de "tampa" que certamente, em algum momento,

explodiria pela pressão popular.

Começam assim os esforços para articular o empresariado nicaraguense — o grande empresariado, de acordo com a escala do país — para procurar um esquema que substituísse o que estava em vigência. Uma das figuras mais importantes desse esforço é Pedro Joaquim Chamorro, assassinado depois pela ala mais retrógrada do sistema. O mesmo esquema foi levado adiante em outros países da área, como El Salvador, Honduras, Costa Rica.

*E no Panamá, como se po-*

*sicionaram as elites orgânicas diante de uma liderança como a do general Omar Torrijos?*

— Lidar com Torrijos era um problema, pois eles não sabiam como se posicionar diante dessa figura ambivalente, que não lhes dava segurança dentro do seu esquema de previsibilidade. Havia certas decisões de Torrijos que complicavam o quadro econômico, estratégico, político.

Eles desenvolveram então um esforço no sentido de arrematar quadros da área empresarial, e procuraram até diluir o capital transnacional no interior do empresariado na-

## Brasil: renovar ou conservar?

□ Na atual conjuntura política do Brasil, o autor do livro "A Internacional Capitalista" acha que se podem visualizar no interior dos grupos dominantes vários "blocos" ou tendências. "Por uma lado — assinala Dreyfuss — está o que eu chamo de 'bloco renovador' reformista na área empresarial, com uma proposta de dinamização do quadro econômico e de satisfação seletiva de certas áreas de demanda social".

Segundo ele, nessa área estariam Dilson Funaro e algumas das figuras em torno dele. "Nessa frente móvel estão incorporados setores empresariais, profissionais, políticos, partidários, intelectuais, inclusive figuras que foram da resistência ativa ao regime de arbítrio".

Um outro eixo de análise para Dreyfuss está formado pelo "bloco de *aggiornamento*" ou da modernização conservadora. "Tem propostas diferentes e até divergen-

tes desse primeiro bloco, e poderia se personalizar em figuras como as dos ministros Aureliano Chaves e Marco Maciel". Na opinião de Dreyfuss esse segundo bloco também procura constituir uma frente móvel, que lhe permita estabelecer articulações com diversos setores da sociedade; essa frente "seria muito mais partidária do que intelectual ou social".

"Um terceiro eixo de ação e de análise — prossegue Dreyfuss — seria o que eu chamo de *Santa Aliança do ancien regime*. Eles procuram incorporar figuras do regime anterior e outras que surgiram nos últimos anos à sombra do arbítrio mas que não chegaram a ocupar cargos. Poderíamos personalizar nessa Santa Aliança figuras como Delfim Neto, e entre os novos, que não ocupavam cargos, os dirigentes que estão hoje ligados à UDR (União Democrática Ruralista) e certos setores empresariais muito nítidos. Eles têm vários braços operacionais, um deles a própria UDR, outros seriam centros de planejamento, de análise de conjuntura, que inclusive ainda estão sendo criados. É importante perceber que esse bloco atuou abertamente na eleição passada, e se empenhou em eleger vários constituintes".

cional, para dar mais legitimidade às suas demandas. Uma das figuras que realiza esse trabalho no Panamá se chama Bertoloni. Ele é representante do Council e faz relatórios anuais para o empresariado norte-americano.

*Então eles estão até dispostos a se diluir no interior do empresariado nacional, abrindo mão dos seus interesses mais imediatos...*

— Quanto mais se dilua o caráter transnacional do empresariado, as reivindicações deles ganham maior legitimidade. Se cria uma frente mais ampla. Já não será o confronto entre interesses nacionais e transnacionais. O movimento de resistência não poderá se dizer antinorte-americano. E então o empresariado “nacional” lança pontes para estabelecer apoios em outros setores, classe média, profissionais liberais, partidos políticos, etc.

*Há uma velha discussão na América Latina entre setores marxistas da esquerda e outros que não têm essa definição ideológica, com relação ao papel da burguesia nacional no processo de mudança. Suas pesquisas pareceriam indicar que atualmente não é tão fácil definir os limites entre a burguesia nacional e transnacional, impondo-se assim uma revisão dos critérios para as alianças políticas.*

— Exato. É interessante que na década de 70, a proposta que eles visualizam — denominada por eles de “teoria da convergência” — foi chamada



“Lidar com Torrijos era um problema para eles”

inclusive de tripé. A convergência seria entre três fatores de poder, ou três áreas de interesse econômico: o empresariado nacional, o empresariado transnacional associado e o Estado. A forma pela qual eles visualizam a estabilidade do regime seria através da união e da interpenetração desses três setores para que o empresariado nacional não se sinta excluído, lesado, atingido e tenha um espaço de reprodução econômica, de atividade ordeira e ao mesmo tempo tendo o Estado como apoio para infraestrutura e garante das relações políticas nas quais se desenvolvem as operações econômicas.

*Você está falando do Brasil, por exemplo.*

— Exatamente. E esse esquema foi pensado para o Brasil, mas também serve para outros países da América Latina. Há um período no qual se

criam os Conselhos Empresariais, Brasil-Estados Unidos, Argentina-Estados Unidos, Bolívia-Estados Unidos, Panamá-Estados Unidos etc. Esse tipo de interação procura uma penetração ou uma interpenetração com instâncias do Estado, com figuras importantes e com organismos, para que haja um *modus vivendi* agradável, útil para as três partes. O útil e o agradável têm que ir juntos no cálculo político, para evitar dissidências...

### A experiência de Velasco Alvarado

*Como as elites orgânicas se posicionaram diante de militares que propunham para os seus países modelos de desenvolvimento com alto grau de autonomia, como o caso do Peru na fase do governo militar de Velasco Alvarado?*

— Eles levam um choque. Não é à toa que nessa altura se fazem estudos sobre o Centro de Altos Estudos Militares (Caem), do Peru, e análises comparativas do Caem com a Escola Superior de Guerra, do Brasil, financiados basicamente pela Rand Corporation.

Nessa época, já funcionava no Peru uma estrutura irmã dessa organização transnacional, era a Associação para o Desenvolvimento, a APD. Ela reunia a liderança do grande empresariado peruano, seja nacional, transnacional ou associado, nos diversos setores.

A equipe de Velasco Alvarado provoca um curto-circuito na APD, ficam deso-

terceiro mundo — 63

rientados. E nesse momento que se reformula o esquema de atividade política dessas estruturas de poder, para reorganizar as forças empresariais.

Enviam ao Peru Humberto Cortina, exilado cubano naturalizado norte-americano em 1968, que foi diretor de área para o Peru, Paraguai, Bolívia. Ele participou da invasão da Bafa dos Porcos, ficando preso 13 meses, e serviu como segundo tenente nas forças especiais do exército dos Estados Unidos, os Boinas Verdes. Ele tenta se aproximar de figuras do meio militar, organiza jantares, promove encontros para "troca de idéias", etc. Enfim, um tipo de aproximação e de trabalho que continuam a fazer hoje nos diferentes países.

*No caso do Peru não encontraram condições para uma saída drástica, como a do Chile?*

— Não, eles acompanharam o caso peruano seguindo o es-

tilo que eu chamo de "operação fria", que eles adotam quando o quadro político está mais calmo. As intervenções "quentes" são aquelas do tipo chileno. A opção por uma ou outra depende, como na guerra "fria" ou "quente", da conjuntura.

*Com a redemocratização da América Latina, como estão se preparando as elites orgânicas?*

— Para operar abertamente, na disputa política mais ampla. Agora devem lidar com Congressos em funcionamento, com uma opinião pública, com organizações populares diversas, sindicatos, grupos ecológicos, etc.

*Estariam se preparando para uma guerra fria ou quente?*

— O desejável é promover operações frias. Mas dentro do que são considerados os "limites não-negociáveis", pode até ser que tenham que atuar

mais uma vez de forma quente.

*Você acha que isso pode chegar a ocorrer na Nicarágua, por exemplo?*

— Na Nicarágua, há um consenso entre as diversas correntes do grande empresariado transnacional de adotar uma posição agressiva em relação ao governo sandinista, fundamentalmente pelo que a Nicarágua representa como exemplo.

*O livro se chama a "Internacional Capitalista", uma espécie de provocação. Por que?*

— O trabalho é uma tentativa de caracterizar essa Internacional, sem fazer comparações absurdas. Há um esforço em mapear o surgimento dessas organizações, qual é a sua infra-estrutura, como elas se relacionam com o grande empresariado, como se consolidam, se renovam, se entrelaçam.

Trata-se de uma tentativa



“O caso peruano foi acompanhado seguindo o estilo chamado de ‘operação fria’”



Nicarágua: "há um consenso de agressão entre as diferentes correntes do empresariado transnacional"

de entender o seu esforço de preparação, de atuação permanente em vários campos da política. Há uma internacional, sim, porque há uma articulação entre vários organismos, em diversos países e continentes.

O livro procura também chamar a atenção daqueles que acham que a sociedade se organiza nacionalmente.

*Você analisou também as relações dessa Internacional com as "outras"?*

— Não, não era esse o meu objetivo. Certamente em minhas pesquisas apareciam as Internacionais socialista, comunista, e como é que o empresariado as vê. Mas não as encontrei com o grau de organização e penetração e atividade abrangente com o qual nos defrontamos do lado capitalista.

O que ficou claro é que as organizações populares real-

mente são muito mais nacionais, e até regionais, do que internacionais. O empresariado é que nesse sentido chegou a esse novo estágio de transnacionalização política.

A partir de 1945, o sistema desenvolve a transnacionalização econômica. Mas para aprofundá-la, consolidá-la, ele desenvolve a transnacional política. Isso é importante, porque temos que ter claro como eles agem nesse campo.

*Situando-se agora na perspectiva dos movimentos populares da América Latina, você colocaria o empresariado como adversário da mudança?*

— Há setores flexíveis, o problema é saber quais são, qual é o seu número, grau de penetração, de eficácia, e qual a repercussão dos ideais que são capazes de defender, para avaliar a possibilidade de se fazerem negociações, seja no

campo político, seja no econômico.

*Você concorda em falar em "empresários nacionais" e "empresários transnacionais"?*

— Eu não concordo. A polarização nacional/internacional é difícil. Existe o aspecto tecnológico, econômico, financeiro, científico, a produção dentro de uma linha de montagem, e nisso tudo sempre veremos que há etapas ou esquemas que estão dirigidos ou orientados pelo esquema transnacional. É muito difícil falar em algum empresário "nacional" no sentido da produção.

Eu penso mais em termos de blocos com orientação renovadora ou reformista, e blocos conservadores. ●

**Entrevista a Beatriz Bissio.**

terceiro mundo - 65

## América Central

# Contadora rompe o impasse

A viagem dos grupos de Contadora e de Apoio pela América Central superou as pressões adversas dos Estados Unidos e permitiu reabrir o diálogo em prol de soluções negociadas

Com a iniciativa de visitar os cinco presidentes dos países centro-americanos, acompanhados pelos secretários gerais da ONU e da OEA, os ministros das Relações Exteriores dos países de Contadora e do Grupo de Apoio conseguiram romper o impasse em que se encontravam as negociações desde maio do ano passado, quando fracassaram todas as tentativas para que fosse assinada a última versão da Ata de Paz.

Mas se, por um lado, o esforço no sentido de reativar as conversações – que resultou de uma decisão tomada em de-

zembro, na reunião do Rio de Janeiro – poderia se beneficiar da explosão do escândalo da ajuda aos “contras” nos Estados Unidos, que paralisou momentaneamente a escalada agressiva de Washington, por outro lado defrontou-se com o agravamento crescente das tensões políticas e militares na região.

No último trimestre de 1986 houve uma aceleração dos diferentes tipos de conflitos presentes na América Central, onde o notório retraimento das iniciativas visando à busca de soluções diplomáticas (desde junho as nego-

ciações entraram praticamente em ponto morto) deu lugar a uma situação em que o confronto militar parecia ser o único caminho válido.

No mês de novembro, o subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Elliot Abrams, fez uma viagem pela América do Sul, visitando especialmente os países membros do Grupo de Apoio a Contadora (Argentina, Uruguai, Brasil e Peru), que foi interpretada como uma tentativa de sondar as possíveis reações e como uma preparação para um aumento iminente da agressão militar contra a Nicarágua.

O mesmo Elliot Abrams, em uma entrevista coletiva em Washington, a 15 de dezembro, assegurou que Contadora não tinha nesse momento “um papel ativo” e que “sua principal tarefa no passado foi tentar cortar os 100 milhões de ajuda” aos “contras” por parte do Congresso norte-americano. Abrams concluiu “aconselhando” Contadora a deixar de “pressionar as democracias da América Central”.

Sobrepondo-se ao estancamento diplomático e ao paternalismo de Washington, os grupos de Contadora e de Apoio não só tomaram a iniciativa da viagem pela região em conflito, como decidiram também constituir-se em um órgão de opinião e consulta política de caráter permanente, que passaria a chamar-se Grupo dos Oito, englobando o conjunto dos problemas que



Esquipulas, Guatemala, maio de 1986: última tentativa de diálogo entre os presidentes dos países centro-americanos

afligem os países latino-americanos.

### Pressões dos Estados Unidos

Desde os primeiros dias de janeiro, a administração Reagan desenvolveu uma campanha aberta para desestimular a gestão do Grupo dos Oito e, em particular, para impedir que aderissem a ela os secretários gerais da ONU, o peruano Javier Pérez de Cuellar, e da OEA, o brasileiro João Baena Soares.

Os Estados Unidos pediram uma sessão especial do Conselho Permanente da OEA, realizada a 8 de janeiro em Washington, onde o representante norte-americano William McCormack questionou a participação de Baena Soares na missão de paz alegando impedimentos de carácter político e regulamentar do organismo interamericano.

Contudo, à exceção do Equador, o Conselho Permanente autorizou a presença de Baena Soares na viagem de Contadora. "Todos os países da OEA estão muito interessados nesse processo de paz de Contadora e creio que todos vêm com grande interesse essa viagem", declarou nessa ocasião o secretário geral.

A tentativa de impedir a participação do secretário geral da ONU também fracassou. Pérez de Cuellar declarou, em entrevista coletiva em Nova Iorque, que tinha o mandato do Conselho de Segurança e da Assembléia Geral "para dar apoio aos esforços" de Contadora e manter os organismos

da ONU "adequadamente informados".

Paralelamente, Washington mandou para a região o enviado especial Philip Habib, para fazer uma série de entrevistas com os países de Contadora e do Grupo de Apoio, ao mesmo tempo em que o presidente Reagan fazia novos pedidos de fundos para os "contras", para mostrar que mantinha o seu compromisso de substituir o governo sandinista.

Superando as pressões ad-



Javier Pérez de Cuellar

versas, a viagem "dos dez", como passou a ser chamada a gestão de paz, começou a 19 de janeiro pela Costa Rica e mostrou que, paralelamente ao agravamento do conflito centro-americano, existe também a disposição de manter aberto o canal de negociação representado pelo processo de Contadora.

### Reabrir a discussão

Em San José da Costa Rica,



Eliot Abrams

o presidente Oscar Arias sugeriu um plano para sair do impasse, que começaria com a interrupção da ajuda norte-americana aos "contras" e um cessar-fogo simultâneo, seguido por uma anistia política decretada por Manágua, que permitisse o retorno à vida política legal da oposição que está fora do país.

Registraram-se manifestações de entusiasmo entre "os dez" quando dirigentes dos "contras" radicados na Costa Rica receberam bem a proposta de Arias e anunciaram que renunciariam à exigência de uma negociação direta com Manágua e aguardariam a reação do governo sandinista sobre a anistia.

Em Manágua, o presidente Daniel Ortega entregou aos visitantes um texto escrito em que se declara expressamente que uma vez cessada a ajuda dos Estados Unidos à oposição armada, entrariam em plena vigência os direitos civis reco-

terceiro mundo - 67

nhecidos pela Constituição nicaraguense, suspensos desde a promulgação da nova Carta, a 9 de janeiro deste ano.

Sem comentar a proposta de Oscar Arias, o que foi interpretado como um gesto para facilitar as conversações, o presidente nicaraguense pediu negociações bilaterais com os países vizinhos (Costa Rica e Honduras), a fim de controlar a presença de rebeldes armados em suas fronteiras.

O panorama se anuviou quando, ao chegar a Tegucigalpa, a 20 de janeiro, o presidente José Azcona – que havia declarado poucos dias antes que o Grupo de Contadora era “fraco” – recebeu a missão “dos dez” com marcada frieza e afirmou que Honduras não negociaria enquanto a Nicarágua mantivesse sua reivindicação perante a Corte Internacional de Haia.<sup>1</sup>

Azcona afirmou que devia ser a OEA e não Contadora o âmbito para discutir o problema centro-americano e, depois de se despedir dos visitantes, com os quais manteve uma reunião de apenas 45 minutos, declarou à imprensa: “Tudo continua do mesmo jeito”. Em El Salvador, o presidente Napoleón Duarte insistiu que a “democratização interna” da Nicarágua é o problema central da região e recusou a proposta nicaraguense de realizar negociações bilaterais para resolver o conflito, reclamando também a retirada das reivindicações perante a Corte de Haia.

Finalmente, na Guatemala, o presidente Vinicio Cerezo

reiterou a política de neutralidade de seu governo e sua disposição em contribuir para as soluções de paz na região. O ministro das Relações Exteriores Mario Quiñonez, por seu lado, informou à imprensa que a Guatemala apoiava a proposta feita pela Costa Rica ao grupo “dos dez”.

### Um balanço cauteloso

Ao fazer o balanço da missão de paz, ao final da viagem, o ministro mexicano das Relações Exteriores Bernardo Sepúlveda, em nome do Grupo dos Oito, ressaltou que os objetivos traçados haviam sido cumpridos e que todos os governantes entrevistados trouxeram idéias e propostas para “desbloquear” a situação, possibilitando a “retomada” das negociações.

Sepúlveda assinalou também que os cinco presidentes centro-americanos renovaram o “mandato de paz” para o Grupo de Contadora, reconhecido como “o principal instrumento diplomático para alcançar uma solução negociada para o conflito” da região.

Na entrevista coletiva realizada no México, tanto Sepúlveda como o ministro das Relações Exteriores da Argentina, Dante Caputo, enfatizaram que o papel de Contadora e do Grupo de Apoio se limita a propor caminhos e fórmulas, desempenhando uma função de mediação, enquanto que são os cinco países envolvidos que encontrarão as soluções mais convenientes.

O chanceler mexicano

agradeceu finalmente a participação de Pérez de Cuellar e de Baena Soares na viagem, destacando o oferecimento de mecanismos institucionais da ONU e da OEA aos governos da área para tarefas de verificação e de controle em situações de conflito, um dos temas principais em discussão.

No comunicado redigido pelos representantes do Grupo dos Oito, divulgado no México, se exorta os cinco presidentes centro-americanos a traduzir em “ações concretas” as expressões de “vontade política” formuladas aos membros da comitiva que visitou a região.

O documento convoca as partes a concentrarem-se “em torno de um conjunto de pontos de acordo básicos, que permitirá o reatamento imediato do diálogo político” e faz um chamado a “todas as partes direta ou indiretamente envolvidas” para que “se abstenham de usar a força e de qualquer ato que dificulte o processo de negociação”.

Os que esperavam resultados espetaculares ou o surgimento de alguma fórmula mágica de solução com a viagem “dos dez” podem ter ficado decepcionados. Mas, em meio à complexidade e ao agravamento da situação centro-americana, ter conseguido a reabertura do diálogo estagnado há meio ano não é uma conquista para ser desprezada. ●

V.B.

<sup>1</sup> A Nicarágua apresentou na Corte Internacional de Haia uma queixa contra Honduras e Costa Rica, por abrigarem em seus territórios grupos opositores armados que violam a soberania nicaraguense.

## Nicarágua

# O cotidiano da guerra

A população nicaraguense paga um alto preço – em mortes e em dificuldades de todo tipo – pelas agressões dos “contras” financiadas e incentivadas pelos Estados Unidos. Mas tem consciência de que, apesar de tudo, ganhou muito com a revolução

**R**unga é o nome que os nicaraguenses dão à luta, ao combate. Como a guerra já faz parte há anos do cotidiano do país, a cada dia surge um novo termo para designá-la. Direta ou indiretamente, o fantasma da guerra está sempre presente na Nicarágua. Na conversa do café da manhã, nos *out-doors* colocados nas ruas principais das cidades, na camiseta dos “cachorros (filhotes de felino) de Sandino”, como são chamados os jovens combatentes.

O estado de tensão da guerra invade o visitante antes mesmo dele pisar o solo nicaraguense. Estávamos há vários minutos sobrevoando a cidade de Manágua, sem que o piloto desse o menor sinal de pouso. Depois de mais um longo giro sobre a capital, surge a pergunta: “O aeroporto está lotado?” “Não”, responde um passageiro nicaraguense. “Medidas de segurança”, arremata outro, laconicamente. Há alguns anos, o aeroporto foi alvo de uma sabotagem e basta olhar com mais atenção para perceber as baterias antiaéreas colocadas em pontos estratégicos.

Em poucos anos, a guerra financiada pelo governo Reagan provocou uma sensível queda do nível de vida dos nicaraguenses – melhorado após o triunfo da revolução sandinista – já que 60% do orça-



Com a guerra, as favelas passaram a fazer parte da paisagem

mento nacional são canalizados para a defesa. Deu origem a um rápido crescimento da capital, que está enchendo Manágua de favelas. Afetou seriamente a produção e agravou as dificuldades de distribuição de produtos básicos. Contribuiu, ao lado do bloqueio econômico, para a desestruturação do sistema de transportes no país. E pior do que tudo, está

ceifando a vida de milhares de jovens nicaraguenses, deslocados de seus centros de trabalho ou estudo para o *front*.

### O inchamento da capital

Com uma população que praticamente triplicou desde o triunfo da Revolução Sandinista, em 1979, Manágua concentra atualmente não só um terço dos três milhões de habitantes da Nicarágua, como os mais graves problemas do país.

Enfrentando sérias carências de infra-estrutura desde o terremoto que praticamente arrasou a cidade em 1972

(poucos prédios ficaram de pé), Manágua não estava preparada para receber o enorme fluxo de pessoas que ali foram viver, fugindo, direta ou indiretamente, da guerra. Da noite para o dia vão surgindo novos assentamentos – verdadeiras favelas – nas extensas áreas descampadas da cidade, onde até o terremoto se localizavam alguns bairros residenciais.

terceiro mundo – 69

A rapidez é tal, que ao apon-tarmos alguns deles a Mônica – uma jovem managuense que estava percorrendo a cidade conosco – ela se surpreendeu: “Estes aí eu ainda não tinha visto. Quando passei por aqui, há poucos meses, eles não existiam”.

O inchamento da capital em poucos anos agravou uma série de problemas, herdados da época de Somoza, além de criar outros novos. “Se você consegue sobreviver em Manáguá, é capaz de sobreviver em qualquer lugar do mundo”, nos comentava um jornalista da Costa Atlântica.

Entre esses problemas que passaram a fazer parte do dia-a-dia da capital, está o racionamento de água. O lago que abastece Manáguá de água potável já não consegue suprir as necessidades de uma população que quase triplicou em poucos anos. A única solução foi o racionamento, alternando os bairros, durante dois dias na semana. “Ficar sem água é um verdadeiro transtorno, principalmente nas casas que têm crianças – que são quase todas”, se queixa Lúcia, uma dona-de-casa do bairro CentroAmérica. “Mas a gente sempre dá um jeito...”, diz, com ar conformado.

Mais grave, porém, é a dificuldade de conseguir produtos de primeira necessidade, sobretudo na capital. Uma visita a dois dos principais mercados da cidade, como o Montenegro ou Huembes, dá uma idéia precisa de como a guerra, nos últimos dois anos, agravou os problemas de produção e dis-

tribuição no país. Apesar de ali os produtos serem vendidos *por la libre* (ou seja, as vendedoras podem cobrar o preço determinado pelo mercado), não se encontram muitas opções: apenas algumas frutas e legumes da safra. Nenhum dos produtos básicos, com exceção do feijão, está à venda.

Com algumas diferenças, o quadro atualmente é o mesmo no resto do país. Todos estão pagando a sua cota de sacrifício: “Até algum tempo atrás, não havia problemas para encontrar comida aqui na Costa Atlântica”, nos conta Sarah, antiga moradora da cidade de Bluefields. “Com a guerra, passou a faltar tudo. Hoje em dia, até papel higiênico é um artigo de luxo...”.

Tão ou mais difícil do que encontrar produtos, é comprá-los. O que está à venda *por la libre* é tão caro, que está fora do poder aquisitivo da família padrão: uma dúzia de bananas, por exemplo, naquele momento, estava custando 1.200 córdobas, enquanto que o salário mínimo estava em 14 mil córdobas<sup>1</sup>.

O depoimento de Mário, um professor universitário que trabalha em Manáguá, mostra bem essa situação: “Uma colega minha teve que mudar radicalmente de vida, porque o que ela ganha na universidade não dá sequer para ela e as duas filhas se alimentarem. Até que o marido consiga um emprego, eles vão ter que, literalmente, passar fome. Se nem quem ganha salários mais altos (na faixa das 70 mil córdobas) está conseguindo se manter ...”.

## A deficiência dos transportes

Sem nenhuma preocupação em desenvolver uma política econômica que diminuísse a dependência do país, o clã dos Somoza deixou a Nicarágua vulnerável a um bloqueio econômico, como o decretado pelo governo Reagan. A dificuldade de conseguir no exterior o que não é produzido no país (quase todos os produtos industrializados), devido ao bloqueio ou à falta de divisas, aliada ao fato de que mais da metade da receita nacional é canalizada para a guerra, estão impondo aos nicaraguenses condições muito duras de vida.

Desde as primeiras horas da manhã, grandes filas se estendem em Manáguá à espera dos escassos e irregulares ônibus. Frequentemente, depois de esperar um longo tempo, o passageiro tem que aguardar o próximo ônibus, porque o anterior veio tão lotado que teria sido impossível disputar um lugar entre as várias pessoas que se penduram na porta ou entre as que viajam em cima do coletivo.

Sem divisas para importar novos ônibus, sem indústrias que permitam construí-los no próprio país e impedido de adquirir peças de reposição para os ônibus velhos, o governo sandinista se vê de mãos amarradas para solucionar a curto prazo o problema do transporte no país.

Isso faz com que, na estação rodoviária de Manáguá, os atrasos de muitas horas sejam comuns. Quando nos dirigía-

mos a Matagalpa, cidade situada no norte do país, descobrimos que as pessoas já estavam esperando o ônibus desde as 7 horas da manhã, já era meio-dia e não havia qualquer previsão de saída. Decidimos, então, ir para outra cidade próxima, Estelí.

A viagem, que durou cerca de quatro horas, foi feita com a superlotação de sempre: dois terços dos passageiros de pé e um terço precariamente sentado (os bancos, planejados para duas pessoas, têm que caber três). A excessiva lotação transforma o motorista em verdadeiro acrobata: como não pode entrar pela porta (onde estão amontoadas inúmeras pessoas), ele é obrigado a saltar para dentro do ônibus através de uma pequena janela ao lado do volante. Só não ganha em destreza ao trocador, que cobra as passagens através das janelas (é totalmente impossível circular dentro do coletivo), tendo para isso que passar por cima do ônibus em pleno movimento.

### Os veteranos jovens combatentes

Conversando com os nicaraguenses, se percebe que acima de todas as dificuldades trazidas pela guerra, o que mais lhes dói é ver os seus jovens morrendo no *front*.

“Cada vez que chega um caixão fechado, é uma comoção no bairro. É terrível ver os rapazes que a gente conheceu desde criança voltarem mortos ou aleijados”, diz Marta, dona-de-casa do bairro de Altamira,



“Aqui não há meio termo: ou Reagan e os ‘contras’ ou a Revolução”

em Manágua.

Mas a guerra não atinge só os jovens que são convocados. Atinge muitos outros que, ainda crianças, tiveram suas vidas completamente transtornadas pela atividade dos “contras”.

María tem 16 anos. Desde que ficou órfã, aos 11 anos de idade – quando seus pais foram assassinados pelos “contras” – María se autoincorporou à tropa. Apesar da pouca idade, seus cinco anos de *runga* (luta) já lhe dão um ar de veterana.

Estamos em um *comedor* (restaurante popular) em Jinoitega e a presença de outros soldados a deixa pouco à vontade para falar. Com frases curtas e rápidas, María diz que já perdeu as contas de quantos combates participou. “Já recebi um balaço nas costas e um nas pernas”, diz, apontando as cicatrizes. O fato de estar convivendo basicamente entre homens desde criança, sendo uma menina, é encarado por

María com naturalidade. “A mesma coisa aconteceu com muitas outras órfãs. Eu já me acostumei à vida no exército e à luta nas montanhas”. Mas confessa, baixinho, que seu maior sonho era que a guerra acabasse e ela “pudesse casar, ter filhos e voltar a estudar”.

Desde que começou a guerra aos “contras”, muitas outras “Marías” e “Juans”, órfãos ou não, se incorporaram às forças regulares do exército ou das milícias. Rapazes e moças, mal saídos da adolescência, que são obrigados a deixar o estudo ou o trabalho e ir para a frente de batalha. Em uma visita às faculdades de Manágua, o que mais chama a atenção é o baixo número de homens, inclusive em carreiras antes dominadas por eles, como Economia, onde em uma das turmas, por exemplo, havia apenas quatro homens.

Pablo acabou de completar 20 anos. Como muitos outros

terceiro mundo – 71

meninos, aos 16 anos decidiu alistar-se como voluntário na guerra. Depois de passar quase um ano lutando na fronteira com Honduras, Pablo foi transferido para um batalhão perto de Manágua, onde prestou serviço por mais de dois anos. De volta à casa, teve que começar a tomar tranquilizantes para poder dormir à noite e precisou recorrer à ajuda de um psicólogo.

"A vida na montanha é muita dura", conta ele. "Jamais podemos dormir relaxados porque sabemos que é à noite que os 'contras' atacam de surpresa, degolando silenciosamente os rapazes. O espetáculo de várias gargantas abertas como eu vi é macabro...".

Comida é outro problema: "Às vezes, estamos numa situação que não podemos ser reabastecidos. Me lembro de um dia que a fome era tanta que decidimos comer uma vaca meio podre, propositalmente morta pelos 'contras'. No dia seguinte, amanhecemos com uma diarreia terrível".

De repente, Pablo começa a rir: "Em meio àquele inferno, aconteciam coisas engraçadas. Como raramente tomávamos 'banho' - banho de chuva ou quando passávamos por algum rio, bem entendido - e mais raramente ainda trocávamos de roupa (passávamos às vezes um mês inteiro com a mesma), vivíamos imundos. Fazíamos então um acordo com os fumantes da tropa: trocávamos um cigarro por dez piolhos que eles tirassem da nossa cabeça. Era cômico ver os rapazes de mão aberta contando e recon-

tando aqueles pontinhos pretos para ver se o número estava certo".

### Os avanços apesar da guerra

Em seu livro "Nicarágua tão violentamente doce", o escritor argentino Julio Cortázar chamava a atenção para o fato de após a Revolução Sandinista se verem tantas crianças brincando nas ruas. Essa cena havia se tornado muito rara na fase final da ditadura somozista.

"Uma das formas da Guarda Nacional semear o terror em um bairro era atirando indiscriminadamente nas crianças que brincavam na rua. Mostravam a sua impunidade e ao mesmo tempo se livravam de possíveis ou futuros inimigos, já que muitas crianças realmente tinham tarefas, ajudando os sandinistas", conta Sonia, uma nicaraguense mãe de seis filhos.

Esse clima de terror e repressão generalizada não existe mais na Nicarágua. Desde a Revolução de 1979 há total liberdade de organização, política e religiosa, e os nicaraguenses sentem que, apesar dos retrocessos impostos pela guerra, as principais conquistas obtidas foram mantidas. E não são poucas.

Os serviços de saúde, ainda que precários, sobretudo na capital, estão ao alcance de todos, ao contrário do que acontecia na época da ditadura somozista. Por outro lado, existe um permanente esforço do governo em melhorar a qualidade do atendimento: re-

centemente foi decidido que todos os médicos, inclusive os que tenham clínica particular, serão obrigados a dar meio expediente nos hospitais da rede pública.

O ensino também deixou de ser um privilégio: ele é gratuito nas principais escolas e universidades do país; nas privadas, as taxas e as mensalidades atualmente são muito baixas. Quanto à campanha de alfabetização, ela prossegue, ainda que a passos muito lentos desde que começou a guerra aos "contras".

No que se refere à alimentação, só após a Revolução os nicaraguenses passaram a ter assegurada uma dieta mínima, através da instituição da *libreta*. Com a guerra, muitos produtos começaram a escassear, mas ainda assim, a *libreta* continua garantindo a compra de produtos básicos a preços subsidiados.

Outro aspecto positivo que os nicaraguenses fazem questão de ressaltar são os avanços no programa de reforma agrária. A cada dia se lêem nos jornais notícias de que mais uma região concluiu o seu programa, com a entrega de títulos aos camponeses. Além disso, tanto no norte como no sul do país continuam sendo formadas novas cooperativas agrícolas. Como ainda não existe um estudo sobre o andamento geral da reforma agrária no país, o governo está preparando para este ano um levantamento de dados a nível nacional, do qual participarão inclusive alunos universitários das áreas econômicas.

Por tudo isso, apesar das dificuldades, os nicaraguenses continuam firmes na decisão de defender sua Revolução, conquistada penosamente, e que já vitimou 100 mil nicaraguenses, 27 mil dos quais nesses últimos anos. Cada rua, cada mercado popular, cada escola leva o nome de um dos caídos na longa luta para derubar a ditadura Somoza ou na resistência às agressões teledirigidas dos norte-americanos. Entre eles estão até nomes de crianças que colaboraram no apoio logístico aos sandinistas, e sobretudo nomes de uma enorme quantidade de jovens que morreu sem chegar aos 20 anos de idade. Na Nicarágua é muito difícil encontrar uma família que não tenha perdido um membro na luta de libertação ou na guerra aos "contras".

Isso explica, em grande parte, o firme estado de ânimo das pessoas, mesmo – ou principalmente – quando recrudescem as agressões contra a Nicarágua, financiadas e apoiadas abertamente ou não pelos Estados Unidos, com o bombardeio em dezembro do ano passado a Wiwili. À parte todo o impacto que causou no país o ataque em si, o bombardeio doeu fundo nos nicaraguenses pelo significado histórico daquele povoado. Situado perto da fronteira com Honduras, Wiwili é um símbolo por ter sido uma das bases de apoio a Sandino e por isso mesmo arrasado após o seu assassinato em 1934, a mando de Anastácio Somoza García. Cinquenta anos depois, com protagonistas

diferentes, a história se repetia.

A consciência do alto preço já pago pelo povo em geral (e pelos sandinistas em particular) para chegarem aonde estão, e de que a maior parte das dificuldades por que passam são consequência da guerra aos "contras", faz com que os nicaraguenses não hesitem em identificar o responsável pela difícil situação que atravessam. Conversando com qualquer nicaraguense na rua, é frequente ouvir o comentário: "Aqui, ou se está ao lado dos

mentação da política econômica".

Corroborando a conclusão desse estudo da UCA, Xabier Gorostiaga – sacerdote jesuíta, diretor da Coordenadoria Regional de Pesquisas Econômicas e Sociais (Cries) – afirma que para o povo é muito claro que a principal causa de suas dificuldades é a guerra, pois durante os primeiros anos do governo sandinista (de 1979 a 1982), se perceberam os frutos da mudança. "Com o crescimento da produção naqueles

B. de Carolis/Ag. Nueva Nicaragua



Jovens: principais vítimas da guerra

'contras' e de Reagan, ou se está ao lado do governo sandinista. Não há meio termo possível".

Um recente estudo realizado por uma equipe de sociologia da Universidade Centro-Americana (UCA), de Manágua, sobre as dificuldades de sobrevivência de uma família média nicaraguense, confirma isso. Após entrevistar diversas famílias, o estudo da UCA assinala que "o descontentamento econômico não se canaliza politicamente" e que "as críticas não se traduzem em um questionamento à dimensão política da Revolução, e sim à imple-

mentos, melhorou significativamente o nível de vida da maioria das pessoas", lembra ele.

A guerra reverteu esse quadro, mas não a decisão dos nicaraguenses de lutar para manter e ampliar as conquistas obtidas com a Revolução Sandinista. A atual dureza das condições de vida impede que o povo desfrute do que tanto lutou para conseguir, mas ao mesmo tempo deixa claro quais são as causas dessa situação. ●

**Claudia Neiva**

<sup>1</sup> A cotação do dólar nas casas de câmbio era, naquele momento, de 1 para 2.100 córdobas.

# SADCC atrai investidores privados

Pela primeira vez, desde a sua criação há quase sete anos, a Conferência de Coordenação e Desenvolvimento da África Austral discute os planos econômicos regionais com investidores privados

Cerca de 200 empresários e investidores privados de vários países ricos participaram em Gaborone, nas primeiras semanas de fevereiro passado, de um encontro inédito na história econômica da África Austral. Eles foram até a capital de Botsuana para assistir à sétima reunião anual da SADCC, um organismo regional integrado por nove países africanos que lutam para reduzir a dependência econômica em relação à África do Sul. Até agora, apenas governos e organismos internacionais participavam de investimentos na região.

Os empresários e investidores privados mudaram de atitude em relação à SADCC depois do crescimento da campanha mundial a favor de sanções contra o regime racista do *apartheid*. Muitos deles sempre tiveram relações comerciais e financeiras estreitas com a África do Sul, mas agora, diante do agravamento da crise do racismo, preferem voltar as suas atenções também para os demais países da África Austral, cujas economias seguramente sairão fortalecidas

74 - terceiro mundo



Os empresários mudaram de atitude para com a SADCC

enormemente depois que a minoria branca sul-africana foi obrigada a abandonar a segregação racial e a política agressiva em relação aos países negros vizinhos.

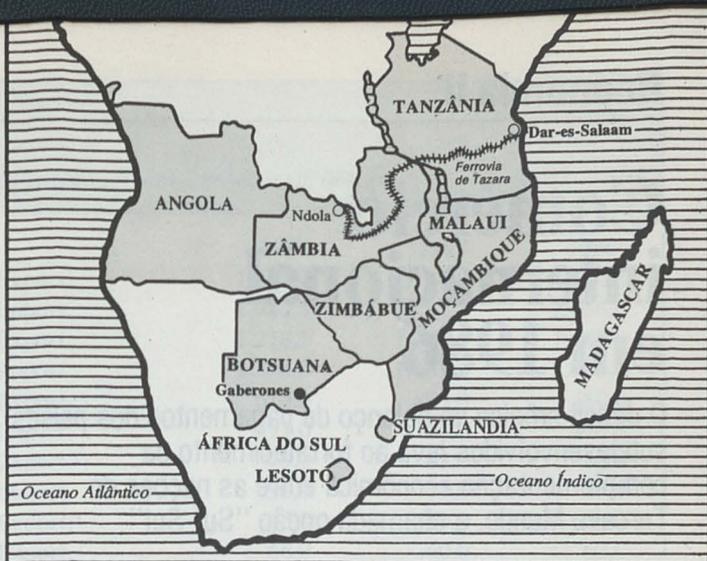
O ex-ministro da Agricultura do Zimbábue, Denis Norman, ao saudar os visitantes estrangeiros na conferência de Gaborone, afirmou que os países membros da SADCC "se constituem numa das melhores oportunidades para in-

vestimentos econômicos a médio prazo em todo o mundo". Norman, um dos representantes da comunidade empresarial branca do Zimbábue no primeiro governo após a independência, afirmou que no momento em que a "guerra terminar, estarão criadas as condições para um rápido desenvolvimento das enormes potencialidades econômicas da região".

Além de passarem a buscar novos contatos com países vizinhos da África do Sul, os empresários estrangeiros, em sua maioria europeus, sentiram-se estimulados pela surpreendente decisão dos Estados Unidos de destinar uma verba adicional de 93 milhões de dólares para empréstimos e financiamentos a países da SADCC. O delegado da Usaid em Gaborone, Peter McPherson, disse que a decisão representa a "confiança de seu governo na SADCC e no seu futuro". McPherson não explicou no entanto como a Casa Branca conciliará o aumento dos empréstimos e financiamentos aos países negros da África Austral com as sólidas relações econômicas e militares com o *apartheid*.

Embora ainda seja cedo para avaliar o real impacto dos planos apresentados pelos nove países da Conferência aos empresários e investidores privados, o simples fato dos visitantes terem ido até Gaborone mostrou que existem perspectivas de uma relação mais pró-

xima no futuro. Países como Moçambique e Tanzânia anunciaram recentemente planos para facilitar investimentos estrangeiros em setores de infra-estrutura. Nos corredores da Conferência de Gaborone, muitos empresários afirmaram que a crise na África do Sul tornará inevitável uma diversificação de atividades, notadamente junto a países vizinhos, cujo grau de estabilidade política é considerado atualmente maior do que o do *apartheid*.



### Os projetos da SADCC

Nas reuniões a portas fechadas, os técnicos da SADCC analisaram o andamento de vários projetos ligados especialmente à energia e comunicações. Mas um aspecto extra-agenda que atraiu as atenções gerais foi o problema da escassez de mão-de-obra especializada. Foi decidido fazer um esforço conjunto para aumentar a participação dos técnicos locais e diminuir o número de especialistas estrangeiros. A dificuldade é que muitos países da conferência já têm problemas enormes para preencher seus próprios quadros internos, devido à escassez de pessoal qualificado.

No final dos quase sete dias de reuniões, foram anunciados três acordos. O governo da Suécia resolveu fornecer 17 milhões de dólares para ajudar na recuperação da ferrovia que liga a região produtora de cobre na Zâmbia ao porto de Dar-es-Salaam, na Tanzânia. A ferrovia, conhecida como

1987 - Março - nº 99

**Com os acordos assinados na reunião de Gaborone, os países da África Austral já podem realizar projetos (como a recuperação da ferrovia de Tazara) que levem à redução da dependência econômica em relação ao regime do "apartheid"**

Tazara, é fundamental para a economia da Zâmbia, um país que não tem acesso ao mar e cujas comunicações através de Angola encontram-se interrompidas por causa da ação de sabotadores apoiados pela África do Sul.

Os suecos, junto com o governo da Noruega, participarão também da recuperação da hidrelétrica de Coruama, em Moçambique. O projeto, cujo valor não foi revelado, permitirá ao governo de Maputo reduzir a extrema dependência em que se encontra atualmente de energia elétrica fornecida pela África do Sul. Devido a um sistema herdado do período colonial, Moçambique compra da África do Sul a energia produzida em seu próprio território, na represa de Cahora Bassa.

O último grande projeto

anunciado em Gaborone refere-se à interligação dos sistemas de microondas nas telecomunicações entre Botsuana, Zimbábue, Zâmbia, Malaui e Tanzânia. A conclusão desse projeto está prevista para 1989 e deve custar aproximadamente 12 milhões de dólares, a serem financiados também pela Suécia e Noruega. A integração da rede de microondas na África Austral faz parte do projeto da Pan African Telecommunication Network. Quando a reunião de Gaborone já tinha terminado, surgiu mais um país europeu disposto a financiar projetos de desenvolvimento da SADCC. A Inglaterra anunciou que forneceria créditos no valor de aproximadamente 18 milhões de dólares para projetos na área de transportes e comunicações. ●

terceiro mundo - 75

# Comércio internacional em 1986

O déficit crônico no balanço de pagamentos dos países subdesenvolvidos leva ao fortalecimento da complementação econômica entre as nações do Terceiro Mundo, a chamada opção "Sul-Sul"



O comércio internacional dos países em desenvolvimento é deficitário

**E**m 1986 persistiram os desequilíbrios do comércio internacional observados nos anos anteriores, tanto os resultantes da queda dos preços do petróleo e de outras matérias-primas básicas, como também os estruturais, que se originam nas enormes diferenças de toda ordem entre o mundo rico, o menos rico, o pobre e o paupérrimo. Em última análise, essas diferenças

são as responsáveis pela manutenção dos desequilíbrios econômicos e sociais no mundo.

Esses desequilíbrios foram apontados pelos organismos da ONU e do Fundo Monetário Internacional em suas análises e pesquisas estatísticas mais recentes. Esses estudos apresentaram não apenas os resultados de 1986, mas fizeram também algumas projeções das

tendências para o ano em curso e até mesmo para os próximos vindouros.

Acrescentaríamos que 1986 foi um ano de poucas alternativas no intercâmbio mundial de mercadorias em termos globais, tanto no que concerne aos preços que prevaleceram nas transações, quanto às formas operacionais e sistemas de pagamento. (Isso, é claro, em termos globais, não sendo válida essa análise para os aspectos setoriais, bem diferentes da média, sobretudo os casos registrados no Terceiro Mundo, onde persiste, isso sim, um estado de crise econômica e social.)

O comércio internacional dos países em desenvolvimento registrou em 1986 um déficit de 10 bilhões<sup>1</sup> de dólares, motivado pelo maior valor pago pelas importações do que o ganho com as exportações (África, menos 5 bilhões; Ásia, menos 20 bilhões, e Europa, menos de 10 bilhões de dólares). Os países em desenvolvimento da América Latina e do Oriente Médio tiveram registros positivos de mais de 20 bilhões e mais de 5 bilhões de dólares, respectivamente.

Os países industrializados e desenvolvidos registram um déficit elevado, mais de 80 bilhões de dólares, decorrente da posição negativa da balança comercial dos Estados Unidos. (Ela é deficitária há anos, registrando os dados projetados em 1986, um déficit de 170 bilhões de dólares.) O país

QUADRO 1

Comércio Internacional – Bilhões de dólares

		1981	1985	1986 <sup>1</sup>
Mundo . . . . .	Export.	1.851,2	1.784,6	1.926,8
	Import.	1.910,5	1.881,2	2.036,6
Países Desenvolvidos . . . . .	Export.	1.218,5	1.258,6	1.422,8
	Import.	1.298,3	1.361,3	1.503,6
Países em Desenvolvimento	Export.	610,0	495,0	480,0
	Import.	591,0	500,0	490,0
África . . . . .	Export. <sup>2</sup>	79,0	65,0	60,0
	Import.	90,0	57,0	65,0
Europa . . . . .	Export. <sup>3</sup>	45,0	50,0	50,0
	Import.	66,0	60,0	60,0
Ásia . . . . .	Export. <sup>4</sup>	154,0	178,0	180,0
	Import.	178,0	202,0	200,0
América Latina . . . . .	Export. <sup>5</sup>	109,0	98,0	90,0
	Import.	120,0	72,0	70,0
Oriente Médio . . . . .	Export. <sup>6</sup>	223,0	106,0	105,0
	Import.	135,0	101,0	100,0

Fonte: *International Financial Statistics, FMI.*

<sup>1</sup> Estimativa. Projeção aritmética com base nos 2 e 3 primeiros trimestres.

<sup>2</sup> Argélia, Camarões, Costa do Marfim, Etiópia, Gabão, Gana, Quênia, Maurício, Marrocos, Nigéria, África do Sul, Sudão, Tanzânia, Tunísia, Zaire, Zâmbia.

<sup>3</sup> Grécia, Hungria, Portugal, Romênia, Turquia, Iugoslávia.

<sup>4</sup> R.P. China, Hong-Kong, Índia, Indonésia, Coreia, Malásia, Paquistão, Filipinas, Cingapura, Sri Lanka, Tailândia.

<sup>5</sup> Argentina, Baamas, Brasil, Chile, Colômbia, Rep. Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Jamaica, México, Ant. Holandesas, Peru, Trinidad-Tobago, Uruguaí, Venezuela.

<sup>6</sup> Bahrein, Egito, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Arábia Saudita, Síria, Emirados Árabes Unidos, Iêmen.

mais beneficiado com a posição negativa dos Estados Unidos foi o Japão, cujo saldo no intercâmbio comercial em 1986 foi também de 80 bilhões de dólares. O grande déficit do comércio exterior dos Estados Unidos, sobretudo com o Japão, influi poderosamente nos mecanismos do comércio internacional, dada a enorme participação dos dois países no intercâmbio mundial.

São conhecidas as pressões dos Estados Unidos com o

propósito de reduzir o déficit e a tendência de déficits ainda maiores nos anos vindouros. Entre elas, por exemplo, pressões cambiais sobre o Japão e Alemanha Federal, para que valorizem suas moedas, a fim de que, assim, o dólar venha a ter maior poder de concorrência no mercado. Fazem também pressões alfandegárias, diplomáticas e políticas sobre outros países, principalmente os do Terceiro Mundo, mesmo que esses representem

muito menos na sua balança comercial e não acusem um saldo favorável no comércio bilateral com os Estados Unidos.

A maior potência econômica do mundo ocidental intensificou esse tipo de política sustentando as teses da livre concorrência mais ortodoxa, afirmando a igualdade de direitos entre as nações mais ricas e as mais pobres. Dessa forma, fez ressurgir uma utopia de filosofia de política econômica já

terceiro mundo - 77

superada, significando essa atitude uma volta ao *big stick* e ao pior neocolonialismo. Sem sombra de dúvida, essa questão é um dos pontos determinantes dos rumos do comércio internacional no ano de 1987 e nos próximos.

Bastaria, para exemplificar o que acabamos de dizer, uma referência ao tratamento dado pelos Estados Unidos ao Brasil, seja oficialmente pela voz de seus principais funcionários e mesmo pelo presidente Ronald Reagan, seja por empresas norte-americanas, estatais, mistas ou privadas, sobre as questões da dívida externa, das exportações brasileiras (como por exemplo de sapatos e aço) e da reserva de mercado para a produção brasileira de computadores. Os Estados Unidos foram, nessas questões, intolerantes e agressivos, chegando mesmo a fazer ameaças e usando métodos e linguagens há muito abandonadas nas relações entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento ou subdesenvolvido.

Outro indicador que justifica uma expectativa preocupante são os preços dos produtos primários no mercado internacional. Esses preços se mantiveram em alguns casos, aumentaram e declinaram em outros. No global, nenhuma compensação expressiva.

Ninguém desconhece que a exportação de bens primários básicos é o ponto forte de muitos dos países de menor desenvolvimento do Terceiro Mundo e, no entanto, excetuando-se as bebidas, os pro-

dutores básicos primários não tiveram preços compensadores no mercado internacional.

1986. Mesmo os aumentos verificados nos preços de determinadas matérias-primas básicas foram pequenos e no conjunto não representam uma melhoria significativa. Só aumentos muito grandes na exportação desses bens são compensadores para as economias vulneráveis dos países menos desenvolvidos da área, principalmente alguns da África, Ásia e América Latina.

O índice de preços dos bens primários animais, vegetais e minerais, se considerarmos que em 1980 era 100, em 1986 alcançou apenas 73,8 (em 1985 foi de 76). Esse declínio foi resultante em parte dos preços também mais baixos dos alimentos, 74,9 para 61. Também declinaram os preços dos metais, de 69,7 para 65 nesse mesmo período em exame. Os preços das matérias-primas agrícolas apresentaram-se praticamente estáveis, e as bebidas acusaram o único aumento de 88,3 pontos em 1985 para 100 em 1986.

A queda dos preços do petróleo, amplamente divulgada durante todo o ano de 1986, afetou desfavoravelmente os países produtores e exportadores desse bem primário básico, e favoravelmente os importadores, mesmo quando produtores mas não auto-suficientes. O baixo nível dos preços do petróleo, que vem de vários anos, é claro que teve efeitos diversos para os países do Terceiro Mundo, fora do Oriente Médio, África e Amé-

rica Latina, que são exportadores de petróleo, como a Nigéria, o México, a Venezuela e o Equador.

### Situação favorável ao Primeiro Mundo

Ainda como indicador dos resultados do comércio internacional em 1986, particularmente dos países do Terceiro Mundo, devem merecer a maior atenção as estatísticas da relação de trocas (*terms of trade*), que é uma integração de dados de volume, preços e valor de exportação e importação, que procura mostrar, desse modo, a vantagem ou desvantagem, ganho ou perda, nos termos de intercâmbio de um país, em determinado momento ou período.

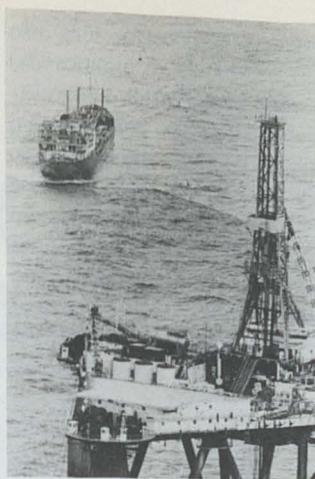
Os dados da relação de trocas do comércio internacional em 1986 mostram que os países do Terceiro Mundo tiveram uma posição negativa nesse indicador, de menos 18%. Isso foi consequência da queda dos preços do petróleo, que ocasionou um resultado ainda mais fortemente negativo no caso dos países também dessa categoria, porém exportadores de petróleo. Inversamente, embora apresentando um resultado de pouca expressão, os países em desenvolvimento importadores de petróleo tiveram seu índice de relação de trocas positivo em 1986, pela primeira vez nos últimos anos, alcançando mais de 0,5%. Nos anos de 1976/80, 1981/84 e 1985 essa posição havia sido negativa: menos 1,9; menos 1,7 e menos 0,7%, res-

pectivamente.

A relação de trocas dos países desenvolvidos é quase sempre favorável por serem eles exportadores de produtos industrializados, de preços em geral mais estáveis que os das matérias-primas.

A relação de trocas dos países desenvolvidos foi desfavorável no período de 1976/80, quando ainda predominavam os preços excepcionalmente elevados do petróleo, passando depois em 1981/84 para mais 0,5; em 1985, para mais 1,5 e, na projeção de 1986, para mais 6,5%. (É por demais evidente a forte influência dos preços do petróleo nos índices em exame.)

Há que citar, contudo, que os países desenvolvidos têm maiores opções quando ocorrerem fatos excepcionais no mercado internacional, como



Luiz Pinto / Ag. O Globo

**Petróleo: preços determinantes**

no caso da enorme e inesperada elevação do preço do petróleo anos atrás. Nessa ocasião, se por um lado os países desenvolvidos suportavam grandes prejuízos devido àquele acontecimento extraordinário, por outro lado, em outros termos do seu inter-

câmbio e de suas relações econômicas obtinham ganhos pelos mesmos motivos. Muitos deles eram e são grandes produtores de petróleo, além de também grandes investidores na indústria petrolífera em outros países, tanto na produção de petróleo e seus derivados, como na sua comercialização.

Todas essas razões não justificam uma conclusão otimista para os resultados a serem alcançados pelo comércio do Terceiro Mundo em 1987, pois é a própria estrutura das nações e de suas transações comerciais o principal fator das distorções. Portanto, a correção das distorções estruturais é a meta que deve ser perseguida pelos países do Terceiro Mundo, sobretudo aqueles não-industrializados ou ainda na fase primária de industrialização.

## QUADRO 2

### Preços de Bens Primários<sup>1</sup> Números índices - 1980=100

	1981	1985	1986 <sup>2</sup>
Bens Primários . . . . .	89,9	76,0	73,8
Alimentos . . . . .	96,8	74,9	67,0
Bebidas . . . . .	79,8	88,3	105,0
Matérias Primas Agrícolas . . . . .	87,5	77,8	78,4
Metais . . . . .	84,8	69,7	65,4

Fonte: *International Financial Statistics, FMI.*

<sup>1</sup>Banana, carne, manteiga, cacau, óleo de coco, café, chá, farinha de peixe, amendoim, milho, soja, açúcar, trigo, arroz, algodão, óleo de linhaça, salsol, fumo, lã, madeira compensada, papel de imprensa, alumínio, bauxita, carvão, cobre, níquel, petróleo, fosfato, potassa, prata, ouro, estanho, zinco, minério de ferro, chumbo, manganês.

<sup>2</sup>Estimativa. Projeção aritmética com base nos 2 e 3 primeiros trimestres.

Talvez o caminho seja começar por uma política substitutiva de importações.

### Lutar contra a filosofia clássica

Esses países terão que enfrentar uma dura luta política, além das suas imensas dificuldades de ordem econômica e social internas. Terão que lutar contra conceitos arcaicos, fortemente contestados, porém ainda latentes. Exemplo da fi-



Uma política substitutiva de importações pode ser uma solução

losófia econômica clássica de as transações comerciais serem pautadas pelas forças do mercado, espontaneamente. Nessa linha de raciocínio, esses conceitos negam implicitamente a necessidade e conveniência da programação econômica dos países e de suas transações comerciais. Exatamente do lado oposto é que reside a conveniência das nações em desenvolvimento e principalmente dos menos desenvolvidos. Há em torno desse assunto uma contrafação, de solução extremamente difícil.

As forças do mercado

existem, por certo, mas não são as únicas. A política das nações ricas influi poderosamente e não raro determinam o comportamento dessas forças. Os fatos mostram a conduta política de todos os países em defesa dos seus interesses no comércio internacional. Não são — como hipocritamente procuram fazer crer opiniões conservadoras, algumas sinceras e honestas, outras não tanto — os movimentos espontâneos de oferta e procura que

determinam a formação livre dos preços.

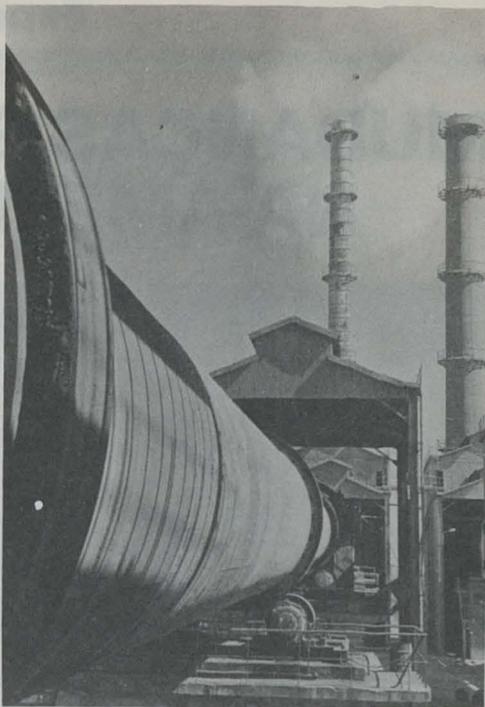
No exame dos dados do balanço de pagamentos é que se pode ver a variedade de opções dos países desenvolvidos e industrializados em suas transações com o resto do mundo, tanto para vencer dificuldades eventuais como para consolidar e aumentar seus ganhos. Isso no que se refere tanto ao volume de recursos, dinheiro e créditos, como aos transportes e assistência financeira.

Num quadro da ONU sobre o balanço de pagamentos por

grupos de países, somente relativo a contas correntes, sem o movimento de capitais, é registrado um saldo de 32 bilhões de dólares em 1986 para os países desenvolvidos e um déficit de 100 bilhões para os Estados Unidos, portanto 70 bilhões menos que o déficit da balança comercial desse país. Essa diferença compensatória é representada por outros itens das contas correntes do balanço de pagamentos, tais como o balanço de serviços de fretes e seguros marítimos, juros e dividendos, contas essas sabidamente superavitárias para os países desenvolvidos.

O balanço de pagamentos dos países subdesenvolvidos é cronicamente deficitário em quase todos os itens de maior importância, exceção para o de transações de mercadorias ou balança comercial. Daí a importância dos preços dos produtos de exportação desses países, pois os saldos da balança comercial são, praticamente, a única compensação dos déficits do seu balanço de pagamentos, por isso já denominado de “perverso”.

Para o exercício de uma política de comércio internacional dos países em desenvolvimento é preciso, por isso, levar em conta todas essas coisas, mas também não pode ser esquecida a própria diferença entre os diversos graus de desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. Os países africanos e alguns asiáticos, de recente independência política, não possuem a mesma experiência de transposição de subdesenvolvimento e industriali-



Hoje em dia o preconceito contra o planejamento econômico está atenuado

zação da Argentina, Brasil e México, por exemplo, experiência essa obtida na luta que tiveram esses países, contra pressões estrangeiras, carência de recursos, falta de tecnologia própria e deficiências de toda sorte, para chegar ao grau de industrialização que já podem ostentar.

Mas, em compensação, os países mais novos e menos desenvolvidos do Terceiro Mundo dispõem hoje de algumas condições capazes de ajudar a sua luta pelo desenvolvimento, bem melhores que nas décadas de 30, 40 e 50, quando começou a se firmar o processo argentino, brasileiro e mexicano, de substituição de importações. Um exemplo é o do preconceito contra o planejamento econômico, atual-

mente, sem dúvida, bastante atenuado. Outro exemplo é a existência do campo socialista, cada vez mais poderoso e capaz de oferecer opções de desenvolvimento aos países do Terceiro Mundo. A presença do mercado socialista é um elemento de concorrência no mercado capitalista e, é claro, sem preconceitos com o planejamento econômico.

Outro elemento novo para os países menos desenvolvidos é o intercâmbio complementar com os países em desenvolvimento da mesma área, também do Terceiro Mundo, isto é, o que se tem chamado de "intercâmbio Sul-Sul". Esse intercâmbio é uma opção a mais para a complementação das suas transações de bens primários por produtos indus-

triais.

O processo é o mesmo e com as mesmas características das transações entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. É preciso, portanto, não aceitar pressões nem procedimentos alienadores em troca de soluções imediatistas. Mas também é preciso evitar preconceitos e levar em conta que a experiência vivida pela Argentina, Brasil e México, por exemplo, é um fator importante para um entendimento mais direto, franco e objetivo, em outras palavras, menos hipócrita, que o prevalecente durante o longo e duro período de industrialização desses países.

●  
**Domar Campos**

<sup>1</sup> Um bilhão - mil milhões

# MUDANÇAS GEOPOLÍTICAS NA AMÉRICA LATINA

Reuter



Conselho Permanente da OEA: o outrora "ministério das colônias" dos EUA está em franca decadência

O sistema interamericano, cuja hegemonia é dos Estados Unidos, entrou em crise e está sendo substituído por novas instâncias políticas, por meio das quais os países latino-americanos procuram soluções próprias para os problemas da região

**A** reunião do Grupo de Contadora (México, Venezuela, Panamá e Colômbia) e do Grupo de Apoio (Brasil, Argentina, Uruguai e Peru) realizada em dezembro de 1986, no Rio de Janeiro, representou um salto qualitativo no acordo político dos oito países participantes, que decidiram constituir a base de 82 - terceiro mundo

uma nova comunidade de nações latino-americanas.

O projeto começou a tomar forma em setembro de 1986, nos encontros mantidos pelos oito ministros das Relações Exteriores em Nova Iorque, paralelamente à Assembléja Geral da ONU, e ganhou contornos definitivos dois meses mais tarde, na reunião de vice-ministros do Exterior realizada no México.

O México desempenhou um importante papel nessa iniciativa, quando o presidente Miguel de la Madrid lançou no foro da ONU a proposta de fortalecer os mecanismos regionais do tipo Aladi (Associação Latino-Americana de Integração), Sela (Sistema Econômico Latino-Americano) e Parlamento Latino-Americano, com "o objetivo final de criar uma autêntica comunidade de nações".

O agora denominado Grupo dos Oito decidiu criar um mecanismo de consultas regulares – a próxima reunião será em abril, em Buenos Aires –, com o objetivo de sistematizar acordos sobre os diversos problemas econômicos e políticos que afetam os países do continente.

“O que nos une é o propósito de fortalecer a democracia a partir de um vigoroso desenvolvimento econômico e social de nossa região, baseado num crescente processo de cooperação e integração da América Latina”, diz a Declaração do Rio de Janeiro, constitutiva do novo grupo.

O ministro das Relações Exteriores argentino Dante Caputo explicou que essa iniciativa se diferencia de outras tentativas de integração regional porque, ao invés de surgir de maneira burocrática, é o resultado de uma prática comum desenvolvida ao longo das reuniões dos grupos de Contadora e de Apoio.

“Creio que a experiência adquirida em nossas gestões de paz negociada na América Central nos ligou de tal forma que abrimos os olhos para a possibilidade de juntar nossos esforços, de unificar nossos pontos de vista e dar mais consistência às políticas de nossos países”, corroborou o ministro das Relações Exteriores venezuelano Simón Alberto Consalvi.

“Antes, havia um continente em busca do seu conteúdo. Agora, somos oito – e somos fortes – buscando soluções para problemas concretos”, declarou Caputo no Rio de Janeiro. “Nossos objetivos são ambiciosos, mas os instrumentos são realistas”, acrescentou o ministro argentino.

De forma coincidente, o titular da pasta de Relações Externas do Brasil, Roberto de Abreu Sodré, deu ênfase à criação do Grupo dos Oito como um grande passo em direção à criação de um mercado comum regional e chamou atenção

para o fato de que os avanços nesses processos são muito lentos, assim como ocorreu com a Comunidade Econômica Européia.

A criação do Grupo dos Oito não é um fato casual e isolado e sim se soma a outras iniciativas semelhantes tomadas nos últimos anos, que indicam a existência de uma nova situação política no continente e a consequente busca de instâncias que respondam a essa realidade.

Na década atual, o sistema de segurança coletiva institucionalizado depois da Segunda Guerra Mundial, que sob o signo da “Pax Americana” pretendia perpetuar a dominação dos Estados Unidos sobre a América Latina, entrou numa crise absolutamente irreversível.



Truman lançou a “guerra fria”

#### A “Pax Americana”

No final da Segunda Guerra Mundial, ficou estabelecida uma nova correlação de forças no campo capitalista, agora sob a inquestionável supremacia dos Estados Unidos, que pôs fim momentaneamente à luta entre as diferentes potências capitalistas pela hegemonia do Ocidente.

A política de Washington para a América Latina, considerada sempre como “o seu quintal”, orientou-se então para a consolidação de um sistema de segurança continental apadrinhado pelos Estados Unidos, cujo pressuposto era a eliminação dos conflitos entre os aliados da região.

A estratégia de “guerra fria” implementada no período pós-guerra serviu plenamente a esse objetivo, ao justificar a união dos países latino-americanos com o pretexto de enfrentar coletivamente o “comunismo”, representado então como a “ameaça soviética”.

A assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), em 1947, e a posterior criação da Junta Interamericana de Defesa (JID), no contexto da Organização dos Estados Americanos (OEA), deram forma jurí-

terceiro mundo – 83

dica aos propósitos norte-americanos.

Nesse quadro institucional, a "Pax Americana" foi imposta por meio da pressão diplomática, do golpe de estado ou da intervenção militar dos Estados Unidos, conforme o caso, sempre invocando a segurança hemisférica e a defesa da democracia ocidental e cristã.

Durante os anos 50, em pleno desenvolvimento da "guerra fria", os estrategistas do sistema de poder nos Estados Unidos elaboraram a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), a fim de dar um fundamento teórico às suas concepções ideológicas e ao seu papel hegemônico.

Utilizando os elementos da geopolítica, a DSN complementou a noção de "guerra permanente" entre os diferentes Estados (a luta pelo "espaço vital" do nazismo) com a tese da "bipolaridade", segundo a qual o principal confronto a nível mundial é aquele que opõe o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, ao bloco comunista, orientado pela URSS.

No começo da década de 60, a vitória da Revolução Cubana e o avanço das lutas populares



Golbery do Couto e Silva

no continente obrigaram os Estados Unidos a uma reformulação estratégica. Da defesa contra uma suposta ameaça externa passou-se à luta contra a "subversão interna".

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos adotaram uma legislação restritiva das transferências de armamento à região (limitadas às necessidades da "segurança interna") e propuseram a criação da Força Interamericana de Paz (FIP),

uma força multinacional que interviria em caso de o exército local se mostrar incapaz de controlar a situação de seu país.

A evolução da doutrina militar nos Estados Unidos foi assimilada gradativamente pelos exércitos latino-americanos, mediante acordos de intercâmbio e manobras conjuntas, assim como por meio dos planos de treinamento e assistência dirigidos pelo Pentágono.

### A DSN na América Latina

Nesses anos, a doutrina militar de cada país foi concebida, salvo raras exceções, como subordinada à hegemonia norte-americana e as tendências expansionistas que se insinuaram em determinados países só pretendiam uma liderança de segunda ordem na região. A geopolítica da ditadura brasileira, a partir do golpe militar de 1964, foi o exemplo mais significativo dessa atitude.

Para a DSN elaborada na Escola Superior de Guerra (ESG) pelo general Golbery do Couto e Silva, o Brasil estava vinculado à estratégia de segurança global do Ocidente e devia representar um papel preponderante no combate à



B. Blissio

Velasco Alvarado: seu regime questionou a "bipolaridade"

“ameaça comunista” no continente.

Os geopolíticos brasileiros chegaram a afirmar que, numa região onde existem nações com diferentes graus de desenvolvimento, uma delas de maior população, maior território e maior capacidade industrial, essa nação devia se transformar em reitora das demais. Era o “destino manifesto” do Brasil.

Três objetivos fundamentais foram definidos para o Brasil: 1) a ocupação do seu imenso e praticamente vazio território (principalmente a Amazônia); 2) a expansão na América do Sul em direção ao oceano Pacífico e dentro do Atlântico Sul; 3) a conversão do país numa potência mundial.

A geopolítica elaborada por Augusto Pinochet no Chile não podia ser tão ambiciosa quanto a brasileira, mas não vacilava em colocar também o seu país na primeira linha de combate ao comunismo. “Como outros países do mundo, e especialmente da América Latina, o Chile sofreu o embate do marxismo-leninismo e decidiu enfrentá-lo e combatê-lo até a sua derrota total”, dizia Pinochet antes mesmo de derrubar Salvador Allende.

Nos exércitos do Peru, Equador e outros países, com diferentes duração e eficácia em cada um, surgiu uma variante progressista da DSN, que questionou a tese da “bipolaridade” e propôs substituí-la pelo confronto entre as grandes potências e os países subdesenvolvidos.

“O confronto Leste-Oeste, característico da guerra fria e origem do Sistema Militar Interamericano (...) deu lugar a um esquema de cooperação que já não reconhece rivalidades nem fronteiras ideológicas”, declarou o general peruano Edgardo Mercado Jarrín, na X Conferência de Exércitos Americanos, realizada em Caracas em 1973.

“Esses povos até ontem dominados, esses povos que hoje lutam por sua verdadeira independência, esses povos que hoje militarmente combatem a pressão imperialista de todo tipo, são os povos subdesenvolvidos do Terceiro Mundo”, acrescentou Mercado Jarrín, então primeiro-ministro do regime militar que em

1987 - Março - nº 99

1968 iniciou um programa de reformas populares no Peru.

Os Estados Unidos combateram duramente essas tendências nacionalistas, de conteúdo democrático e popular, presentes nas forças armadas do continente, mas se viram obrigados a reformular alguns aspectos de sua política, diante do risco de perder clientes e influências entre os governos da área.

Tricontinental



A intervenção da FIP em São Domingos

#### A regionalização

Por um lado, o receio existente entre os países latino-americanos impediram a aprovação do projeto de criação da FIP. Aplicado localizadamente em 1965, durante a intervenção militar na República Dominicana, foi retirado das discussões intergovernamentais em 1969.

Por outro, as restrições impostas pelos Estados Unidos à venda de armamento convencional também geraram fortes resistências e os governos não deixaram de se preparar para a eventualidade de um conflito bélico com seus vizinhos, buscando se abastecer de equipamentos militares em outros mercados.

Na realidade, os problemas causados na América Latina pela política de venda de armas e o projeto da FIP se somaram aos derivados da derrota das tropas norte-americanas no Vietnã, e levaram a uma redefinição geral da estratégia

terceiro mundo - 85

## Infância

militar dos Estados Unidos nos anos 70.

Foi então proposta a "regionalização" do sistema de poder imperialista por intermédio dos *key countries*, governos pró-norte-americanos que deviam desempenhar uma função polícialca nas suas respectivas regiões, aos quais os Estados Unidos forneceriam toda a ajuda necessária, menos soldados.

A nova política de transferência de armas, sob o princípio de "vendas irrestritas mas da mesma forma não-subsencionadas", procurava impedir o desenvolvimento de uma corrida armamentista ilimitada e, ao mesmo tempo, provocaria uma seleção natural entre os diversos países do continente, já que o poder de compra de cada um deles não é o mesmo.



Nixon propôs a "regionalização"

Dessa maneira, procurando evitar que o confronto chegasse a extremos perigosos e que a rivalidade regional questionasse a supremacia norte-americana, os Estados Unidos aceitaram que os países resolvessem suas diferenças pela hegemonia na área.

Sem abandonar o seu nacionalismo, Washington indicou os seus líderes preferidos ("Para onde o Brasil se inclinar, se inclinará o restante da América Latina", disse Nixon a Garrastazu Médici, em 1972) e desprezou os membros que considerava "conflituosos", reavivando rivalidades e lit-

gios históricos, com a finalidade de isolar e desestabilizar seus governos.

O confronto geopolítico desencadeado na região ganhou diversas formas, desde a compe-

### Revisão crítica no Brasil

□ Num seminário organizado pela Universidade de Campinas, São Paulo, em março de 1984, o coronel Geraldo Lesbat Cavagnari Filho, subchefe do Departamento de Estratégia do Estado-Maior do exército, fez uma exposição que se tornou a primeira manifestação política dos novos enfoques doutrinários presentes nas forças armadas brasileiras.

Sob o título "Brasil: introdução ao estudo de uma potência média", o trabalho de Cavagnari contém apreciações sobre a realidade interna e internacional que criticam explicitamente o discurso geopolítico elaborado na Escola Superior de Guerra (ESG) nos anos 50 e que tinha sido adotado

como doutrina oficial pelo regime militar instaurado em 1964.

A seguir, algumas das principais teses sustentadas por Cavagnari:

1) "...a maioria dos esquemas geopolíticos projeta uma pretensa hegemonia brasileira na América do Sul e superestima a participação atual do Brasil no processo decisório mundial.(...) O equívoco do discurso geopolítico é tanto de ordem conceitual quanto de ordem metodológica.(...) A visão diplomática sobre a realidade brasileira é mais sensata do que o discurso geopolítico, quando reconhece a existência de problemas internos típicos do subdesenvolvimento e uma situação de dependência no sistema econômico internacional."

2) "A bipolaridade ainda é efetiva no plano militar: por enquanto, os Estados Unidos e a União Soviética são os únicos países capazes de projetar sua força militar

tição "pacífica" entre a Argentina e o Brasil até os choques bélicos provocados pelo reavivamento de conflitos fronteiriços herdados da época da independência.

Durante o governo do general Velasco Alvarado, por exemplo, o Peru teve que suportar não só a hostilidade dos Estados Unidos como também fortes tensões com seus vizinhos, provocadas pela reativação dos litígios territoriais pendentes com o Chile e o Equador.

Mas os planos norte-americanos sofreram novas alterações com o desencadeamento de fatores críticos na economia internacional na década de 70, a consequente ruptura do equilíbrio de forças surgido da Segunda Guerra Mundial e o ressurgimento da disputa entre os países capitalistas industrializados.

As mudanças no interior do sistema capitalista e o relativo declínio dos Estados Unidos no meio da crise repercutem sobre a América Latina dando um maior grau de autonomia aos cen-

em qualquer parte do globo(...). Os Estados Unidos vêm-se esforçando no sentido de induzir o Brasil a participar do sistema de contenção do expansionismo soviético. O desejável para aquele país seria obter essa participação em duas áreas estratégicas, América Central e Caribe e América do Sul".

3) "O Brasil é uma potência média, cujo cenário estratégico está contido nos limites da América do Sul(...). A limitação à autonomia estratégica do Brasil é consequência da hegemonia, exercida pelos Estados Unidos na América Latina, que praticamente lhe subtrai a vantagem de poder em relação aos países sul-americanos e lhe restringe o uso da força à defesa da integridade territorial(...) Essa imposição não configura uma situação definitiva(...) O desenvolvimento progressivo da sua capacidade estratégica lhe permitirá, prova-



A vitória sandinista mudou a geopolítica na região

velmente a partir do início da próxima década, expandir seu cenário estratégico e sua autonomia regional em relação aos Estados Unidos."

4) "O arrefecimento da 'guerra fria' (...) acabou com toda justificativa que a solidariedade interamericana pudesse ter sob a tutela dos Estados Unidos", declarou Gregory Treverton, membro do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos durante a administração Carter.

4) "Nessa circunstância, qualquer manobra de expansão do atual cenário estratégico que passe a abranger um espaço geopolítico mais amplo terá um custo elevado porque só ocorrerá se o Brasil assumir responsabilidades no esquema de poder administrado pelos Estados Unidos. Em consequência, a alternativa mais vantajosa continua sendo, por ora, aquela que privilegia a metodologia da cooperação (e nesse tipo de interação o mais competente será o beneficiado) e da solução pacífica dos conflitos, nas relações internacionais, e que procura resguardar a estabilidade continental e retardar, o tempo que for possível, a militarização do Atlântico Sul."

### Crises da OEA e do Tiar

Entre os fatos relevantes do novo contexto, destaca-se outra vez a posição do Brasil, onde o próprio regime militar introduziu mudanças significativas na política externa, o "pragmatismo responsável" iniciado em 1975, a partir do qual o país abandonou o alinhamento automático com os Estados Unidos.

Simultaneamente, o fracasso do bloqueio e das agressões a Cuba, o reconhecimento da soberania panamenha sobre o Canal com a assinatura do Tratado Torrijos-Carter e a escalada das lutas revolucionárias na América Central e Caribe, questionaram a dominação norte-americana na própria área de "segurança vital" dos Estados Unidos.

Com a vitória sandinista na Nicarágua, em julho de 1979, a OEA demonstrou que tinha deixado de ser uma instância propícia para propostas intervencionistas e o Conselho de Defesa Centro-Americano (Condeca), irmão mais novo do Tiar, criado em 1964 para neutralizar Cuba, ficou dissolvido de fato.

Já no último período da administração Carter e, principalmente, com a subida de Reagan à presidência, em 1980, o governo norte-americano iniciou uma contra-ofensiva política e militar no sentido de frear ou reverter a crescente perda de hegemonia na região.

Com o objetivo de recuperar sua liderança deteriorada, refazer a solidariedade hemisférica e arbitrar disputas internas, assim como conter a nova escalada popular, Washington desembainhou o seu inveterado anticomunismo.

Recriando o clima da "guerra fria" dos anos 50, os Estados Unidos acharam que podiam mais uma vez juntar os Estados latino-americanos em torno da polarização Leste-Oeste, como meio de restabelecer a sua tradicional política intervencionista e contra-revolucionária na área.

No entanto, a inesperada guerra argentino-britânica pelas ilhas Malvinas, em 1982, pôs em evidência as prioridades políticas do governo Reagan, ao obrigá-lo a optar entre dois aliados,

88 - terceiro mundo

e desencadeou a mais séria crise das relações entre os Estados Unidos e a América Latina.

Não foi só o princípio de solidariedade contra uma agressão externa, essência do sistema de segurança estabelecido pelo Tiar, que ficou questionado, mas também a política norte-americana de comprometer terceiros países na intervenção na América Central, política essa que tinha conseguido envolver os governos da Argentina e da Venezuela no apoio ao regime salvadorenho.

Nos anos seguintes, acelerou-se a crise dos regimes militares do Cone Sul. A queda da ditadura argentina foi seguida por processos de transição no Uruguai e no Brasil, dando lugar a governos civis que, em meio a uma reafirmação democrática e soberana dos seus povos, devem administrar uma pesada herança econômica e social.

Ao mesmo tempo, surgem novos organismos de acordo regional, como os já citados grupos de Contadora (1983) e de Cartagena (1984), que discutem o conflito na América Central e a questão da dívida externa, respectivamente, à margem da cada vez mais decadente OEA. Ambos mostram a vontade política da América Latina de resolver seus problemas sem a ingerência dos Estados Unidos.

### Uma nova realidade

A desarticulação do sistema interamericano sob a égide dos Estados Unidos deu lugar, numa primeira instância, a tentativas de reforma da OEA e do Tiar ou à criação de organizações que congreguem apenas os países latino-americanos.

No plano econômico, o caso mais notório é o Sistema Econômico Latino-Americano (Sela), constituído em 1975 a partir de uma iniciativa do México e da Venezuela, com o objetivo de coordenar ações conjuntas no campo econômico e aumentar o grau de integração entre os seus membros.

No plano político propriamente dito, as iniciativas vão desde uma reforma da OEA com base na "igualdade, respeito e equidade", se-

gundo o protocolo aprovado pela organização em 1985, até as propostas de total substituição da OEA por um organismo latino-americano, feitas pelo Peru e por Cuba.

Atualmente, no entanto, vive-se a chamada "crise da multilateralidade", ou seja, a consciência de que a diversidade de situações e atitudes dos países da região limita a iniciativa política e a eficiência prática dos grupos de caráter global.

Tende-se, então, numa segunda instância, a valorizar a criação de grupos de países ou organismos mais restritos, que procurem desenvolver sua ação a partir de temas ou acordos concretos, tanto políticos quanto econômicos, com a finalidade de complementar a ação a nível multilateral.

Esse é o caso dos já mencionados grupos de Contadora e Cartagena, aos quais se juntou o Grupo de Apoio a Contadora e, mais recentemente, a iniciativa mexicana de institucionalizar o Grupo dos Oito, formado por Contadora mais o Grupo de Apoio, como base de uma comunidade de nações latino-americanas.

Ao mesmo tempo, superando suas rivalidades históricas, a Argentina e o Brasil, acompanhados de perto pelo Uruguai, iniciaram em 1986 um amplo processo de integração econômica, que poderia ser o ponto de partida para a criação de um Mercado Comum Latino-Americano.

O México manifestou imediatamente o seu interesse nesse processo, embora não pareça viável sua incorporação



Alfonsín: nova política externa

a curto prazo ao acordo argentino-brasileiro, pelo menos enquanto os dois países sul-americanos estiverem dando os primeiros passos e necessitam verificar na prática o nível de compromisso alcançado.

Há razões geopolíticas que explicam a aproximação entre a Argentina e o Brasil, já que ambos estão igualmente interessados agora em neutralizar a presença britânica no Atlântico Sul e em desenvolver uma ação mais independente dos Estados Unidos, principalmente da administração Reagan.

Daí que alguns estrategistas latino-americanos, diante da agressividade dos Estados Unidos na América Central, estejam dando prioridade neste momento à unidade da América do Sul, considerando que é a única área da região capaz de criar um sistema próprio, relativamente independente.

Víctor Bacchetta



Oficial norte-americano instrui os "contras": o intervencionismo dos Estados Unidos está unificando a América do Sul

# Mercado Jarrín: "Repensar o continente"

Uma figura de primeiro plano da revolução peruana, na qual desempenhou a função de ministro das Relações Exteriores e posteriormente primeiro-ministro de Velasco Alvarado, o general reformado Edgaro Mercado Jarrín foi autor e protagonista da primeira versão latino-americana da doutrina de segurança nacional que colocou em questão o domínio do confronto Leste-Oeste no campo internacional.

Desde então, Mercado Jarrín continua sendo um ativo militante da causa latino-americana, seja como presidente da Organização de Militares pela Democracia, Integração e Libertação da América Latina e Caribe (Omidelac), seja como membro da Comissão Consultiva de Relações Exteriores e de Planejamento do governo peruano ou como vice-presidente da *International Progress Organization*, com sede em Viena, Áustria.

Ao mesmo tempo, dirigindo a revista "Estratégia", editada em Lima, ou ministrando cursos de geopolítica no Centro de Altos Estudos Militares (Caem), na Escola Superior de Guerra e em diversas universidades peruanas, Mercado Jarrín mantém-se atualizado nessa temática, para a qual contribui pessoalmente com a sua vasta experiência.

Mercado Jarrín visitou *cadernos do terceiro mundo* durante sua última viagem ao Rio de Janeiro, oportunidade que aproveitamos para pedir sua opinião sobre as mudanças mais recentes ocorridas na América Latina e suas consequências sobre o sistema de relações políticas e militares estabelecido na região.

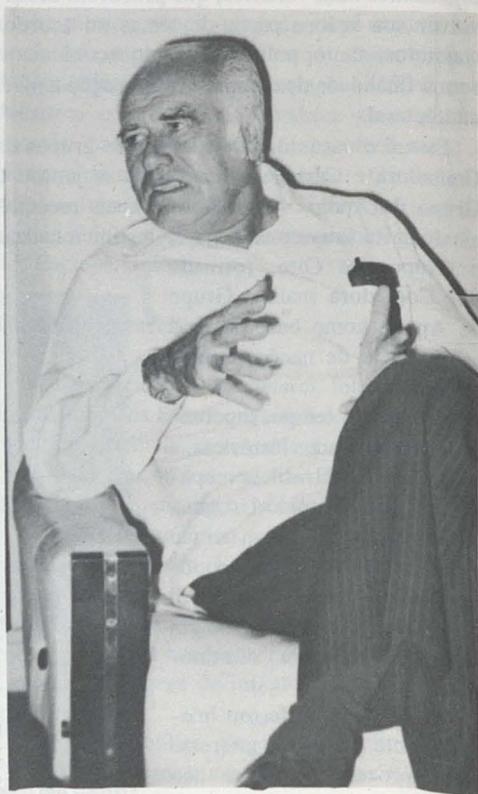
### Começar pelo Sul

*Como o senhor vê atualmente a América Latina?*

— Pela primeira vez, historicamente, nós, latino-americanos, temos que repensar o continente quanto a espaços de acordos e espaços de unidade, num sentido diferente ao do pensamento bolivariano, ao de Víctor Haya de la Torre ou da própria revolução peruana, que procuraram no seu momento uma concordância de toda a América Latina. Creio que a situação mudou em termos geopolíticos por muitas razões e que estrategicamente devemos começar a procurar essa concordância no plano sul-americano.

Vejamos o caso do México. Apesar de manter a sua tradicional política de independência, o

Antônio Marques



O general reformado Mercado Jarrín

México está muito vinculado comercialmente aos Estados Unidos, sendo 70% de sua produção exportados para esse país. Além disso, por causa da localização geográfica, do contexto internacional e pelas características da sua crise, o México está submetido a um tipo de política norte-americana completamente diferente do da América do Sul.

Por outro lado, o agravamento da crise na América Central e a concepção norte-americana de que ela é um elo do confronto Leste-Oeste de-

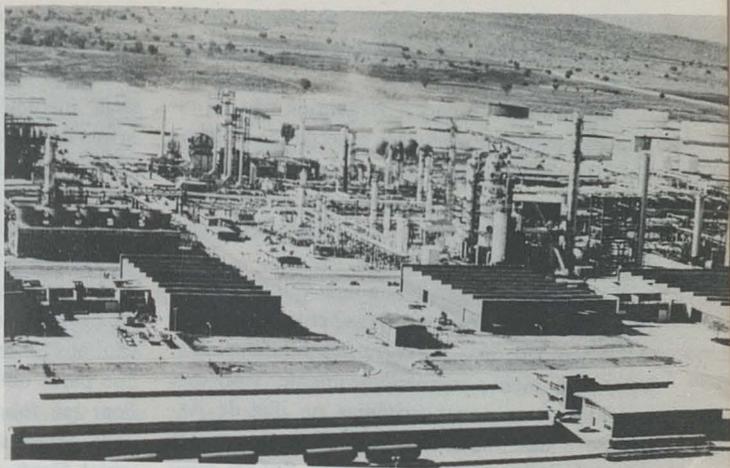
terminam que as fronteiras de segurança dos Estados Unidos estejam de fato no Panamá. Lamentavelmente, Contadora não pôde avançar mais, diante do peso de um fator externo, que são os Estados Unidos, e da existência de um grupo de países manipulados pela grande potência. Tudo isso nos faz pensar que o problema da América Central se complicou, tornando-se cada vez mais uma peça do conflito Leste-Oeste.

Por isso, penso que o enfoque de nossas aspirações deve começar pelo espaço sul-americano e não pretender abranger todo o espaço latino-americano. Eu vejo o México, a América Central e o Caribe como uma segunda instância de acordos e que a estratégia da América Latina deve se encaminhar para um acordo prévio na América do Sul.

*O senhor acha que o problema da América Central faz parte da crise Leste-Oeste?*

— Não, eu estou me referindo à concepção dos Estados Unidos. Minha posição é totalmente contrária, considero que é uma questão de soberania, de autodeterminação, de aplicar o princípio da não-intervenção.

Mas a situação da América Central é completamente diferente da dos países ao sul do Panamá que, salvo poucas exceções, não interpretam a problemática internacional a partir do



A economia mexicana está muito vinculada à dos EUA

conflito Leste-Oeste. Por outro lado, o espaço sul-americano, historicamente, não tem maiores dificuldades para chegar a acordos.

Além disso, na América do Sul surgiram dois eixos de polarização, o eixo atlântico, formado pelo processo de integração Argentina-Brasil, e o eixo do Pacífico, formado pelo Pacto Andino. Cedo ou tarde, esses dois eixos de polarização terão que estender pontes entre si, aproveitando o grande desenvolvimento industrial e tecnológico alcançado pelo Brasil.

Do ponto de vista geopolítico e estratégico, nós, latino-americanos, devemos começar procurando um acordo a nível sul-americano, não para abandonar o âmbito latino-americano, e sim como um passo prévio para chegarmos à unidade de nossos propósitos no conjunto. A integração argentino-brasileira é uma confirmação histórica do que eu estou dizendo. A América do Sul pela primeira vez está em condições de chegar à integração.

*Na Argentina e no Uruguai surgiram críticas a essa integração, alegando-se que se estaria facilitando a tarefa para as transnacionais...*

— Eu não estou de acordo com essa crítica. Acho que o processo de integração argentino-brasileira é consequência histórica de uma realidade. É um processo natural, porque se trata de

terceiro mundo - 91

fronteiras humanas, e ao mesmo tempo provocado por um fato geopolítico, a guerra das Malvinas.

Em primeiro lugar, a Argentina não terminou tecnicamente a guerra e necessita de que a Grã-Bretanha se desgaste mantendo uma longa rede de comunicações, para o quê é necessário que os portos do Brasil e do Uruguai continuem fechados à esquadra britânica.

Em segundo lugar, havia uma velha rivalidade entre a Argentina e o Brasil pelo domínio do Atlântico Sul, mas a guerra das Malvinas acabou, pelo menos momentaneamente, com esse conflito. A presença britânica na ilha de Ascensão e nas Malvinas transformou, por agora ou por muitos anos, o Atlântico Sul no *mare nostrum* anglo-saxão.

E em terceiro lugar, está o trauma deixado pelo desenlace da guerra, que foi praticamente determinado pela presença de quatro submarinos nucleares. Então, a Argentina sabe que só pode ter uma opção, mesmo não sendo militar, na medida em que seja capaz de construir submarinos nucleares. E, dada a posição do clube nuclear a nível mundial, isso leva à necessidade de uma complementação tecnológica entre a Argentina e o Brasil nesse plano.

### As doutrinas militares

*Ocorreram mudanças no pensamento doutrinário dos militares dos países que participariam dessa integração?*

— Bom, na América Latina houve três concepções do que seja segurança nacional. A primeira era a clássica, onde as forças armadas defendem a soberania, a integridade territorial, sendo as leis criadas nesse sentido.

Uma segunda concepção, particularmente nos países do Cone Sul, baseou-se em considerações geopolíticas segundo as quais as relações internacio-

nais estão dominadas pelo conflito Leste-Oeste. Em consequência, define-se o comunismo como o inimigo principal. Mas, como o comunismo atua ideologicamente, por meio das mentes, acabava-se numa repressão generalizada. Essa doutrina produziu os Estados-policiais, os Estados de Segurança Nacional, que defendem de forma messiânica os princípios da civilização ocidental e cristã.

Há uma terceira concepção, cujos parâmetros foram esboçados no Peru, com uma projeção nos exércitos venezuelano e equatoriano, que parte do princípio de que a segurança deve ficar em função do bem comum, ou seja, que deve garantir um desenvolvimento com justiça social. Então, a segurança não é a segurança dos governos, porque os governos mudam, e sim é a segurança do povo. É uma concepção totalmente diferente, onde a polarização geopolítica ocorre em termos Norte-Sul, entre países ricos e países pobres, e não em termos Leste-Oeste.

Atualmente, acho que esses conceitos de segurança estão sendo redimensionados, como os casos da Constituinte no Peru e do Congresso na Argentina, passando-se a falar em Defesa Nacional e deixando a segurança para as discussões acadêmicas. Nos novos regimes demo-



Malvinas acabou com a rivalidade argentino-brasileira



#### “Redefinir o papel das forças armadas”

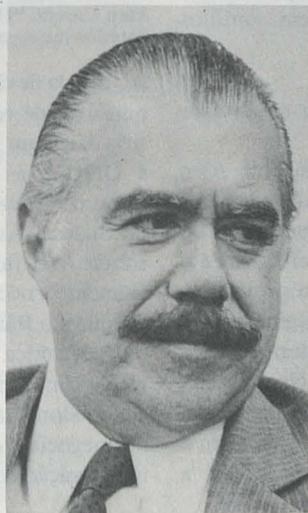
cráticos, manifestam-se duas tendências: uma considera que as forças armadas devem ficar dentro dos quartéis e a outra entende que todos os setores devem contribuir na luta para sairmos do subdesenvolvimento.

Não há dúvidas de que se criou uma falsa dicotomia entre o poder civil e o poder militar, que acho que provém da diferenciação dos componentes do poder feita pela Doutrina de Segurança Nacional. Mas essa era uma diferenciação analítica, para efeitos puramente didáticos. Eu acho que não há um poder militar, as forças armadas são um elemento do Poder Executivo e devem estar subordinadas ao presidente da República.

Creio que é o momento de redefinir o papel das forças armadas como um fator de consolidação do processo democrático, em defesa da Constituição e das leis, cumprindo com a sua missão, identificadas com o povo e com a sociedade, dando a sua contribuição nos campos em que têm maior experiência.

*Mas se as forças armadas latino-americanas se separaram da população ou dos objetivos nacionais dos seus países, não foi porque essas forças armadas atravessaram uma fa-*

Luiz Antônio / Ag. O Globo



Sarney apóia a integração

*se em que foram influenciadas de maneira determinante pelas doutrinas elaboradas nos Estados Unidos?*

— Agora, estamos diante de uma nova realidade geopolítica nas relações da América Latina com os Estados Unidos, quando ocorre uma perda gradual da influência norte-americana no continente. Com o comportamento dos Estados Unidos durante a guerra das Malvinas, ficou claro que não podíamos continuar aceitando que os interesses norte-americanos sejam os nossos. Ficou claro que o Tiar servia fundamentalmente para defender os interesses dos Estados Unidos e que é necessário um novo conceito de segurança coletiva.

Eu diria que há um vazio de poder e que todo vazio tende a ser preenchido. Nesse caso, está sendo preenchido pelo Brasil, porque o Brasil mudou sua estratégia de ocupação da Amazônia. Os países da costa do Pacífico e o Brasil estavam uns de costas para o outro, enquanto hoje temos uma fronteira de aproximação, uma fronteira de integração.

*O senhor está sugerindo que a influência que os Estados Unidos tiveram passaria agora a ser exercida pelo Brasil?*

— Falo da influência brasileira em termos gerais, não me refiro à influência das forças armadas. Creio que ainda existe uma certa influência norte-americana e essa influência não vai ser substituída no futuro pelos brasileiros. Não vejo nem creio que as forças armadas brasileiras pretendam ter qualquer influência ideológica.

Falo da influência do Brasil pelo seu peso, por sua localização geográfica, pela sua dimensão política, pelo seu desenvolvimento econômico e pela necessidade lógica que temos todos de aumentar nossa

terceiro mundo – 93



“O Sela deveria se transformar num conselho de ministros de relações exteriores”

“Prensa Latina”

capacidade de negociação com um país poderoso.

### A segurança coletiva

*Qual seria, para o senhor, o novo conceito de segurança coletiva?*

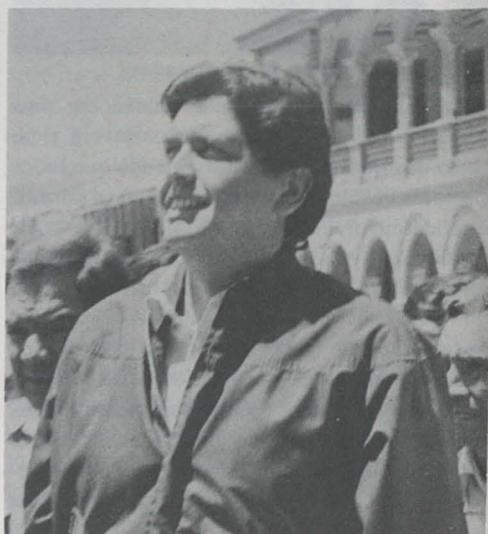
– Creio que a experiência de Contadora é muito rica assim como a do Grupo de Apoio, porque a primeira coisa que temos de estabelecer é a finalidade de uma nova concepção de segurança. Creio que a finalidade de uma concepção de segurança coletiva na América Latina deve começar por nos unirmos para, por meio do diálogo, buscarmos a negociação e a paz nos conflitos internos. Para que não venham padrinhos de fora a nos dizer como devemos negociar, para que sejamos nós mesmos quem aconselhe e intermedie quando surgirem conflitos entre países vizinhos.

*Seria uma espécie de Tiar sem os Estados Unidos?*

– Claro. Como defendeu o presidente Alan García na última reunião do Sela, devemos começar com a criação de uma organização de Estados latino-americanos, onde efetivamente negociemos. Porque a característica geopolítica da América Latina é nossa marginalização, nossa falta de peso nos assuntos internacionais, porque não nos pomos de acordo. Nem mesmo estamos de acordo com o problema da dívida, porque a posição do Brasil é uma, a do Peru é outra, a da Argentina outra, o que permite a nossos credores nos tratarem separadamente.

Não temos uma instância de diálogo. Por is-

94 – terceiro mundo



Alan García: “Devemos criar uma organização de Estados latino-americanos”

so, o Sela devia se transformar num conselho de ministros de relações exteriores, que nos permitiria sair com posições comuns perante a OEA, a ONU e as outras instâncias internacionais. Hoje, os africanos negociam na OUA, os países do Sudeste Asiático negociam, até os países do sul da Ásia fazem assim, eles que são tradicionalmente rivais entre si, como a Índia, o Paquistão e o Bangladesh.

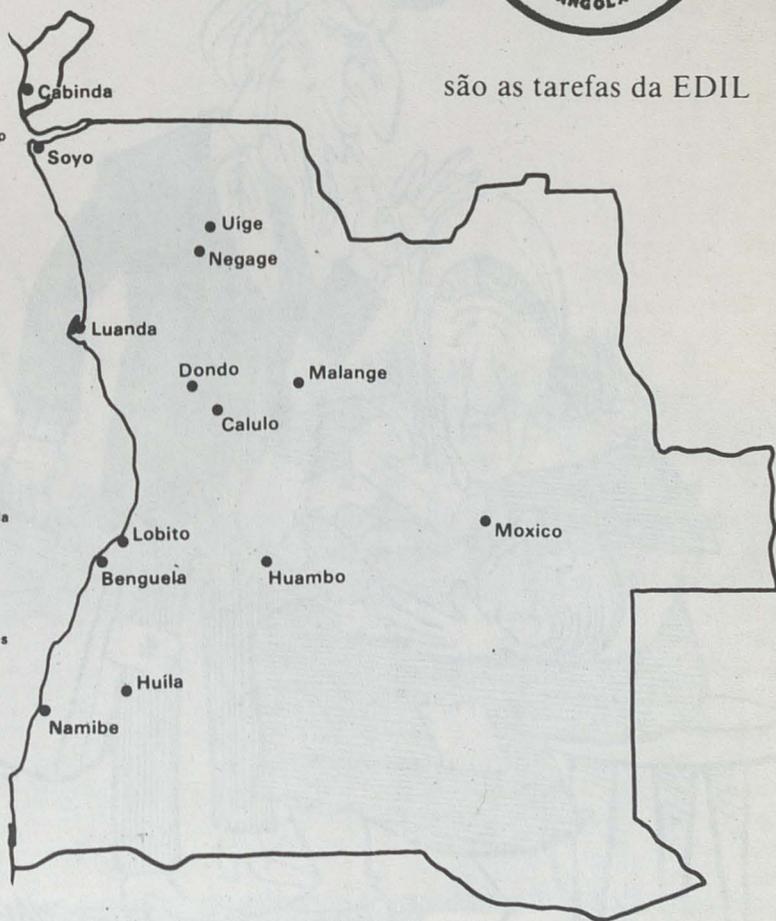
A América Latina é a única que não negocia. Negociam os donos da dívida, negociam os bancos credores, negociam os países da Otan. Todos negociam e nós não negociamos, não temos uma posição comum.

●  
Entrevista a Beatriz Bissio  
e Víctor Bacchetta

**LEVAR:  
INFORMAÇÃO  
CULTURA  
CIÊNCIA  
FORMAÇÃO**



são as tarefas da EDIL

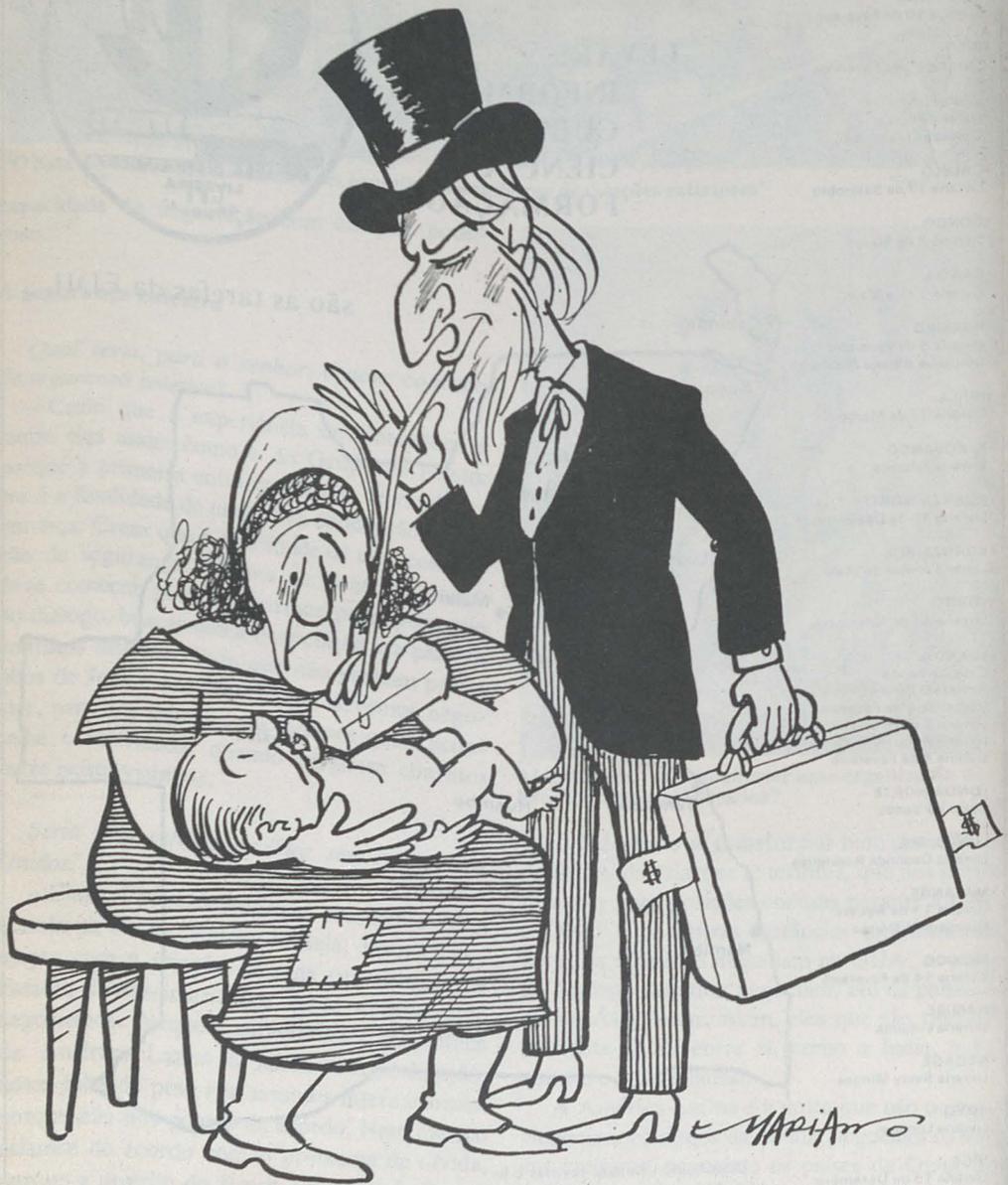


- BENGUELA  
Livraria 10 de Fevereiro
- BIÉ  
Livraria 11 de Fevereiro
- CABINDA  
Livraria Popular  
Quiosque Maiombé
- CALULO  
Livraria 17 de Setembro
- DONDO  
Livraria 2 de Março
- GANDA  
Livraria 1.º de Maio
- HUAMBO  
Livraria 8 de Fevereiro  
Quiosque Albano Machado
- HUÍLA  
Livraria 27 de Março
- K. KUBANGO  
Livraria Kilamba
- KUANZA-NORTE  
Livraria 10 de Dezembro
- KUANZA-SUL  
Livraria Anibal de Melo
- LOBITO  
Livraria 11 de Novembro
- LUANDA  
Casa da Venda  
Armazém Venda Grosso  
Quiosque 4 de Fevereiro  
Livraria Centro do Livro  
Livraria Augusto N'Gangula  
Livraria 4 de Fevereiro
- LUNDA-NORTE  
Posto de Venda
- LUNDA-SUL  
Livraria Deolinda Rodrigues
- MALANGE  
Livraria 1.º de Agosto  
Quiosque N'Dongo
- MOXICO  
Livraria 14 de Fevereiro
- NAMIBE  
Livraria Lutuíma
- NEGAGE  
Livraria Saily Mingas
- SOYO  
Livraria Lundogi
- UÍGE  
Livraria 10 de Dezembro
- ZAIRE  
Livraria Sagrada Esperança

Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didáctico e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de cadernos do terceiro mundo para todo o território angolano.

**EDIL** Empresa Distribuidora Livreira  
Caixa Postal 1245  
Luanda - República Popular de Angola

Humor



# TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



## BRASIL

Av. Pedroso  
de Morais, 433 —  
10º andar  
C.P. nº 2635  
São Paulo — SP  
Tel.: 815-0688  
Telex (011) 21405

## PORTUGAL

Avenida 24 de Julho,  
Nr. 2, 3º Dtº/Lisboa  
1200 - Lisboa -  
Telef.: 366209 / 372959  
Telex 14596 ANGO P

## HOLANDA

Coolsingel 139 3012  
AG Rotterdam  
POSTBUS 1663  
3000 BR Rotterdam  
Tel.: 010 11 41 60  
Telex 24772 / 24756  
ANGO NL

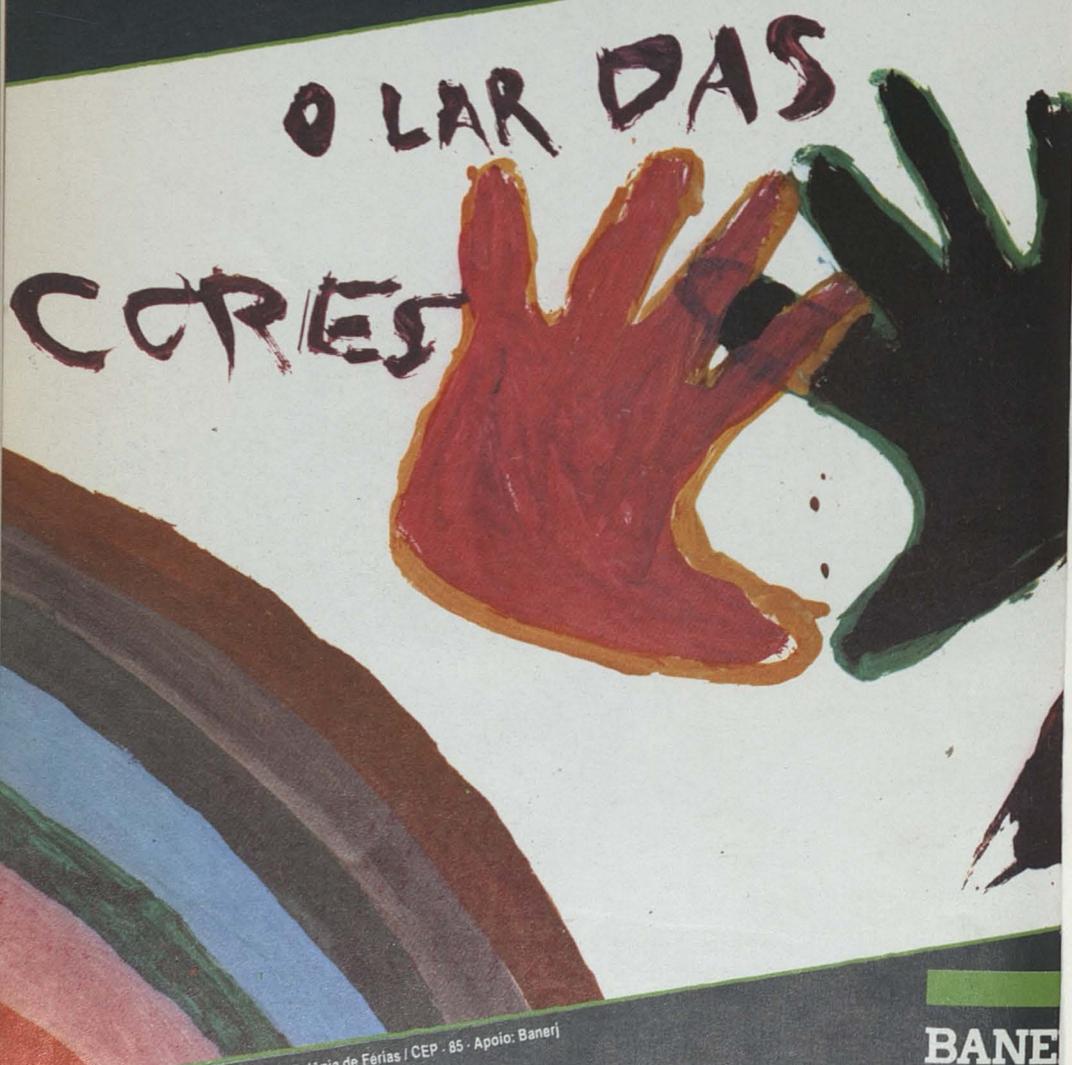


## ANGONAVE U.E.E.

Linhas marítimas de Angola  
Rua Cerqueiras (Lukoki)  
C.P. nº 5953 -  
Telefs. 30144/5/6/7  
End. Teleg.: ANGOHAVE AN  
Telexes nº 3313 / 3124  
Luanda - Rep. Pop. de Angola

ANGONAVE U.E.E. Linhas Marítimas de Angola

A LIBERTAÇÃO  
E A PROSPERIDADE  
DAS NAÇÕES EMERGENTES  
SERÃO O FRUTO DE NOSSA UNIÃO



Desenho de Alex Simon Lago - 11 anos Colônia de Férias / CEP - 85 - Apoio: Banerj

**BANE**

BANCO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO

APOIANDO A UNIÃO  
FRATERNAL DOS PAÍSES